



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 84

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 21 de outubro de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Elisa Sousa e Deputado Tiago Branco (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado José Gabriel Eduardo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Dando continuidade à agenda de trabalhos, teve lugar a discussão do ponto 7 relativo ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, em que intervieram os Deputados Rui Martins (*CDS/PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Submetida à votação, a presente iniciativa foi rejeitada por maioria.

Seguidamente, foi presente o ponto n.º 8 respeitante ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 72/XII – “Regime jurídico de classificação do arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores”**, uma

iniciativa da responsabilidade dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP, BE, PPM e Representação Parlamentar do PAN.

Sobre este tema foram intervenientes os Deputados Pedro Neves (*PAN*), a quem coube a apresentação do Projeto, José Pacheco (*CH*), Marco Costa (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), José Contente (*PS*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS/PP*) e também o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

O Projeto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o ponto 9 da agenda de trabalhos, desta feita, o **Projeto de Resolução n.º 93/XII** – “Criação de Mecanismo Compensatório para o Setor dos Lacticínios”, apresentado pelo Deputado Independente, sobre o qual intervieram, como proponente, o Deputado Carlos Furtado (*Indep.*), tendo-se seguido os/as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Marco Costa (*PSD*), Patrícia Miranda (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*) e ainda o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Esta iniciativa foi aprovada por maioria.

O ponto seguinte da ordem do dia referiu-se ao **Projeto de Resolução n.º 102/XII** – “Medidas de apoio aos Produtores de Leite de São Jorge”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM. Sobre esta matéria pronunciaram-se os/as Deputados/as Paulo Silveira, a quem coube a apresentação do mesmo, Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Carlos Furtado (*Indep.*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*) e ainda o

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

A iniciativa em apreço foi aprovada por maioria.

O ponto 11 relativo ao **Projeto de Resolução n.º 106/XII** – “Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise sismo-vulcânica”, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, na pessoa da Deputada Isabel Teixeira (*PS*), à qual seguiram-se na pronúncia desta matéria os/as seguintes Srs./Sras. Deputados/as:

Paulo Silveira (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), Pedro Neves (*PAN*) e ainda o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Esta iniciativa foi rejeitada por maioria.

Logo depois, e da autoria do CHEGA, foi presente o **Projeto de Resolução n.º 114/XII** - “Recomenda ao Governo Regional intervenção junto dos CTT contra encerramento de lojas CTT nos Açores”, através do Deputado José Pacheco (*CH*), sobre o qual usaram da palavra os Deputados Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), a Deputada Alexandra Manes (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Rui Anjos (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

O Projeto supra-referido foi aprovado por maioria.

Posto isto, e prosseguindo na agenda de trabalhos, foi apresentado pela Deputada Patrícia Miranda, na qualidade de relatora da Comissão de Economia, o relatório sobre a **Petição n.º 21/XII** – “**Preço do leite pago aos produtores em São Miguel**”, cujo primeiro subscritor é o cidadão Rui Oliveira, em que usaram também da palavra os/as Deputados/as Carlos

Furtado (*Indep.*), Vitória Pereira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

O ponto 15 - **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Flávio da Silva Soares possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 62/22.0JAPDL**, foi aprovado por unanimidade.

O ponto 16, também ele um **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Nuno Alberto Barata Almeida Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 41125/21.2YIPRT**, foi igualmente aprovado por unanimidade.

Posto isto, seguiu-se o **Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 73/XII** – “Primeira alteração ao DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho, que Estabelece o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”, apresentado pelo Deputado Independente que usou da palavra enquanto proponente, tendo sido o único a pronunciar-se sobre a matéria.

O Pedido de Urgência em referência foi rejeitado por maioria.

O ponto 19 - **Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 75/XII** - “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2022/A, de 21 de junho”, uma iniciativa da Representação Parlamentar do CH, foi aprovado por unanimidade, tendo feito uso da palavra apenas o Deputado José Pacheco (*CH*), na qualidade de autor da mesma.

Finalmente, passou-se ao ponto 20 da ordem de trabalhos, referindo-se ao **Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 139/XII** – “Integração de Representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no

Conselho Regional de Bombeiros”, apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA.

Sobre o mesmo usaram da palavra apenas os Deputados José Pacheco (*CH*) e Pedro Neves (*PAN*).

O Pedido de Urgência em apreço foi aprovado por unanimidade.

Para lá da hora regimental, tempo ainda para a aprovação por unanimidade da Proposta de Deliberação da Mesa da ALRA declarando findo o Período Legislativo de Outubro.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 11 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada que será feita pela Sra. Secretária.

Secretária: Muito bom dia.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Lubélio de Fraga Mendonça

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo.

Elisa Lima de Sousa.

Flávio da Silva Soares

Maria Guilhermina Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luis Melo Vieira

João Luis Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira **Machado**

Luis Carlos Correia **Garcia**

Luis Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria Salomé Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputado Independente (Indep.)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao ponto nº 7 da agenda, onde ontem interrompemos quando chegámos à nossa hora regimental. Mas ainda havia várias inscrições.

O Sr. Deputado Rui Martins estava inscrito, por isso tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, cabe-me a mim então reiniciar as hostilidades e assim sendo, e tendo em consideração que o Partido Socialista não tem tempo, talvez vou ser menos acintoso.

O motivo que me levou ontem a inscrever-me, foi efetivamente no seguimento das intervenções do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, relativamente ao facto de haver um aumento nos funcionários públicos.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro quantificou números que muito nos deviam orgulhar, por um lado, e por outro, deviam envergonhar, sobretudo o Partido Socialista.

Porquê? Porque fala em 4.100 trabalhadores.

Ora, quando fala em 4.100 trabalhadores, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem dizer que foi este Governo que engrossou a administração pública e depois corrigiu ao dizer exatamente onde é que essas pessoas estão a trabalhar. Estão a trabalhar na saúde, na educação e na administração pública.

A pergunta que deixo no ar, ou o que eu gostaria que o PS, de alguma forma, acabasse por explicar aos açorianos, é se considera que estes funcionários não são necessários na saúde, ou na educação? Ou se o que é necessário é que estas pessoas continuem de forma precária a prestar serviço (necessidades permanentes), em programas e programinhas?

Por isso, este é um facto em que o ónus fica com o Partido Socialista, ou seja, se consideram que temos funcionários a mais na saúde e na educação, estamos a dizer tacitamente que os açorianos não têm razão quando se vêm manifestar a dizer que há falta de funcionários.

Por outro lado, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também vem dizer que este Governo negou aos empresários e às empresas açorianas 125 milhões de euros, uma vez que os colocou no Fundo de Fomento.

A pergunta que eu também deixo ao Partido Socialista, para poder de alguma forma elucidar os açorianos - não só a mim, mas todos no geral – é:

- Que instrumentos é que o Governo Regional tinha para criar efetivamente os mecanismos a nível regional para esses 125 milhões de euros? Da mesma maneira que o que foi sempre dito pelo Partido Socialista, com a questão das agendas mobilizadoras que, como todos nós sabemos, o Sr. ex-Ministro das Infraestruturas era o único que sabia como é que essa verba iria ser controlada, porque era ele próprio que a ia controlar. Aliás, ele disse que foi ele que *montou esse esquema* – palavras dele. Por isso, é factual. Ou seja, não havia maneira da Região poder fazer essa gestão direta. Aliás, porque o Ministro das Infraestruturas foi confrontado com o facto de haver uma revisão em alta do PRR e essa revisão em alta - Sr. Deputado António Lima, se me quiser ouvir - a realidade, é que foi o Sr. ex-Ministro das Infraestruturas que disse, ao estar confrontado com uma revisão em alta dos valores do PRR para Portugal, viu que se calhar era preciso arranjar um *esquema* - palavras dele - para que a verba não fosse exatamente os 5%, porque ia um bocadinho além daquilo que era o estipulado inicialmente. E, então, consignou 0,8% às Agendas Mobilizadoras em gestão direta, coisa que nem o IAPMEI sabia como é que iria ser controlado, porque não tinha qualquer indicação que os Açores e as empresas açorianas só tinham direito a 0,8% (dos 117 milhões). Da mesma maneira que o Sr. ex-Ministro da Economia, Siza Vieira, também disse que não tinha qualquer conhecimento de como é que isso se geria e como é que os Açores iriam receber esse dinheiro, uma vez que não estava estipulado em sítio nenhum, nem era estipulado nos concursos que essa verba era para empresas dos Açores.

Por isso, são essas as explicações que o Partido Socialista, em tempo oportuno, também haverá de dar aos açorianos.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM
e Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças,
Planeamento e Administração Pública.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração
Pública (Duarte Freitas):** Prescindo.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr.
Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:
A intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro foi uma intervenção
importante e esclarecedora.

É verdade que nós nos lembramos e sabemos que o Partido Socialista votou
contra a redução do IRS.

Que votou, e é contra, a redução do IVA.

Que é contra a tarifa Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que se fosse governo, o Partido Socialista não teria baixado os impostos nem criado esta importantíssima oportunidade de mobilidade e circulação entre as nossas ilhas que é a tarifa Açores.

Mas a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro foi importante, porque ficámos a saber que se o PS fosse governo, mais de 400 professores não teriam entrado nos quadros das nossas escolas.

Que mais de 350 assistentes operacionais não tinham entrado nas nossas escolas, nem hoje estariam a fazer concurso outros tantos para entrar nos quadros das nossas escolas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Se o Partido Socialista fosse governo, também não teriam entrado mais médicos e enfermeiros para os quadros das nossas unidades de saúde e hospitais.

Que os matadores continuariam, como ainda estão nalguns casos, com falta de recursos.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, julgando que V. Exa. terá a mesma condescendência para comigo que teve para com o Partido Socialista que ultrapassou o seu tempo em 1 minuto e 54 segundos. Mas não demorei tanto tempo.

Que os Serviços Florestais continuariam com problemas.

Que na cultura, ainda a semana passada, o Sr. Presidente do Governo foi confrontado com uma carta aberta de 73 funcionários precários nos serviços (de cultura) da Região, apesar de 56 já terem sido integrados.

Mas ficámos a saber ainda mais uma coisa: que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Partido Socialista não gostam dos funcionários públicos, porque senão não se teria insurgido com a entrada e a criação de empregos na função pública por este Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ficámos a saber que o Partido Socialista e o seu Governo não teriam criado estes empregos na função pública. E, portanto, foi uma intervenção muito esclarecedora, ao ponto de sabermos que o Partido Socialista preferia a precariedade à estabilidade e segurança desses trabalhadores.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste diploma?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, dar nota de facto de que o Partido Socialista, sendo contra a tarifa Açores, contra a redução de impostos, contra a reforma das políticas de emprego, contra as reformas das políticas de produção leiteira, a verdade é que lhe saiu tudo ao contrário.

Tudo aquilo que o Partido Socialista defende que deve ser num sentido, o Governo fazendo noutro, tem resultados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E resultados concretos. No turismo, no emprego, na contratação de professores, num conjunto de áreas tem resultados concretos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

E, portanto, pode-se dizer que o Partido Socialista continua com uma visão absolutamente contrária aos interesses dos Açores.

Não é de admirar que de 2010 a 2020, tenhamos passado dum PIB per capita, em relação à média da União Europeia, de 80,9% para 69%, apenas.

É esta a herança do Deputado Vasco Cordeiro. Empobreceu a Região de 2010 a 2020, em relação à paridade de poder de compra do PIB per capita da União Europeia: de 80 para 69%. E com cerca de 4 mil milhões de euros da União Europeia.

Esta é a tragédia que nos deixaram, mais a tragédia do endividamento, mais o desastre da SATA e ainda tem boca de abrir?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora é por causa do endividamento!

Eu julgo até que se os barcos do Canal afundassem, como o Partido Socialista afundou as finanças da Região, e eu tivesse que ir para o Pico a pé, eles diziam que era porque eu não sabia nadar!

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para uma interpelação para referir duas questões que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, naturalmente dizer que o PS não intervém na parte substancial desta matéria, porque não tem tempo neste debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o gastou!

O Orador: Não porque aceite tacitamente as críticas que lhe são feitas, mas certamente havemos de ter oportunidade de esclarecer esse assunto.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu peço a palavra para, da mesma forma que já o fiz pessoalmente a si, pedir desculpa à câmara por ontem ter excedido o tempo que estava destinado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, sobretudo, por não ter ouvido a chamada de atenção do Sr. Presidente.

Eu peço que não o considerem como uma falta de respeito, nem ao Sr. Presidente da Assembleia nem à câmara, mas efetivamente não ouvi.

Gostava que isto ficasse registado em Diário das Sessões. E parece-me importante fazê-lo neste momento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, muito obrigado.

A interpelação é para o Sr. Presidente confirmar os tempos que foram destinados a cada grupo parlamentar.

Deputada Ana Luis (PS): Oh Sr. Deputado, essa interpelação já não colhe, porque já conseguimos ver os tempos que estão afixados.

Paciência Sr. Deputado, esperava mais de si!

O Orador: É para questionar a Mesa sobre se o Partido Socialista dispôs ou não de 22 minutos e o PSD de 20 para a discussão deste ponto da nossa ordem de trabalhos?

Já que os tempos não estão disponíveis na totalidade do que foi disponibilizado, agradecia que o Sr. Presidente confirmasse se o Partido Socialista teve ou não 22 minutos e o Grupo Parlamentar do PSD 20 minutos?

Deputada Alexandra Manes (BE): O senhor também tem de arranjar um relógio destes na Comissão.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Confirmo, sim, o Partido Socialista teve 22 minutos e o Partido Social Democrata 20 minutos.

Vamos prosseguir.

Pergunto se há mais inscrições para o debate?

Não havendo, vamos passar à votação

Vamos votar o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 65/XII** – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 65/XII** – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”, foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, tendo registado 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Encerramos, assim, este ponto da nossa agenda. Avançamos para o ponto 8 - **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 72/XII** - “Regime jurídico de classificação do arvoredo de interesse Público na Região Autónoma dos Açores”.

Esta é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda e PPM e pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores possui uma variedade patrimonial rica, sobretudo, no que respeita à importância da vertente natural, tonando-a num lugar único e distinto no mundo.

A paisagem, de forte componente cénica, marca a linha do horizonte das ilhas e usufruir desta oferta, composta por um jardim, por uma árvore, ou uma

simples planta, é uma forma indubitável de cultivar o património natural, histórico e cultural dos Açores.

Todo este património natural é também composto por espécies introduzidas no arquipélago ao longo dos séculos, que acompanharam o povoamento e a circulação de pessoas e mercadorias, assumindo uma dimensão económica e global.

Estas espécies marcaram, de forma permanente, a paisagem dos Açores e contribuíram para a quebra da frente de vegetação frondosa e verdejante que os povoadores encontraram. Enriquecidas pela sua morfologia, porte, beleza e raridade, enraizaram-se na matriz identitária dos ilhéus. Todavia, o património natural é irrepetível e, embora o seu estudo seja documentado, a sua observação coloca-nos questões relacionadas com a sua integridade e carácter de autenticidade, que está em constante mutação.

Por isso, conhecer a história e a narrativa das viagens das plantas é conhecer uma riqueza documental viva das nossas ilhas, é cimentar a memória e a identidade dos nossos jardins e espécies, é realizar uma viagem intemporal através das espécies e construir a história das pessoas que contribuíram para esta formação identitária e científica.

Muitas das espécies que chegaram aos Açores guardam um valor notável pela singularidade, exigindo uma adequada gestão para a sua permanência na paisagem. A par da paisagem, há, ainda, espécies associadas a fins terapêuticos e medicinais, espécies que integram a nossa cadeia alimentar, ou são utilizadas na ornamentação de casas e jardins públicos e privados. Conhecer a história destas espécies e da sua integração é, também revisitar a história de quem as manuseia e conserva através dos tempos.

Assim, esta relação reside nas origens orgânicas da própria relação humanidade- meio-ambiente. Se a humanidade é um elemento modelador da própria paisagem, a natureza tem uma metamorfose própria e auto-recreativa que deve ser preservada. E a história desta relação continua viva até aos nossos dias, integra um património intangível único e que deve ser preservado e reproduzido geracionalmente.

Para o efeito, há interesse em desenvolver mecanismos referenciadores e difusores do património arbóreo. Estes elementos referenciadores, como os inventários, configuram uma ferramenta essencial para preservar este património, através dos dados fornecidos pelos próprios exemplares arbóreos, facultando o acesso da comunidade em geral, incentivando a participação pública, disponibilizando um conjunto de informações, como a identificação da árvore, a origem, a relevância da classificação, entre outros. Todos estes dados são essenciais para fins de conservação, gestão e planeamento do território, e promoção do turismo nos jardins, através da criação de roteiros próprios.

A fito diversidade dos nossos jardins constitui um legado botânico que se configura importante para a atividade turística, tornando estes espaços como eixos importantes

e denominadores para uma oferta de usufruto de natureza, num nicho idílico e de grande especificidade que guarda um olhar perante a arte que vive.

Para o efeito, a classificação de bens naturais de valor patrimonial levada a cabo pela UNESCO e adaptada à Região contempla exemplares notáveis na sua lista. Esta classificação define conceitos específicos e técnicos e a discussão deve ser feita no domínio daquilo que deve ser valorizado como

património a preservar. Assim, a riqueza natural que estas espécies oferecem proporcionou a sua transição a autêntico estatuto de património cultural.

Na medida em que, muitos exemplares alóctones fazem parte integrante e compósita da paisagem, não só pela sua singularidade biológica e fisiológica, como também pela capacidade de se adaptarem aos locais e até vulnerabilidade no que respeita ao estado de conservação. Devendo, por isso, ser preservadas e inventariadas, sendo a sua classificação o culminar desse processo, conforme veiculado pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural; a Carta de Florença para a Preservação de Jardins Históricos; o Documento de Nara para a Autenticidade; a Declaração para a Proteção do Património Cultural Imaterial e a Declaração de Québec sobre o “Espírito do Lugar”.

Acresce que em meados do ano de 2019 e fazendo alusão a uma necessidade de novos estudos e levantamentos das espécies existentes na Região, foi entregue uma petição nesta Assembleia com o intuito de serem adotadas e executadas medidas necessárias para tratamento diferenciado das espécies notáveis já conhecidas. Para uma melhor contextualização, importa considerar o desfasamento temporal desde a última inventariação, datada de 1983.

Por fim e face ao exposto, a produção legislativa regional existente não contempla uma realidade diferenciada do património cultural e natural arbóreo, não salvaguardando as especificidades e particularidades do arvoredos de interesse público. Deste modo, há largos anos que a legislação nacional aguarda a respetiva adaptação à Região. Existindo, por isso, um vazio legal que urge colmatar, sob pena de perder-se património natural e cultural não repetível.

É exatamente isto que se pretende hoje com esta iniciativa dos Deputados que integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do PAN, PS, PSD, CDS, BE e PPM: colmatar a lacuna legal existente através da aprovação desta iniciativa que visa a criação de um regime jurídico que proteja de forma digna o arvoredo de interesse público da Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. E estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado José Pacheco (CH):**Obrigado e bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer, Sr. Deputado Pedro Neves, que conte com o apoio do CHEGA. E tudo o que tenha a ver com o bom ambiente e a preservação e a defesa do nosso ambiente, algo que tem ficado esquecido, seja em que circunstância for, conte sempre connosco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(* **Deputado Marco Costa (PSD):**Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou fazer nota sobre o que foi a iniciativa. É a nossa iniciativa, digamos assim. E, obviamente, foi alvo de muito trabalho entre todos os partidos. E, portanto, a primeira palavra é de valorização àquilo que se conseguiu construir com o PAN, cuja iniciativa inicial tinha como propósito a atualização do inventário da legislação existente que, por sua vez, dava nota

de que era transitória até existir uma legislação regional. E, por isso, em primeiro lugar, um agradecimento também pelo repto que lançámos e pela forma construtiva como foi dado esse passo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois, também uma palavra para o PS, que após o trabalho em Comissão, lançou o desafio de fazermos uma iniciativa conjunta. Por sua vez, no debate, com o trabalho também do Bloco de Esquerda, tendo, assim, os três partidos da Coligação e o PAN, (mais o PS e o BE), chegado a um consenso.

Isso também só foi possível, porque houve bastante dedicação da CAPADS, na pessoa do seu Presidente, o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo. De modo que para ele também uma palavra de apreço.

Os consensos foram alargados, a verdade é que por vezes fomos questionados sobre a demora em chegarmos a este momento. Mas se olharmos um pouco para trás, para todas as fases e todos os consensos que foram construídos, acho que foi um modelo que levou tempo, mas foi sólido. Assim sendo, estas são as notas, revendo-me naquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves e na valia que entendemos que representa para os Açores a existência deste instrumento, porque muitas vezes olhamos para as nossas ilhas da forma como as vendemos, com as nossas paisagens e jardins, resultado daquilo que é endémico e daquilo que foi introduzido, mas esse é um património que tem que ser acarinhado, classificado, protegido e que tem de ter a legislação que assim o interprete para nós, acima de tudo, mas que depois será certamente um potencial para divulgação e para, digamos assim, *vender* os Açores.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(* **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda e PPM e a Representação Parlamentar do PAN apresentam nesta Assembleia um diploma conjunto, com a finalidade de classificar o arvoredo de interesse Público para a Região.

Este poderá ser um conjunto de árvores denominado *bosque* se for superior a 5000 m² ou *bosquete* se a sua dimensão for inferior a 5000 m². Mas até árvores isoladas que tenham características suficientes para obter essa distinta classificação.

Para tal, essas ordens sujeitas à classificação de interesse público, têm que ter parâmetros que as diferenciem das demais, como a sua raridade, o seu porte, a sua idade e a sua história.

Dessa forma, caberá aos serviços de ambiente florestal e cultural, salvaguardar as condições ideais para a sua preservação e conservação, de forma que os seus valores ecológicos e ambientais fiquem perpetuados no tempo, fazendo valer o que do património arbóreo nos foi deixado. É uma enorme herança que nos compete receber e preservar.

Na nossa análise, este é um diploma completo, com diversos artigos que robustecem a proteção e conservação dessas árvores com história que continuam vivas e de pé, persistindo por décadas ou até mesmo séculos, feito esse, só atingível por seres vivos vegetais.

Estão aqui salvaguardadas as intervenções antrópicas possíveis de se realizar, de modo que não sejam tomadas decisões espontâneas que possam colocar em causa a preservação desse património natural, como podas ou a utilização de produtos tóxicos sem serem feitos por arboristas especialistas nessa área em específico.

Está também prevista uma zona de proteção envolvente às espécies arbóreas, ou conjunto delas, com o intuito de preservação, conservação e beneficiação da sua envolvência, que releva o património natural, valorizando e vincando o seu valor paisagístico num todo.

Qualquer pessoa pode sugerir ou propor a classificação do arvoredo de interesse público.

Assim sendo, quero já deixar um exemplo disso, referindo um exemplar excecional que se encontra na ilha das Flores e que segundo os critérios elencados neste diploma, parece-nos suficiente para chegar à sua classificação, preservação e manutenção da zona envolvente, para resultar num chamariz visitável, quer seja para os visitantes da ilha, quer seja para os próprios habitantes.

Trata-se de uma laranjeira de grande porte, com mais de 1 metro de diâmetro e que, segundo alguns anciões, a referida árvore foi plantada no tempo áureo em que se produzia laranja para exportação e que sobreviveu entre as outras espécies irmãs. E neste momento, terá garantidamente mais de um século. Tendo em conta que o tempo máximo de vida de uma árvore dessas

é de 50/60 anos, no nosso entender, esta laranjeira que sobreviveu ao longo dos tempos e construiu uma história deverá perdurar no tempo. Estou certo de que este diploma assegurará que tal aconteça.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente, faça o favor.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A história deste diploma é positiva.

Costuma-se dizer que os consensos são o produto da intersubjetividade dos discursos. Neste caso, foram o produto de objetividade de um grupo alargado de partidos que trabalhou para conseguir um bom diploma. E é um bom diploma por várias razões. Não só porque na arquitetura portuguesa e europeia - porque há um estudo europeu que faz a comparação da legislação que versa esta matéria em 23 países - acaba por chegar às conclusões que estão aqui plasmadas, e bem, neste novo diploma, mas é também uma iniciativa que tem uma boa e vasta amplitude, porque se aplica ao arvoredo de interesse público, porque se interessa pela questão da classificação e dos povoamentos florestais, quer sejam bosques ou bosquetes, arboretos ou espécies vegetais, quer sejam mais ou menos raras

e, por isso, este diploma consagra um conjunto de situações que tem a ver também com a nossa história.

A nossa história, nesta matéria, é extremamente rica em termos daquilo que nós chamamos, e que se chama na gíria, a *especiação*, ou seja, temos espécies próprias, nomeadamente resultantes de isolamento geográfico, mas também da capacidade que essas espécies tiveram de uma deriva genética diferente.

Chama-se a isso, como alguns saberão, “especiação alopátrica e simpátrica”. Mas o que interessa, sobretudo, neste diploma, é realçar que todas aquelas situações que foram indicadas pelo Sr. Deputado Pedro Neves e que têm a ver com a Carta de Florença e com o “Espírito do Lugar” da Convenção de Québec e outras convenções similares, acabam por traduzir um princípio fundamental que está também integrado neste diploma que são os valores positivos, sociais e humanistas das sociedades ocidentais que valorizam as questões ambientais.

Queria, por isso, dizer também que este diploma foi possível concretizar, perante uma iniciativa (inicial) do PAN, uma proposta de decreto legislativo regional do Partido Socialista e também uma proposta de decreto legislativo regional dos partidos da Coligação. E já foi dito aqui, mas é justo realçar, o trabalho meritório, não só dos elementos, mas da coordenação equilibrada e da coordenação meritória do Sr. Presidente da Comissão que facilitou os trabalhos da mesma.

Por isso, é um bom diploma que fica para a história dos Açores. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras, em primeiro lugar, para salientar o aparecimento e a chegada ao plenário desta proposta, que provém da Comissão do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e que o Bloco de Esquerda subscreve naturalmente com gosto. Não podendo deixar de também realçar o trabalho inicial dos partidos que tiveram as iniciativas que mais tarde de certa forma se fundiram ou adaptaram neste Projeto de Decreto Legislativo Regional – o PAN, os partidos da Coligação e o Partido Socialista que, como já foi aqui referido por diversas vezes, com o seu trabalho na Comissão, foi possível desenvolver e chegar a uma proposta que, de facto, juntando várias visões e várias sensibilidades - pensamos nós – terá um melhor regime jurídico para a classificação das aves notáveis e de conjuntos arbóreos na Região que tem, como é sabido, características próprias, que não são idênticas aos conjuntos arbóreos e árvores notáveis no resto do País, principalmente no continente, pela curta idade, em termos naturais, que os Açores têm e que exige também uma visão e legislação sobre esta matéria.

Esta tem sido uma preocupação também da sociedade. Várias pessoas que têm estudado os conjuntos arbóreos e de árvores notáveis nos Açores, que têm divulgado esse mesmo património natural. E também é preciso salientar que esta matéria foi alvo de uma petição na Legislatura passada. Há também extensa literatura sobre esta sobre esta matéria na Região, no que concerne

os nossos jardins históricos e zonas também urbanas (e não urbanas), que têm de facto características únicas e que importa preservar, classificar, divulgar, porque são parte do nosso património natural, mas como também já foi referido, do nosso património histórico.

Esperando que essa legislação seja efetivamente um meio para o preservar, para o tornar mais rico e para o divulgar, saibamos nós utilizá-la da melhor forma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A primeira palavra do Governo Regional é para felicitar este hemiciclo pela larga concordância encontrada relativamente a esta iniciativa e este diploma que está hoje em apreço para votação.

É de saudar, é positivo e é favorável que assim seja, um produto final a favor do nosso património vivo, neste caso, manifestado em espécies arbóreas, quer sejam endémicas, quer sejam autóctones, quer sejam de outra variedade ou de outra classificação.

Nem sempre uma discordância pulverizada, mas uma discordância concentrada. Isto é positivo. Isto é salutar e é um exemplo que damos aos açorianos de que é possível, com visões e propostas diferentes, encontrar um produto final que seja não só para manifestar árvores do passado com história, mas principalmente que essas árvores tenham um futuro. Ou seja,

criamos um regime de legalidade muito próprio na Região Autónoma dos Açores, que permita, de facto, essa conservação e permita, acima de tudo, outro aspeto fundamental, hoje em dia, que é a inter-sustentabilidade. Cada um de nós pode ter a sustentabilidade. Cada geração pode ter a sua sustentabilidade, mas é preciso criar uma base comum de sustentabilidade entre as atuais e as próximas gerações.

Penso que este é momento que devemos registar como um momento de inter-sustentabilidade geracional. Isso é fundamental na legalidade própria da Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, queria dizer-vos também que persistia a necessidade de transpor a Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro. Conseguiu-se, parabéns a este Parlamento por esta transposição ajustada às nossas necessidades. Persistem, ainda, algumas situações, mas são situações internas do Governo, porque há três departamentos envolvidos, como sabem, o ambiente, a cultura e a agricultura que queremos que, mediante a publicação da regulamentação do diploma, operacionalizar questões que ainda não estão operacionalizadas. Mas este é um trabalho nosso. Esta é uma responsabilidade nossa que, agora, advindo do resultado desta votação, o Governo terá que trabalhar na regulamentação para que ela seja a mais ajustada, indo de encontro às pretensões das Sras. e Srs. Deputados.

Chamamos, no entanto, a atenção de que provavelmente 60 dias será um prazo curto para este trabalho de coordenação e co-responsabilização entre os três departamentos do Governo, para que tenhamos, de facto, um regulamento mais próprio e que dê realmente resposta às vossas intenções.

Gostaríamos que este prazo para a regulamentação fosse dilatado, para termos algo que possa satisfazer todas as pretensões manifestadas neste diploma que vai hoje a votação.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A rica variedade paisagística é uma característica marcante dos Açores, o verde da clorofila, os vários tons de verde, que ao longo do dia até vão variando numa mesma ilha, mesclados com um negro basáltico, criam um ambiente único e singular nesta Região. E da mesma maneira que há várias tonalidades de verde, também aqui neste Parlamento, a diversidade política chegou a um consenso. E o consenso está nesta proposta que agora está em debate e vai a votação. É o resultado do trabalho de vários partidos com um objetivo único: preservar aquilo que é único, que é singular e que é a nossa imagem de marca, o nosso verde, a nossa floresta, a nossa paisagem, as nossas árvores. E, portanto, é isto que é entregue aos açorianos. É um consenso, um consenso generalizado.

Muitas vezes aqui debatemos, e até com algum fervor, as nossas ideias que são divergentes, mas nesta matéria, foi possível atingir um consenso. E acho que damos um bom exemplo aos açorianos.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 72/XII, começando naturalmente por votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 72/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os primeiros 10 artigos do diploma não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação, então, os 10 primeiros artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta de alteração ao n.º 14 do Artigo 11º que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 11, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Artigos de 12º a 16º também não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição, estão à votação os Artigos 12º, 13º, 14º, 15º e 16º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Temos agora uma proposta de alteração ao número 4 do Artigo 17º que está a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 17º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Artigos 18º, 19º e 20º não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição, estão à votação os Artigos 18º, 19º e 20º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração feitas aos n.ºs. 3 e 4 do Artigos 21º em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigos 21º do diploma com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os últimos quatro artigos do diploma, os Artigos 22º, 23º, 24º e 25º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº.72/XII** foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Avançamos na nossa agenda para o ponto 9, **Projeto de Resolução nº.93/XII** – “Criação de mecanismo compensatório para o setor dos laticínios”. É apresentado pelo Sr. Deputado Independente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para a sua apresentação.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava a minha intervenção por fazer uma declaração de interesses.

Eu não tenho nenhuma exploração agropecuária, nem tenho um familiar direto em primeiro, segundo ou terceiro grau que a tenha.

Feita que está esta declaração de interesses e para contextualizar a iniciativa, gostava de fazer uma pequena explanação do que é a vida da agropecuária atualmente nos Açores.

Vou dar como exemplo, um *Senhor João Silva* – hão-de existir uns quantos na Região que se chamem assim e tenham explorações de agropecuária.

O Senhor João Silva, há 25 anos comprou uma exploração agrícola pagando a parte aos irmãos pela divisão de uma herança e ficou a explorar essa lavoura que já era dos pais.

O Senhor João Silva assumiu as dívidas dessa exploração e a partir daquele momento, tinha dois filhos ainda pequenos que gostavam da exploração e do negócio do avô que passou a ser do seu pai.

Os tempos eram mais promissores e existiam políticas públicas que indicavam que uma exploração com raças mais apuradas, com investimentos no apuramento dessas raças, com maior investimento para que houvesse mais produção em litros de leite, levava a que a exploração tivesse outra rentabilidade.

O Senhor João Silva, acreditando nos decisores políticos na altura e nos pareceres técnicos, fez os investimentos necessários para ter essa maior produção de laticínios.

O Senhor João Silva, a partir desta altura, à luz de alguns vizinhos e conhecidos, era considerado um homem rico, não obstante nunca usar gravata, mas tinha uma lavoura e uma casa, tinha uma carrinha nova (que alguns chamavam de *Jeep*) e tinha também três tratores.

O que é certo é que foram se passando os anos e a exploração do Senhor João cada vez teve menos rentabilidade.

A casa do Senhor João Silva já não é pintada há mais de 20 anos por indisponibilidade financeira. Os tratores envelheceram e o terceiro trator que foi comprado aconteceu, porque foi a única forma do Senhor João continuar

a andar de trator, porque não há políticas públicas para apoio à reparação do trator antigo que tinha e que avultados custos de reparação tinha.

O que é certo é que o Senhor João Silva tem 55 anos, o funcionário que trabalha com ele tem 59 anos, todos os dias falam da força dos braços que já não existe e o colaborador do Senhor João Silva, que já trabalha com ele desde o tempo do pai, ainda não pôs baixas prolongadas, porque precisa do dinheiro que leva para casa e por amizade ao João Silva.

Todos os dias se perguntam quanto tempo mais vai durar a exploração agropecuária que de que estamos a falar, porque o que é certo é que os custos de contexto, mas também a idade que já vai pesando nos braços e nas costas destes dois Senhores, do João Silva e do colaborador, ditam a prazo o fim da lavoura.

Os seus dois filhos, que gostavam muito de um negócio, hoje, um emigrou para o Canadá e o outro trabalha numa outra qualquer atividade.

As silvas que rodeiam as barreiras das pastagens olham atentamente para o Senhor João Silva, à espera do dia em que deixe de ter a possibilidade de tomar conta das pastagens para as silvas tomarem delas.

Sras. e Srs. Deputados:

a história de *João Silva*, obviamente que não é do João Silva, é de tantos e tantos lavradores que existem na nossa terra.

A criação de um mecanismo compensador para o setor dos laticínios visa precisamente envolver a Assembleia Regional, para que esta, perante a Assembleia da República e o Ministério da Agricultura, a Comissão Europeia, a Comissão do Parlamento Europeu da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e o próprio Parlamento Europeu, criem condições

para que a exploração do Senhor João Silva não caia quando cair a força dos braços que ainda lhe resta.

Por isso, é da maior urgência que haja políticas públicas, que haja envolvimento do Parlamento Regional, no sentido de que a produção de leite nos Açores se perpetue.

O desafio é criar a garantia de rendimentos aos *João Silva* deste mundo.

O desafio é também a continuação da afirmação da Região dos Açores com produtores de leite de excelência.

O desafio é manter a nossa paisagem.

O desafio é também criar condições na indústria dos laticínios dos Açores, para que faça os investimentos necessários, de forma que permitam a permanência dessas mesmas indústrias de laticínios nos Açores.

O desafio, ainda, é trazer o filho do Senhor João Silva que reside hoje no Canadá e desafiá-lo a ficar com a exploração agrícola do pai.

Por isso, apresentei este Projeto de Resolução nesta Assembleia, para trazermos mais um açoriano de volta à sua terra e garantirmos o futuro da agropecuária nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Independente Carlos Furtado traz aqui a debate a questão da fileira do leite.

No entendimento do Grupo Parlamentar do CDS, hoje, tal como temos defendido ao longo destes anos, a única forma que a Região tem de se tornar competitiva neste setor é, sem dúvida, por via da redução dos custos de produção e acrescentando valor pela transformação do leite em produtos lácteos de excelência, conseguindo efetivamente essa valorização, porque é sem dúvida fundamental que se promova a qualidade da nossa matéria-prima - o leite de qualidade excepcional - em termos nutritivos, valorizando estes atributos nutricionais, o que parece-nos que nos dias de hoje, em que temos uma sociedade cada vez mais sensibilizada para as questões de saúde e questões ambientais, deve ser esse o caminho.

Este valor nutricional que resulta também dos nossos animais alimentados essencialmente por pastagem, é algo que deve ser promovido por via da valorização para, assim, conseguirmos a valorização que pretendemos dos nossos produtos.

Sem dúvida que este caminho da valorização é um caminho que passa pelo esforço conjunto do Governo, da indústria, da distribuição, dos representantes do setor e dos produtores. Mas, sem dúvida que a palavra-chave é **valorizar**; exatamente valorizar pelas características únicas, como disse, do nosso leite; valorizar para aumentar o rendimento dos nossos produtores e das explorações numa atividade de grande exigência.

A verdade é que a produção de leite é uma das atividades mais exigentes, porque os produtores de leite têm que estar dentro do horário da manhã e do horário da tarde, a ordenhar os animais, faça sol ou faça chuva, seja feriado ou fim de semana.

Realmente é uma atividade de grande exigência e, por isso, é necessário que o rendimento dos produtores se reflita e isso só poderá ser pela via da valorização do produto.

Cada vez mais é necessário valorizar para reforçar a competitividade das nossas explorações. Isto para nós já fazia sentido no passado e sempre o defendemos e agora, por maioria de razão, cada vez mais, ou seja, é necessário valorizar para reforçar a competitividade das nossas explorações agrícolas.

Consideramos que o caminho que está a ser traçado por este Governo é o caminho que deve ser continuado, para que tenhamos os produtores mais motivados para a produção de leite, para que se sintam valorizados pela sua atividade. Sem dúvida que isso é fundamental.

Um dos objetivos desta iniciativa é criar aqui um grupo de trabalho...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual grupo de trabalho? Onde é que ele está?

A Oradora: ... que avalie a situação do leite, criando um grupo por via da Subcomissão de Economia. Mas, ao fim e ao cabo, o que se pretende é criar realmente um grupo de pressão, digamos assim, que são sempre importantes, por forma a sensibilizar os decisores, quer a nível nacional quer a nível europeu, das nossas especificidades. A verdade é que na Região temos um produto de qualidade, mas que tem especificidades próprias dentro da mesma e em cada uma das ilhas.

A verdade é que, neste momento, e olhando para os números de produção de leite, temos 43% da produção que vai para a produção de queijo, mas temos 22% que vai para a produção de leite em pó. Realmente consideramos que aqui existe uma margem de crescimento e de valorização do produto até para a própria indústria, porque a verdade é que o leite em pó é um produto de

baixo valor e, como tal, devemos apostar nos produtos de valor acrescentado, até porque temos uma matéria-prima de excelência.

Queria também dizer, uma vez que estamos a falar da fileira do leite em que a pastagem assume um papel fundamental como fator da redução dos custos de produção e que deve ser vista promovendo os recursos endógenos, também queria deixar aqui este alerta, a maior parte das nossas explorações tem um regime de extensificação, muitas vezes associado a compromissos em que não é possível fazer a renovação da pastagem, daí querermos, tal como já o fizemos no passado, deixar este alerta sobre a importância que tem o melhoramento da pastagem, para que efetivamente se consiga efetuar esta redução de custos. Para esse melhoramento e acompanhamento – nesta visão – das explorações, o apoio técnico ao lavrador é seguramente um dos investimentos com maior retorno. Esta é também a nossa visão, já o tem sido no passado e continuamos sinceramente a acreditar que esse é o caminho, porque realmente este acompanhamento técnico, hoje em dia, é cada vez mais fundamental para que os produtores tenham um maneio de pastagem cada vez mais eficiente.

O CDS sempre defendeu este sistema extensivo, foi sempre tornada pública a nossa posição quanto à estabulação. E a verdade é que este sistema extensivo, no nosso entendimento, garante também uma gestão sustentável do território, permite uma aposta no setor agropecuário, mas na perspetiva ambiental, que é a nossa imagem de marca que é necessário ser preservada. Esse tem sido o nosso entendimento, e mantém-se, isto é, que o caminho tem que passar pela valorização do produto com o compromisso entre todos. E como tal, é importante valorizar o nosso leite pelas suas características

nutricionais e que isto se reflita no maior rendimento ao produtor que é sempre o elo mais fraco de toda esta cadeia.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo confessar que iniciativas deste tipo não são simpáticas para a Iniciativa Liberal, porque traz ao debate, pela enésima vez, o problema do sector leiteiro na Região Autónoma dos Açores e o problema da sustentabilidade da agricultura açoriana que está assente basicamente também neste sector. Traz-nos à lembrança o permanente problema da falta de valor acrescentado dos produtos da fileira do leite, dos produtos finais.

Ao contrário do que diz a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, o leite em pó não tem que ser um produto de baixo valor acrescentado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Mas é!

O Orador: Pode ser inclusivamente um produto, que vá introduzir valor noutros produtos da fileira do leite. Aliás, quem nos compra o bilhete em pó a baixo preço, transforma-o em produtos de valor acrescentado, acrescenta valor aos seus produtos com o nosso produto desvalorizado. E a sustentabilidade da produção agrícola nos Açores também depende da inovação, da tecnologia, da capacidade de sermos críticos com aquilo que

temos mantido ao longo dos últimos anos. E, nesse aspeto, também. já devem ter reparado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, temos apelado constantemente a algum sentido de responsabilidade - também da nossa parte - a não sermos levianos na forma como nos apresentamos no panorama político regional.

Nesse sentido, inclusivamente (vai fazer agora 2 anos) em sede de um acordo de incidência parlamentar, inscrevemos precisamente a criação dum *conselho científico para a inovação agroalimentar* que poderia - assim tivesse querido o Governo Regional dos Açores ser mais rápido, mais consequente, e mais empenhado no cumprimento desse acordo de incidência parlamentar - ter contribuído para alguma informação, algum conhecimento científico que nos permitisse, hoje, estar aqui com outra base, a defender este diploma do Sr. Deputado Independente, ou outro diploma qualquer, porque todas as semanas podemos apresentar projetos de resolução neste sentido.

Se nós não encararmos esse problema com empenho, com empenhamento científico, com coragem, vamos estar aqui daqui a 20 anos, provavelmente, os nossos filhos a discutir o mesmo problema que já se discute há 20 anos.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Nessa altura já não haverá lavradores, senhor!

O Orador: Há-de haver.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Nessa altura já não há!

O Orador: É neste sentido que não posso acompanhar mais esta... *medidinha*, porque é de mais uma *medidinha* que se trata.

Eu peço perdão, ao Sr. Deputado Carlos Furtado por estar a usar esta terminologia, mas é um facto, é uma *medidinha*. E nós não podemos

permanentemente estar aqui a aprovar *medidinhas*, para adiar uma **medida estrutural** que possa, de facto, resolver o problema que a Região Autónoma dos Açores tem, neste momento, e que se prende com a desvalorização do nosso maior ativo que é o empenho dos nossos agricultores/produtores de leite, que à porta da fábrica entregam um produto de qualidade e veem esse produto ser destruído na sua fileira, até à prateleira do supermercado, inclusivamente ser vendido como “marcas brancas” na distribuição, com a valorização de uma marca chamada “lacticínios dos Açores”. Isto não pode continuar. E não é preciso este Projeto de Resolução nem mais projetos de resolução sobre esta matéria.

O que é preciso é olhar de frente para esse problema, encará-lo com coragem e mudar aquilo que tem que ser mudado!

Não podemos continuar nesta senda!

E, Sr. Secretário Regional, perdoe-me, mas este “conselho científico para a inovação agroalimentar” já tinha que estar instalado.

Eu percebo que a medida prevista vai ser cumprida durante a Legislatura, mas era preciso esperar por 2024, para chegar ao dia das eleições, e dizer assim:

“- Sr. Deputado Nuno Barata, nós cumprimos!”.

Deputado Pedro Neves (PAN): Está cumprido? Está é vazio, mas está lá!

O Orador: Não está cumprido, não, senhor!

E quem disser que está cumprido, está a mentir aos açorianos e está a mentir a esta Casa! Portanto, não está cumprido!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não está cumprido e não vale a pena escamotear e fingir que se arranjou outra coisa, que se arranjou outro instituto, ou mais uma solução.

É assim, porque foi condição *sine qua non* para a aprovação do programa do XIII Governo Regional dos Açores! – ponto final.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):**Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção anterior, os lavradores andam há décadas a ser enganados.

Ora é a vaca tal, hora é a ração x, ora é isto, hora é aquilo, ora é aquele outro. A parte que tem mesmo falhado é pagar dignamente os lavradores.

Onde é que está o problema?

O problema não é nosso.

O problema é da distribuição e da indústria.

A distribuição mantém a indústria refém nos preços. “Vocês vão vender barato para nós vendermos barato e termos um produto âncora”. E a indústria diz aos lavradores, “nós compramos, mas compramos ao preço que queremos”.

Tudo isto está errado e continua-se a mentir aos lavradores. E mais uma vez, vamos mentir aos lavradores, com populismo, com demagogia, diz-se que se vai fazer alguma coisa.

Cabe na cabeça de alguém que algum dia terá que ser o contribuinte a pagar aquilo que os privados não querem assumir?

Nós estamos na Europa a pagar já 60 cêntimos o litro de leite. E nós andamos aqui nos Açores a brincar os lavradores.

Os lavradores que estão em casa e já perceberam isso há bastante tempo, começaram a reduzir as manadas, começaram a reduzir a produção de leite e esse, sim, (o preço) aumentou.

Se demos um pequeno e simpático contributo? Também demos. Quando em agosto de 2021 dizíamos que o aumento tinha que ser de 10 cêntimos. Neste momento, é muito superior a 10 cêntimos. Mas também aumentaram os custos de produção.

Eu conheço vários lavradores, inclusive temos aqui um – o Sr. Deputado Alberto Ponte - temos trocado muitas impressões, que esteve comigo no dia 23 de dezembro numa reunião com lavradores. Nós ouvimos da boca deles. Os lavradores não estão aqui à espera, ao contrário do que muita gente diz...

Deputado Carlos Furtado (Indep.): E que resultados é que saíram dessa reunião?! Só reúnem e não há resultados!

O Orador: ... ao contrário de muitas pessoas... o senhor está aqui a fazer **chantagem e demagogia** com os açorianos!

No meu entender, se a lei fosse honesta, nem sentado aqui estava e depois anda-se a enganar as pessoas!

Venha a revisão constitucional para que não se permita este tipo de circo!
Isto é um circo!!

Nós temos que refletir todos sobre o que é que anda aqui a acontecer!

Nós estamos aqui a enganar os lavradores, estamo-nos a enganar a nós próprios!

Disse o Sr. Deputado (Nuno Barata), e disse bem, quando a distribuição começar a agir corretamente, quando a indústria começar a agir

corretamente, nós não vamos andar aqui a brincar aos *diplomazinhos* a tentar resolver o problema dos lavradores.

Já enganámos demasiadas vezes os lavradores. E os lavradores têm que perceber que eles é que têm que tomar este caminho. E eles já tomaram e bem! E nas conversas que temos tido, eles têm dito isso. Ainda há poucos dias encontrei um lavrador da Ponta Garça que disse, “olhe, já fechei lavoura. Já não tenho idade para isso. Já não tenho idade para continuar nisso”.

Este estado de politiquice ...vamos todos fazer uma reflexão. Eu vou fazer uma reflexão. Porque eu que, como a maioria dos Deputados aqui, faço um trabalho sério, não vamos entrar numa coisa dessas.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Trabalha?!

O Orador: O senhor vai-me deixar falar ou vai continuar aí...

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Os apartes são regimentais!

O Orador: Apartes o quê?! O senhor diz aí umas coisas.

Nós temos que fazer esta reflexão.

Senhores, vamos refletir se vale a pena. Se é para estarmos nisto, vamos pedir ao povo que clarifique esta situação.

Nós não vamos continuar neste tipo de patetice!

Isto é enganar as pessoas!

Eu não vim para aqui enganar as pessoas!

Eu recuso-me a enganar as pessoas!

Eu quero trabalhar com seriedade: é sim, é **sim!** É não, é **não!**

Não vamos é dizer “eh pá a gente aprova isto e depois não se executa”.

Onde é que estão os pacotinhos de leite?! Foi a mesma coisa.

O frade não leva três em capelo – não leva! E já vão duas.

Eu não vou por aí!

Vão-me desculpar, mas eu não vou por aí.

Eu vou-me sentar com a minha gente e vamos fazer essa reflexão muito a sério, vamos ver se vale a pena andarmos a brincar com isto, porque eu tenho muito respeito pelos lavradores.

O meu avô assim o foi. O meu sogro, assim o foi.

Tenho muito respeito pelos lavradores.

Não vou permitir que, mais uma vez, se faça pouco desta gente que trabalha debaixo de chuva, debaixo de sol, todos os dias.

Não vou permitir isso!

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis do Deputado Carlos Furtado)

Deputado José Pacheco (CH): Eh, pá, mete-te em casa!!

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco...

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Excelentíssimo Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estaremos sempre ao lado de tudo o seja esforços e trabalhos desenvolvidos, seja em termos locais seja em termos nacionais, nos órgãos políticos ou em grupos de reflexão que vão ao encontro do pagamento cada vez mais justo e equitativo do esforço dos agricultores. E daquilo que tem sido muito reivindicado ao longo dos tempos que é o justo preço do pagamento do leite aos lavradores dos Açores.

Como ontem foi referido, é preciso lembrar e dizê-lo bem alto, que estamos talvez perante o momento do preço mais alto de pagamento do leite aos lavradores dos Açores.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: É óbvio que toda a cadeia se está a ajustar.

Podem existir interpretações de que houve aumento da procura.

Houve claramente também sinais no abaixamento da produção e, portanto, acho que deveremos continuar a levar em conta todo este movimento dos mercados e também ter em conta aquilo que são os custos de produção. Mas é importante não esquecer aquilo que já foram as ações do Governo Regional que passaram, em parte, pela reconversão de explorações. Passaram, noutra situação, pela compensação vinda do abaixamento da produção sem quebras nos apoios que eram atribuídos. E é preciso lembrar que não existindo rateios, foram cerca de mais 5 milhões de euros por ano que entraram nas explorações de leite dos Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, estas também já são marcas e medidas desta governação.

Relembrar também aquilo que é uma das questões que temos debatido muito atualmente, relacionada com os custos dos alimentos adquiridos pelas explorações dos Açores e aquele que foi o incentivo à produção regional do auto provisionamento foi o apoio à aquisição de sementes que levou, em concreto, a um apoio monetário de cerca de 2 milhões de euros às explorações dos Açores, mas que se reflete - queremos nós acreditar - num abaixamento dos custos de produção, porque são reservas alimentares que se estão a criar na Região.

É preciso lembrar que não se muda o modelo de produção num ano e meio. E nós temos dados que demonstram que já tínhamos custos elevadíssimos, ligados aos limites adquiridos. Este é o modelo que foi implementado pelo Partido Socialista. E este é o resultado do seu modelo de produção. E temos um modelo também de transformação e valorização dos produtos lácteos que também teve o aval dos governos socialistas. E, portanto, quando avaliamos toda esta cadeia, sabemos bem aquilo que está a ser implementado pelo Governo Regional – e eu referi aqui medidas em concreto - que demonstram que baixando a produção, temos tido mais valorização, incentivando a produção de cereais e de alimentos para a produção animal que estamos a importar menos. E quero relembrar também que, neste momento, mesmo tendo um peso muito importante nos custos de produção, temos os combustíveis mais baixos do País para os agricultores.

É nesta perspetiva do trabalho já realizado, estando atentos ao mercado e às alterações de consumo e dos custos de produção, que nos posicionamos leais àquilo que afirmei de estarmos ao lado de todas as posições reivindicativas, todas as formas de pressão, sejam em que palcos administrativos ou políticos, na defesa do pagamento justo das produções de laticínios dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando se fala no rendimento dos produtores de leite, este é um assunto que merece toda a nossa atenção. O setor merece que se olhe para ele no seu problema, na sua origem e que se resolva aí.

Mas centremo-nos nesta iniciativa. O que ressalta à primeira vista é que o Sr. Deputado Carlos Furtado recomenda que a Assembleia faça aquilo que o Governo não está a fazer.

Mais: o que esta proposta faz é demitir o Governo das suas funções, é dizer que o que este Governo tem andado a fazer, não está a resultar. Aliás, podemos mesmo dizer que um dos Deputados que apoiam este Governo está resignado com a ação deste Governo. E a prova clara disso foram as declarações do Sr. Deputado enquanto apresentava o seu Projeto de Resolução naquela tribuna.

É obrigação deste Governo reivindicar e defender os direitos e os interesses dos nossos agricultores, tanto a nível nacional, como a nível europeu. É certo que pode contar com o apoio desta Assembleia. Não pode é esperar que esta Assembleia faça o trabalho do Governo.

A Assembleia é o poder legislativo. O Governo é o poder executivo, pelo menos assim o deveria ser.

Relativamente a esta proposta, nós de facto temos bastantes reservas e dúvidas quanto à sua operacionalização.

Como é que se vai garantir a inexistência deste diferencial de preço? E qual é o valor que estamos a falar para esta proposta?

No início da semana, o Sr. Secretário fazia referência ao plano estratégico para a fileira do leite, dizendo que agora sim, tínhamos meios para governar, porque sabiam quanto é que custa produzir 1 litro de leite e quem é que está a ficar com a *fatia de leão*.

Pois muito bem, Sr. Secretário: quanto é que hoje está a custar produzir 1 litro de leite e quem é que está a ficar com a *fatia de leão*?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O PS que roubou os agricultores! 5 milhões ao ano!

A Oradora: *Claro que sim!*

Relativamente às declarações da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, quando diz que uma das formas que nós temos de ajudar os produtores, é ajudar a tornar as explorações mais eficientes, mais autónomas. Concordo consigo. Mas a verdade é que o que este Governo tem feito é exatamente o oposto. E não sou eu que o digo, não é o Partido Socialista que o diz. É o próprio CESA, quando nas suas declarações diz que “condena a redução da verba destinada ao sector agrícola açoriano, considerando que representa um claro retrocesso na valorização da agricultura enquanto atividade económica da Região”.

Relativamente às declarações do Sr. Deputado Marco Costa, pois muito bem, o que eu lhe tenho a dizer é que quando se fala da medida da redução voluntária, como se se tivesse vencido a batalha quando ela ainda está longe de terminar, vir aqui falar desta medida como se fosse a *mãe das boas novas*, é iludir esta câmara, é iludir os açorianos, é iludir todos os lavradores.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Chegou-se a um ponto em que os custos de produção dispararam de tal forma que se tornou insustentável a qualquer exploração

agrícola produzir leite. Daí que os produtores se viram obrigados a reduzir a sua produção. Por exemplo, no continente, os produtores também reduziram a sua produção de leite...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Foi programa nosso! Pagamos para isso!

A Oradora: E por sinal, o preço do leite subiu mais no continente do que subiu na Região, Sr. Secretário.

Como é que explica esta contradição?!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É preciso ter lata!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Ela não sabe!

A Oradora: Relativamente ao apoio das sementes correspondem a 10% de toda a sementeira.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): A senhora não vive aqui!

A Oradora: Este Governo anunciou esta medida como uma forma de mitigar os aumentos dos custos de produção. A ração para os animais sofreu aumentos já em mais de 40%. Os fertilizantes sofreram aumentos de mais de 130%. O gasóleo agrícola sofreu aumentos de mais 100%.

O que este Governo apresenta é uma medida que corresponde a 10% do custo de uma das práticas agrícolas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que o Deputado Independente Carlos Furtado nos traz, levanta uma vez mais o problema dos custos, aliás, do rendimento dos produtores de leite.

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PS, CDS-PP, PSD e Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu quero ouvir a intervenção do Sr. Deputado António Lima.

Faça favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

Como estava a dizer, esta proposta do Sr. Deputado Carlos Furtado traz o debate a questão do rendimento dos produtores de leite na Região. Traz a debate obviamente o problema de como é que é possível aumentar este rendimento e de como fazê-lo? - já agora, no contexto atual que não é idêntico ao contexto que vivíamos há um ano atrás.

O Sr. Secretário da Agricultura gosta muito de estar em conversa, mas julgo eu que não é o momento para isso.

Este contexto atual implica que nós tenhamos um cuidado que não seria tão preocupante há um ou dois anos atrás quando se debatia este mesmo assunto, por diversas vezes na Região que é efetivamente o problema da inflação. É

porque nós estamos naturalmente num contexto em que não podemos nem devemos fomentar que o preço na prateleira dispare e (dispare) ainda mais do que tem acontecido, porque isso significa que num bem essencial como é o leite, muitas famílias não tenham capacidade de o comprar.

Ainda, hoje nós temos notícias na comunicação social, num jornal nacional, de que já há supermercados no País que colocam alarmes em latas de atum. Este sinal é efetivamente preocupante. E as soluções para aumentar o rendimento dos agricultores não podem significar que a generalidade das pessoas, aqueles que têm fracos rendimentos, não consigam comprar um bem essencial como o leite que desde janeiro, já subiu quase 40% na prateleira dos supermercados. Ou seja, a intervenção que deve existir da parte dos governos e do Governo Regional, em particular, deve se focar nos custos de produção e na redução dos preços dos custos de produção, para não fazer disparar a inflação e o custo do produto na prateleira.

Eu faço esta introdução, porque é importante perceber a proposta que está aqui em cima da mesa, para além das questões formais, e de competência que a proposta de certa forma confunde.

A proposta procura criar um mecanismo, e eu foco-me foco na proposta e não de forma global naquele que é o problema, mas naquilo que se propõe aqui.

O Sr. Deputado Carlos Furtado quer criar um mecanismo de compensação do preço do produtor que compense o diferencial entre o preço pago (médio) na Região e o preço pago na Europa.

Vamos trocar isto por miúdos para perceber o que é que estamos a falar.

O *Senhor João Silva* que o Sr. Deputado Carlos Furtado referiu, imaginemos que recebe este ano ou este mês um preço à produção de 40 cêntimos. E

imaginemos que, por hipótese e por simplificação, o preço (médio) na Europa é de 50 cêntimos. Ou seja, o que o Sr. Deputado Carlos Furtado propõe é que a União Europeia pague o diferencial, isto é, pague 10 cêntimos ao produtor. O apoio é aprovado, o *Senhor João Silva* fica muito contente, porque tem mais 10 cêntimos, para a indústria, neste momento, é indiferente. E estamos todos mais felizes e com mais rendimento.

No mês a seguir, a indústria olha para este mecanismo e diz “bem, se nós reduzirmos o preço à produção em 10 cêntimos, o que é que acontece?”

Deputada Andreia Costa (PS): O Governo paga a diferença.

O Orador: A União Europeia ou o Governo Regional paga a diferença. E então, em vez de pagar no mês seguinte, 10 cêntimos de compensação, paga 20. Mas o industrial diz ao *Senhor João Silva*: “ó Senhor João, não te preocupes porque nós vamos descer com o preço em 10 cêntimos, mas a União Europeia paga”.

Então o *Senhor João Silva* diz: “Bem, é uma chatice, mas eu fico exatamente na mesma, por isso não faz mal”.

Só que o problema, Sr. Deputado Carlos Furtado, é que alguém está a pagar e somos todos nós. E alguém está a ganhar. E quem está a ganhar é a indústria que, em vez de ganhar 10 cêntimos, ganha 20. E é isso que o senhor está a querer fazer, ao criar um subsídio encapotado à indústria. E esse apoio perverso não é viável.

Sr. Deputado Carlos Furtado, eu percebo a sua boa intenção, mas esta proposta é completamente falhada e é um *tiro ao lado*. E só me admira se a Coligação a aprovar, porque ela de facto é exatamente contrária àquilo que a produção precisa, porque ela não precisa que somente a indústria lucre, precisa, sim, que se aumente o seu rendimento.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Regressamos às 10 para o meio-dia.

Eram 11h34.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11h55.

A Mesa não tem mais inscrições, neste momento, para o debate deste diploma.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O tema que está em apreço, independentemente da iniciativa, e como todos os deputados das diferentes bancadas e representações parlamentares já o reconheceram, é um tema importante para os Açores, porque o preço do leite não é um preço qualquer. É um preço de referência. É um preço com efeito multiplicativo em toda a economia. É um preço de motivação. E é um preço que evidencia uma das melhores e maiores produções agrícolas que nós temos na Região e que é a bovinocultura de leite. E, portanto, é um tema que também deve ser debatido nesta Casa, naturalmente com as diferentes visões e diferentes perspetivas e, quanto a isso, não há mal nenhum. Cada governo tem a sua visão, tenha sua estratégia, como também este Governo

tem a sua estratégia. E, portanto, o preço de leite, independentemente da iniciativa e de tudo o que seja a estratégia relativamente a ele, quer a montante quer a jusante, é algo que merece que esta Casa se dedique e dê centralidade a esta produção; centralidade política, centralidade ambiental, económica e social, porque também é um preço de conjuntura. Não é um preço qualquer, é um preço de conjuntura, tendo em conta um conjunto de preocupações, quer dos açorianos quer da humanidade em geral. Por isso, merece sim, ser falado, ser debatido e encontrar diferentes visões.

Ora, nesse sentido, queria com esta minha intervenção também mostrar e dar a conhecer aquela que é a nossa estratégia, em termos de governação para este setor pecuário em especial.

É uma estratégia diferente da seguida até aqui pelos anteriores executivos e no nosso entendimento, naturalmente que é uma estratégia de sucesso, mas consideramos que a estratégia seguida, embora ainda não tenha atingido todos os resultados que queremos, se tivesse sido seguida pelo anterior executivo, estaríamos em pior situação económica e social neste mesmo setor.

É uma estratégia que respeita e partilha as decisões dos produtores, desde logo, da Federação Agrícola dos Açores, um parceiro de reivindicação, mas também um parceiro de soluções, as quais têm sido tomadas em parceria com o Governo Regional.

Sr. Deputado Carlos Furtado, não é preciso invocar o senhor agricultor *João Silva*. Eu próprio durante 25 anos me dediquei à produção de leite e não tinha funcionários. Era eu próprio que me dedicava à operacionalização da produção de leite - durante 25 anos. Portanto, conheço bem este sector, conheço bem as suas dificuldades, conheço as pretensões, as motivações e

as desmotivações. Foram 25 anos a ordenhar vacas, Sr. Deputado, 25 anos da minha vida, não me envergonho. Pelo contrário, criou valores e princípios fundamentais para o resto da minha vida. Não quer dizer que outros setores não criem, mas este na minha vida criou valores e princípios que permitem estar a exercer também esta atividade pública.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A estratégia seguida até aqui, era uma estratégia quantitativa de produção de leite: mais leite, mais leite, mais leite, quando o *mais leite* era transformado (cerca de 40%) em marcas brancas. Ora, isso era um prejuízo que nós tínhamos na Região.

Os apoios existentes no POSEI, eram apoios numéricos para se produzir mais leite, quando as fábricas aplicavam multas ao excesso de leite. Uma contradição governativa em que, por um lado, incentivava-se com apoios monetários a produção de leite e, por outro lado, as fábricas aplicavam multas aos produtores. Ora, isto era uma política de insucesso.

O que é que nós fizemos?

Nós implementámos um programa de redução da produção de leite. E, neste momento, (em finais de setembro), já se reduziu em 28 milhões de litros a produção nos Açores. Isso permitiu uma valorização deste produto;

Deputado Carlos Silva (PS): Nas Flores foi impecável.

O Orador: Permitiu uma procura por parte das indústrias desse produto; e permitiu que o preço do leite subisse.

É verdade que a quantidade de cêntimos que subiu o preço do leite não se deve só essa redução, mas uma parte significativa do aumento destes cêntimos deve-se à redução da produção de leite. Mas este é um princípio-base da economia, tem que haver procura, dito pelos próprios industriais. No

dia em que anunciámos o programa da redução da produção de leite, houve industriais que apelaram aos agricultores - porque nós apelámos à redução em 20% por exploração – para um aumento em 20%. Ora, isto teve logo um impacto positivo naquilo que são as compras e no pagamento do leite. E, portanto, a nossa estratégia de redução quantitativa permitiu o aumento do preço do litro de leite, enquanto a estratégia quantitativa (do governo anterior) era contraproducente e era de modo em que as fábricas transformassem cerca de 40% leite de marcas brancas, para além do leite o UHT e para além do leite em pó. E, portanto, até era contraproducente relativamente ao comprador; o comprador limitava e aplicava multas e o Governo apoiava monetariamente mais 1 litro de leite. Não, assim não, era uma estratégia contraditória. Portanto, a nossa estratégia de redução foi uma estratégia de sucesso.

Depois, há outro algo que nos diferencia, também que tem a ver com aquilo que são os apoios à perda de rendimento.

Os agricultores recebem apoios, não porque querem; não há nenhum agricultor a receber apoios. Queriam, antes, receber o preço justo pelo seu produto, como qualquer cidadão. Ou seja, não nos paguem apoios, porque eles até são taxados, mas sim taxem-nos pelo nosso produto e pelo trabalho que fazemos relativamente ao preço do nosso produto. Mas, entende a União Europeia que para que os consumidores possam beneficiar de alimentos mais acessíveis e mais baratos, o produtor tenha que ser compensado.

Se repararem, antes de entrarmos na União Europeia, o preço dos produtos como o leite e a carne era muito mais elevado. O mercado não era concorrencial, havia as barreiras alfandegárias, com menos produção. A

partir do momento que entrámos, tornámo-nos competitivos no espaço, por isso é que existem estes apoios para compensar a não subida de preços. Mas esses apoios beneficiam os consumidores, acima de tudo, não são os produtores. E por isso é que são chamados à perca de rendimento. Por isso é que é um direito dos produtores receberem esses apoios. Isto significa que quando anunciam um determinado apoio, quer seja indireto ao nível vegetal quer seja direto ao nível animal, o agricultor tem que o receber na totalidade, porquê? Porque é esse apoio que também lhe permite fazer a gestão da sua exploração em termos de pagamento dos fatores de produção, em termos de pagamentos de rendas, em termos de pagamentos e gestão do agregado familiar. Portanto, quando recebem menos 20 ou 30% do que foi anunciado, naturalmente, ficam sem possibilidades financeiras e a crise agrava-se.

Isto é o mesmo que qualquer um dos Srs. Deputados ou mesmo um Membro do Governo, no dia 24 dizerem vamos receber X, recebem X e recebem menos 20%. É tal e qual, nem mais nem menos.

Ora nesse sentido, uma das primeiras opções políticas, porque trata-se de uma opção política - deste Governo foi pagar na íntegra os apoios comunitários aos agricultores, para que possam continuar a produzir na Região Autónoma dos Açores. E para que nós continuemos a ter elementos mais acessíveis na Região Autónoma dos Açores.

Nesse sentido, só aquilo que era cortado anualmente aos produtores de leite, no prémio às vacas leiteiras e no suplemento do prémio aos produtores de leite, significava, em média, 5 milhões de euros anuais. Os produtores de leite recebiam menos 5 milhões de euros anuais por opção governativa.

E todos os produtores da Região Autónoma dos Açores recebiam menos 13 milhões de euros por opção governativa. É preciso dizer isto. É uma opção,

não discuto, cada um tem a sua estratégia. Nós optámos por pagar na íntegra, mesmo com o dinheiro do orçamento regional, porque de facto é uma opção política.

Deputado Nuno Barata (IL): É uma esmola!

O Orador: Por outro lado, também, aquilo que era a diferenciação e a diversificação dentro do sector leiteiro, não era possível desde 2018. Aliás, é preciso perceber o conceito de **diversificação** e **diferenciação**.

Diversificação não é só os produtores mudarem de produção. Diversificação, significa dentro daquela produção, produzir de modo diferente, desde logo, com mais naturalidade, a produção de leite biológica.

Desde 2018 os apoios e as candidaturas ou incentivos para a produção de pastagem de leite biológico estavam fechadas, ou seja, um produtor não podia candidatar-se, produzia produzir, mas não recebia incentivos a esta mesma produção.

Ora, nós abrimos estas candidaturas em 2021 e isso significa que a produção de leite biológico, em 2019 (era de 247 mil litros), passou, agora em finais de 2021, para 3,5 milhões de litros, um aumento de 1400%. Ou seja, nós temos uma nova oferta agroalimentar no mercado açoriano.

Nós temos uma nova oferta para quem nos visita.

Nós temos uma nova oferta para os alunos das nossas escolas.

Nós temos uma nova oferta para nichos de consumidores.

Isso significa diversificação.

Cá está mais uma estratégia que nos diferencia, o fecho da diversificação dentro do setor pecuário de leite. Nós abrimos essa diversificação e, neste momento, com os dados de 2022, já ultrapassa os 4 milhões de litros de leite, isto é, um leite que é pago a mais 10 cêntimos ao

produtor, um leite que o nicho de consumidores valoriza. É, de facto, uma estratégia de diferenciação que nunca foi permitida anteriormente.

Também algo que nos continua a diferenciar, é direccionar aquilo que é energia alimentar, animal e humana, para os nossos recursos endógenos. Ou seja, na prática, é substituir as importações pelas produções locais. isto nunca vai ser possível atingir a 100% - temos essa consciência e essa noção. Mas é possível, progressivamente, substituir as importações pelas produções locais.

Não basta só falar em sistemas alimentares locais, é preciso operacionalizar e ter resultados desses mesmos sistemas locais de produção.

Nesse sentido, uma ajuda que era dada à produção de milho e de sorgo, quer para silagem - energia alimentar animal, quer para produção de grão e, conseqüentemente, de farinha, que caiu em desuso e agora voltámos novamente a incentivar, o apoio que é dado era cortado em 30%. O agricultor recebia de facto um apoio por hectare e, no final, o que era anunciado era cortado em média 30%, ao longo dos anos. Ora, nós não só repusemos este valor, como incentivámos o apoio à compra de sementes de milho e de sorgo, em 80% nessa mesma compra. Ou seja, vamos recentrar a nossa produção.

Isto também significa mais autonomia. Significa mais poder político reivindicativo. Significa que nós também somos fortes, porque uma região ou um país que não produz alimentos é uma região ou um país pobre. Se tivermos muito dinheiro e se não tivermos alimentos, de nada serve.

Portanto, a riqueza de uma região mede-se também pela sua capacidade de produzir alimentos. E é isto que nós queremos, criar riqueza pela nossa capacidade de produzir alimentos.

Nesse sentido, a área de milho nos Açores, perante aquilo que foi a reposição dos cortes no incentivo à compra de sementes, aumentou em 2022, em 563 hectares, um aumento muito significativo. De facto, houve uma nova reposição, houve uma objetividade relativamente à produção de milho e de sorgo nos Açores. Sucesso. Ainda não é total, mas caminhamos para ter mais área de milho. Aliás, nós temos um programa para identificar as tradicionais áreas de produção de agro alimentos nos Açores, áreas mais baixas, áreas com microclimas, áreas com condições edafoclimáticas apropriadas, em cada ilha, em cada território.

Para quê? Para podermos criar a segurança produtiva ao longo dos anos, estrategicamente. Nós ao fazermos isto, não estamos a governar para 4 anos. Estamos a governar para qualquer que seja o governo que venha a seguir, ter este planeamento, esta estratégia e esta orientação em termos de segurança de produção de agro alimentos e de energia local.

Nós também criámos, tendo sido pela primeira vez realizado e construído o Plano Estratégico para o Leite, para além de outros planos.

Ora, o Plano Estratégico para o Leite não é mais um documento, não é mais um estudo. O Plano Estratégico para o Leite é, acima de tudo, um trabalho que nos dá os dados que não tínhamos até agora.

Nós governávamos muito *às cegas*. E quem era deputado nesta Assembleia também fazia legislação muito *às cegas*.

Porquê? Porque o Serviço Regional de Estatística não tem os dados todos. E nós precisávamos de ter dados, desde logo, sobre a formação dos preços. Saber dentro da formação dos preços, qual é que é o peso dos apoios no custo dum litro de leite? Qual é o peso dos fatores de produção?

Esses dados que são essenciais para governar bem, são essenciais para fazer a legislação política pública de orientação para agricultura, têm que ser dados que não são só do momento, têm que ser dados do momento e atualizados. E é isso que nós vamos fazer, ou seja, vamos publicitar estes mesmos dados daquilo que custa formar, neste caso, produzir 1 litro de leite não em todas as ilhas, porque há ilhas que já não produzem leite, como é o caso de Santa Maria que só tem uma exploração pecuária de leite. E, portanto, sem esses dados, não é possível construir-se novas casas, como seja o Conselho para a Inovação, porque é construir uma casa sem alicerces. A primeira reivindicação de qualquer grupo que pensa a agricultura, são dados, trabalhamos sobre quê? Trabalhamos a *olhómetro*?

Trabalhamos única e exclusivamente sobre o produto final?

Não trabalhamos do produtor ao consumidor?

Não trabalhamos as necessidades alimentares?

Bom, estes dados são fundamentais.

Por exemplo, o Plano Estratégico para a Produção de Leite tem dados por ilha, por cooperativa, dos custos de produção também ao nível da transformação. Aliás, no final deste ano, no âmbito do PRR, vamos abrir um programa para as empresas regionais de transformação e comercialização de produtos agrícolas no valor de 9 milhões de euros. Significa que as empresas poderão se candidatar à inovação, algo que não tinham até agora. As empresas poderão diversificar os seus produtos. Poderão transformar menos leite em marcas brancas, menos leite em pó e menos leite UHT e mais queijo e manteiga. Aliás, nós esperamos que a Comissão Europeia aprove a nossa proposta de qualificação da manteiga açoriana em denominação de origem protegida. É uma valorização. Temos essa candidatura na Comissão

Europeia e esperemos que ela seja aprovada. A par de uma parte dos nossos queijos com qualificação, a manteiga (e o queijo) devem ser os produtos de excelência da Região Autónoma dos Açores. Transformar 1 litro de leite em queijo ou em manteiga é um lucro. Transformar 1 litro de leite em marca branca, em leite UHT ou leite em pó é um prejuízo.

Para além do Plano Estratégico, criámos, assim, um conjunto de medidas. E quando se fala da energia alimentar, há bocadinho quando falava no melhoramento das pastagens, também criámos um apoio em 50% às pastagens biodiversas.

O que é que significa as pastagens biodiversas?

Nós queremos que a energia esteja menos na importação dos concentrados energéticos e mais naquilo que o animal se alimenta diretamente da pastagem. Significa consociar leguminosas com gramíneas, algo que era necessário fazer. E neste âmbito do apoio em 50% ao melhoramento de pastagens para biodiversas e 60% para pastagens biológicas, nós já conseguimos aumentar a área em mais de 500 hectares de melhoramento de pastagens. Ou seja, está-se progressivamente a alterar aquilo que era necessário fazer.

Também no âmbito das pastagens biológicas, e porque o apoio em 2018 estava fechado, nós conseguimos, já em 2022, aumentar em 3 mil hectares as nossas pastagens biológicas, um aumento de mais de 600%. E passámos de 58 para 289 produtores.

Isto são bons resultados, porém, ainda não são os resultados desejados, não são. Há um caminho a fazer. Em 2 anos, não nos peçam para fazer o que não foi feito em 24 anos.

Estamos a fazer humildemente e conjuntamente com a produção, mediante uma estratégia perfeitamente diferente daquela que foi seguida antes.

São opções políticas, mas a verdade é que esta estratégia está a ter resultados.

Estes resultados são importantes não só para a produção e para a agricultura nos Açores, mas também para os Açores e para o futuro dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção por fazer um pedido de desculpas à Câmara pelo facto de ter utilizado apartes em decibéis acima daquilo que é o meu habitual durante uma intervenção que aconteceu aqui esta manhã.

Feito que está este pedido de desculpas e tentando responder às questões que foram aqui lançadas, começava por responder ao Sr. Deputado Nuno Sousa, relativamente ao facto de dizer que são medidas de *poucochinho* aquelas que eu aqui apresento, mas o Sr. Deputado já está aqui também há sensivelmente 2 anos e já teve tempo para apresentar medidas robustas e eficazes para resolver um problema que o senhor aponta no sector dos laticínios na Região. Portanto, Sr. Deputado, fica o desafio para em tempo próximo apresentar

essas medidas robustas e eficazes com o seu conhecimento profundo sobre o setor, com toda a sua experiência, fica o desafio para que o faça.

Relativamente ao Partido Socialista, Sra. Deputada Patrícia Miranda, muito obrigado pelas questões que me colocou, das quais registo a sua preocupação na identificação das verbas para fazer face à proposta que aqui apresento.

Tal como o documento identifica as verbas que devem ser negociadas no âmbito do POSEI, como a senhora naturalmente sabe, no início do próximo ano vai ser renegociado novamente o POSEI e essa é a altura mais do que certa para intervirmos, no sentido de trazermos mais rentabilidade à agricultura regional e por essa razão, creio que lhe respondi à questão.

Queria ainda, e em jeito de comentário, porque acredito que eu possa ter utilizado mal as palavras ou então eu interpretei mal a sua intervenção, quando disse que eu ao apresentar esta medida na Assembleia Regional, estaria a admitir que há uma falta de atividade por parte do Governo Regional na resolução deste problema. Mas, Sra. Deputada, pode ser essa a sua interpretação, não foi a minha. A interpretação que eu tive relativamente a este assunto, e julgo que a senhora partilha da minha opinião, é de que não acabam as obrigações da entidade legislativa no criar legislação. Portanto, eu entendo, enquanto deputado e político, enquanto ativo desta Região, que tenho a obrigação de, nos palcos que me forem permitidos, diligenciar pelo bem-estar dos açorianos.

Respondidas que estão as questões ao Partido Socialista, passaria ao Bloco de Esquerda que referiu que a medida que eu aqui apresento, é um rendimento encapotado e adicional às indústrias de laticínios.

Sr. Deputado António Lima, não posso concordar menos consigo, porque julgo que o princípio que subjaz a criação do rendimento mínimo garantido

à data em que foi criado – o rendimento social de inserção – é criar um rendimento adicional às famílias que pelo seu trabalho, não conseguem ter os rendimentos nas suas casas, em função daquilo que são as despesas normais de uma família. Portanto, foi criado com o intuito de colmatar as insuficiências de dinheiro nas famílias.

Pois a medida que eu aqui apresento não é nada mais do que isso. Não querendo utilizar o termo que tem uma carga negativa para alguns do rendimento social de inserção, trata-se aqui de proporcionar um rendimento adicional a quem trabalha 7 dias por semana numa atividade que, infelizmente, não conseguiu pela forma natural do mercado, proporcionar a essas pessoas os rendimentos que elas merecem.

Lembrar-lhe, ainda, Sr. Deputado, que o facto do senhor achar que este é um subsídio encapotado às indústrias de laticínios, eu não entendo isso e seguramente o seu partido na República também não entende, porque como bem sabe, recentemente, o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa que visa o aproveitamento das terras a nível nacional para produção agrícola e, nesse mesmo diploma, prevê-se a possibilidade dessas produções também serem subsidiadas. Portanto, se o seu partido na República entende isso dessa forma, eu não entendo como é que na Região não pensa da mesma forma. Por isso, sugiro que comecem talvez a articular melhor a vossa linha de pensamento, no sentido de que ela funcione de forma harmónica entre os Açores e o continente.

Muito obrigado.

(Risos do Deputado António Lima)

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado respondeu a todos, menos ao Sr. Deputado José Pacheco!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, começando pelo fim, vou pegar nas declarações do Sr. Deputado Carlos Furtado para dizer que eu partilho da sua preocupação com a sustentabilidade do sector leiteiro, aliás como todos os Deputados desta Casa, todos os Deputados do Partido Socialista partilhamos essa preocupação.

Para mim o que é estranho é o facto de, em tempos, o Partido Socialista nesta Casa e nesta Legislatura ter apresentado um conjunto de medidas extraordinárias para fazer face aos aumentos de custo e essa proposta ter sido chumbada pelos partidos que fazem parte e suportam este Governo e estranhamente foi chumbada pelo Sr. Deputado Independente. Isso é que eu acho bastante estranho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem. Bem lembrado.

A Oradora: É que antes não se preocupava, mas agora preocupa-se - muito bem, Sr. Deputado, muito bem.

Relativamente às explicações que me deu, gostaria de as agradecer e dizer que ainda ontem, numa nota da Federação Agrícola dizia-se - e passo a citar:

“Estão criadas as condições para que a Lactogal e todas as indústrias dos Açores façam a devida reflexão e repercutam nos produtores do valor adequados a pagar pelo litro de leite entregue nas fábricas” – fim de citação.

Ora bem, com esta medida que o senhor aqui nos apresenta, o que vai acontecer é que se vai desresponsabilizar as indústrias desta obrigação.

Relativamente às declarações do Sr. Secretário, bom, eu tenho a dizer que o senhor já é um bocadinho previsível. E recorre sempre ao passado. E porque é que recorre ao passado?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É para o PS não voltar a governar!

A Oradora: Não, é para fugir ao presente.

É que no hoje o senhor não tem nada para nos dizer. Anuncia medidas que não põe em prática. Anuncia outras medidas que não têm qualquer impacto direto nos agricultores. Mas já que gosta tanto de falar no passado, vamos falar do **seu** passado, porque o senhor também já tem um passado.

O que é que nos diz desta última Legislatura?

Os produtores, já durante a sua governação, atingiram o preço do leite mais baixo. Em 2021 já era o Sr. Secretário (não era?), os produtores receberam leite a 25 cêntimos. E foi durante a sua governação. E agora quanto é que custa 1 litro de leite, Sr. Secretário? de

Quem é que está a ficar com a *fatia de leão*?!

Os custos de produção nunca tiveram valores tão elevados como hoje. São valores exorbitantes.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Não compensa produzir leite nos Açores, nem em Portugal, nem em lado nenhum!

Vamos continuar a falar do passado, mas vamos falar agora do **presente**.

O Sr. Secretário e as suas governações representam um retrocesso na nossa agricultura.

Não somos nós que dizemos, nem é o Partido Socialista que o diz. É o CESA que diz isto e com a aprovação dos agricultores.

Ora vejamos: o setor agrícola sofre em 2023 um decréscimo de verba de cerca de 4,4%, o que corresponde a 4,9 milhões de euros; 3,8 milhões de euros são só para as infraestruturas.

É um sinal de retrocesso na valorização da agricultura enquanto atividade económica da Região, já que as necessidades do setor agrícola não são capazes de suster os impactos exógenos internacionais.

Sr. Secretário, qual é a moralidade que o senhor tem para vir aqui falar do passado, quando o seu passado também já tem grandes lacunas? O seu presente continua a ter as lacunas e o futuro não agoira sinais positivos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura. Alerto que tem apenas 20 segundos.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então, muito rapidamente para sintetizar.

Eu acho que cada vez que o PS pedisse a palavra para falar de agricultura, devia pedir desculpa aos agricultores pelo que fez! E não mais que isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta, a referência que eu quero fazer é a seguinte: é que esta é uma proposta que pretende envolver um conjunto de instituições internacionais e pretende que os Açores apresentem uma proposta estruturada junto destas diversas instituições.

Eu acho que há que se trata de um propósito legítimo racional e necessário, uma vez que, como se sabe, há neste momento duas coisas que quero referir do ponto de vista do contexto internacional.

A verdade é que, ao contrário de muitos profetas da desgraça que há milénios que referem que um dia a agricultura acaba, na realidade ela é um setor importante, um setor fundamental e é um setor que no contexto da União Europeia, tendo em conta o contexto internacional, até o que sucede ao nível das políticas europeias – e o Sr. Presidente do Comité das Regiões não dirá o contrário – é que há uma valorização estratégica da agricultura, do ponto de vista do esforço da auto-suficiência alimentar, atendendo a situação que se enfrenta em mercados exportadores. E já se viu que a nossa

vulnerabilidade e fragilidade, no âmbito da produção agrícola, a nossa não autossuficiência, nos pode causar enormes constrangimentos.

Por isso, no âmbito europeu, estou absolutamente convencido que há uma revalorização do sector agrícola, não só pela sua importância em si, mas também pela importância estratégica que tem para a União Europeia para ter uma participação organizada e estruturada junto destas diversas instituições. Parece-me uma boa ideia, parece-me uma ideia válida.

Nesse sentido, o PPM votará favoravelmente esta iniciativa.

Deputada Andreia Costa (PS): Ui, e então, Sr. Deputado José Pacheco?

O Orador: Também quero dizer que do ponto de vista das várias referências que foram feitas sobre a agricultura dos Açores e a forma como este Governo tem enfrentado este conjunto de problemas que herdámos, a verdade é que o êxito se mede pela aceitação que estas políticas estão a ter junto dos seus destinatários.

Quando se pensa no êxito determinadas políticas, nós temos que perguntar em primeiro lugar, àqueles para quem as políticas se estão a dirigir, se estamos a fazer de forma correta ou não?

É a primeira coisa que se tem que fazer. É perguntar se estas são as políticas corretas que V. Exas. já identificaram e já sinalizaram?

Se e quando se bate à porta e se pergunta se estas são as políticas corretas a resposta é sim, se estamos no caminho certo? Sim, estamos a alcançar bons resultados, sim é isto que pretendemos.

É por aqui que se mede o êxito, é por aqui que se mede (não só) as políticas. V. Exas. é que reivindicavam êxitos com todo o setor a protestar na rua que não estava contente com as vossas iniciativas, que não estavam satisfeitos

com as vossas iniciativas e com todos os indicadores que apontavam as dificuldades e as fragilidades das estratégias que estavam a implementar. Por isso, eu prefiro o cenário atual. Não prefiro o cenário em que, como acontecia anteriormente, o Governo estava contente e os agricultores descontentes, eu prefiro o cenário atual em que os agricultores estão contentes e nós estamos contentes que eles estejam contentes.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, quanto a pedidos de desculpa, Sr. Secretário, deveria o senhor pedir desculpa às cooperativas que fecharam sob a sua alçada e aos 5 milhões de euros que vai cortar à agricultura para o próximo plano.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Que irresponsabilidade!

A Oradora: E, Sr. Secretário, eu espero estar redondamente enganada, eu espero estar **genuinamente** enganada, mas desculpas vai o Sr. Secretário e o seu Governo pedir a toda a agricultura!

(Risos do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Por isso, quanto a pedidos de desculpas, estamos conversados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Tem apenas 3 segundos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, dizer-vos rapidamente o seguinte, relativamente às cooperativas, pois é um dado importante:

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Em 6 anos os executivos do PS apoiaram as cooperativas em 32 milhões de euros; e em 6 anos, as cooperativas endividaram-se em 65 milhões de euros.

Que política é esta?!

Que irresponsabilidade é esta que foi criada na Região?!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições para este diploma?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (as senhoras Membros do Governo já não tiveram paciência para ouvir isto!):

Sra. Deputada Patrícia Miranda, respondendo ao desafio que me deixou ainda há pouco na sua intervenção, digo-lhe que relativamente à iniciativa que o Partido Socialista apresentou em favor dos lavradores da Região, e que eu votei contra, eu explico-lhe, é muito simples.

A iniciativa que o Partido Socialista apresentou tinha como base de financiamento o Governo Regional dos Açores e o orçamento da Região.

Eu entendi, na altura, que o orçamento da Região já não tinha margem para esse tipo de apoios. A iniciativa que eu aqui apresento, tem como objetivo outra base de financiamento que não o orçamento da Região.

Eu penso que respondi claramente à Sra. Deputada.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Relativamente à outra questão que deixou em aberto de que atualmente o leite nos Açores é mais mal pago do que no continente e poderia ser melhor, bem, o Partido Socialista está livre para apresentar propostas democráticas que possam combater essa situação. Com a experiência governativa de 24 anos, o Partido Socialista com certeza terá suporte e *know-how* suficiente para apresentar propostas robustas e eficazes neste sentido. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate queria colocar aqui algumas considerações sobre aquilo que já foi dito.

Primeiro, começar por dizer, quanto àquilo que têm sido as opções do Governo, é legítimo que não temos que estar todos de acordo, mas a verdade

é que este Governo tem tomado medidas que nos parecem importantes para o apoio da rentabilidade dos produtores.

A verdade é que a questão, por exemplo, dos rateios já foi aqui mencionada que obriga a uma injeção, por via do orçamento regional, de não existir rateios, é uma medida que ajuda os agricultores a saber com o que podem contar quando fazem a candidatura a uma área ou um animal, não tendo que estar sempre sem saber quanto é que aquilo lhes vai custar, sem poder fazer as contas ao investimento, digamos assim, da sua exploração, seja num animal, seja numa determinada área. São opções políticas.

É certo que podemos não concordar, mas a verdade é que, neste momento, parece-nos que é importante para os produtores terem esta previsibilidade que antes não tinham. Não podia estar um produtor a fazer uma candidatura à vaca leiteira, por exemplo, onde os fatores de produção, mesmo antes desta situação de pandemia, da guerra e desta crise inflacionária, já existir, achar que ia receber 190 euros por aquele animal e no fim a receber 90 euros.

Portanto, parece-nos que perante a atualidade, esta previsibilidade é um fator e foi uma política importante deste Governo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Claro que podem não concordar e se estivesse ali outro governo, se calhar faria outras medidas. Mas neste momento, no nosso entendimento, realmente esta foi uma das boas medidas que se tomou.

Muito já foi dito, mas a verdade é que muitas das medidas que estão a ser implementadas por este Governo, pelo Governo anterior ou por qualquer governo, foram criadas com uma expectativa de que vão ter um determinado resultado, algumas resultam, outras não resultam, mas isso vai ser sempre assim em qualquer situação.

Mas, neste momento, em relação ao sector leiteiro e também daquilo que foi dito relativamente a esta medida que estamos aqui a discutir, porque acho que temos que avaliar as propostas para aquilo que elas são, independentemente das questões políticas que existem entre todos nós, a verdade é que no que concerne em concreto esta medida e àquele perigo que já foi transmitido aqui por algumas bancadas de que esta medida poderia fazer com que a indústria não se fosse chegar à frente, digamos assim, a verdade é que, neste momento estão em vigor - como existia no passado - suplementos às ajudas do programa POSEI que estão em vigor e que já estiveram e que vêm de trás. E não foram essas medidas e esses suplementos que existiram que fizeram com que a indústria desse um sinal. Há suplementos de incentivo à produção.

Quanto à questão da redução da produção, a verdade é que cada ilha tem as suas especificidades. E existem ilhas em que existindo uma redução de produção, será benéfico porque existia excedente de leite. Noutras ilhas, como é o caso de S. Jorge, a verdade é que há um problema de faltas de produção que já está a pôr em causa a sustentabilidade do sector cooperativo. E, portanto, cada ilha tem as suas especificidades próprias.

(Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata)

A Oradora: Sim, mas agora não se vai meter todas as cooperativas em baixo, Sr. Deputado.

Não se vai chegar lá com a máquina e meter as cooperativas em baixo. Até porque elas empregam 160 trabalhadores, portanto há aqui várias questões que têm que ser consideradas.

Deputados Pedro Pinto e Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quando se fala no POSEI, a verdade é que este mecanismo reconhece e apoia a diferenciação produtiva das regiões ultraperiféricas que é essencial para a promoção da coesão económica e social e também para a manutenção do ambiente rural.

Como tal, parece-nos, à semelhança do que até já foi aprovado, e quando foi dito que o Parlamento queria fazer aquilo que o Governo não faria, a verdade é que também pela mão do CDS, aprovámos nesta Casa por unanimidade, uma recomendação que recomendava ao Governo Regional que encetasse junto do Governo da República as devidas diligências para, no âmbito da negociação com a União Europeia, acautelar o reforço do POSEI, porque consideramos que era importante esta Casa também se pronunciar sobre esta matéria. E não era para estarmos a fazer, ou o Governo fazer, aquilo que devia estar a fazer. Não. Foi uma posição clara daquele que era o nosso entendimento sobre esta necessidade. E foi votada essa recomendação por unanimidade nesta Casa.

Por isso, não conseguimos compreender quando dizem que, neste caso, será para o Governo fazer aquilo que devia fazer e não está a fazer.

Muito obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

Sr. Deputado Bruto da Costa, podemos avançar?

(Pausa)

Acho que as pessoas têm que estar atentas ao evoluir os trabalhos.

Não posso estar aqui pendurado em todas as votações à espera uma vez de um, outra vez de outro.

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução nº. 93/XII – “Criação de mecanismo compensatório para o setor dos laticínios”

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução nº. 93/XII – “Criação de mecanismo compensatório para o setor dos laticínios”, foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente, 25

abstenções do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecer em nome dos agricultores e lavradores dos Açores, que viram nesta Assembleia, por parte dum larga maioria, um sentido de preocupação pelo setor.

Agradecer aos partidos que votaram favoravelmente e também ao Partido Socialista que, abstendo-se nesta votação, mostrou-se também sensível a este problema.

Com base naquela que foi a votação do Partido Socialista nesta matéria, devo dizer que me sinto descansado, porque tenho a certeza de que encontraremos todos na Comissão de Economia -no Sr. Deputado José Ávila que não se encontra neste momento na sala - uma força cooperante, no sentido desta Assembleia também fazer aquilo que deve por obrigação e que é contribuir para o bem-estar dos açorianos, como já referi anteriormente.

Portanto, ver que por parte do Partido Socialista há a vontade de colaborar nesta iniciativa para que ela tenha os proveitos necessários aos agricultores e aos lavradores dos Açores, é para mim uma satisfação.

Portanto, da minha parte fiz aquilo a que me senti obrigado perante os lavradores dos Açores. Entendo que este foi um momento importante dos trabalhos desta Assembleia e deste plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista **não votou** contra esta proposta, porque não está fora da consciência da necessidade de intervenção quanto à situação do sector leiteiro na nossa Região e do apoio aos agricultores.

O Partido Socialista **não votou** contra esta proposta, porque compreende a situação difícil que o nosso setor leiteiro ainda atravessa.

O Partido Socialista **não votou** contra esta proposta, porque entende que todos os mecanismos devem ser mobilizados para ajudar a fortalecer o rendimento dos agricultores.

O Partido Socialista **não votou** a favor desta proposta, porque entende que se as intenções são boas e são válidas, a forma como esta proposta se articula, vai exatamente no sentido contrário daquele que deveria ir.

O Partido Socialista **não votou** a favor, porque esta proposta, o que faz, é aprofundar um caminho que foi iniciado por este Governo de dependência do setor agrícola e do rendimento dos agricultores quanto às ajudas públicas. Quando o nosso entendimento é de que esse rendimento deveria ser reforçado, criando as condições para que a relação entre produção, transformação e comercialização fosse uma relação que, por si só, desse melhores garantias de rendimento aos agricultores e não a injeção de dinheiro por parte de ajudas públicas. É, aliás, isso que, contraditoriamente, o proponente da iniciativa proclamou daquela tribuna, mas afinal, o que a resolução faz é aumentar a dependência dos agricultores quanto às ajudas externas.

O Partido Socialista **não votou** a favor desta proposta porque conforme referi, ela agrava essa situação de dependência e mais: o que ela faz é transportar para a produção aquele que não é nem deveria ser um problema da produção.

O que esta proposta faz, é aprofundar o caminho iniciado por este Governo Regional de transpor para os agricultores um problema que não é dos agricultores nem deveria ser dos agricultores. Porque o nosso problema no sector leiteiro da Região não é um problema de dificuldades na produção, não é um problema de má qualidade do produto, mas é sim desafios que se colocam ao nível da transformação e da comercialização.

Aquilo que esta proposta faz, e por isso é que na forma como ela está formulada não poderia ter o voto a favor do Partido Socialista, muito embora o Partido Socialista entenda que não a deva inviabilizar, é exatamente porque o que faz é transformar um desafio da produção e da comercialização num problema da produção. E isso é profundamente negativo. E, aliás, o Partido Socialista não está sozinho nesta análise e nesta conclusão. Nós estamos a fazer o caminho inverso, este Governo está a fazer o caminho inverso, daquele que deveria fazer.

O fortalecimento do sector leiteiro faz-se pela criação de valor quanto ao produto final e pelo apoio e incentivo à sua comercialização. Não se faz assumindo o Governo Regional, ou querendo que a União Europeia assumira, o papel de produtor, ou seja, de interveniente na relação comercial que se estabelece entre a produção e a transformação, porque isso tem uma consequência que a Região já assistiu. E tem uma consequência que a Região já assistiu no início dos anos 90 e que custou muito a fazer sair as entidades públicas dessa relação comercial que existe entre produção e transformação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Aquilo que o Governo Regional está a fazer, é arrastar a Região...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É como o senhor que se *arrasta* há muito tempo!

O Orador: ... para ser novamente parte dessa relação comercial. E isso não deve acontecer.

Por isso, **sim**, todo o apoio que permita fortalecer o rendimento dos agricultores. **Sim**, mas através do fortalecimento da sua posição numa relação comercial sã, independente e isenta entre a produção e a transformação que é exatamente o caminho inverso àquele que este Governo Regional está a fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que o Grupo Parlamentar do PPM aqui fez, foi não se abster em relação às necessidades da agricultura dos Açores.

Não se abster em relação às aspirações dos agricultores dos Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque a questão é: como é que alguém que considera que este é o caminho errado, que é o caminho para o desastre, que faz aqui um

conjunto de referências que apontam para uma política absolutamente desastrosa, como é que alguém que faz essas referências todas, viabiliza uma iniciativa que tem essas consequências?! Porque é que o faz?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Se é tão negativo - o PPM não fez isso - se o caminho é tão errado, se as consequências são tão desastrosas, se esta estratégia e este documento são tão errados, porque é que não há coragem política de votar contra?!!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque é que se abstêm?! Porquê?!!

Porque é que se viabiliza?!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): São irresponsáveis na governação, cínicos na oposição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

O Orador: É por isso que a política tem que ser feita com coragem. A política não tem que ser feita com taticismos políticos. Com taticismo de quem, acreditando firmemente noutra ideia, noutra projeto, noutra caminho, viabiliza, uma proposta com a qual não concorda e que diabolizou como nunca aconteceu aqui neste Parlamento.

Deputada Ana Luis (PS): O senhor tem que dizer porque é que votou a favor!

Pelo amor de Deus, Sr. Presidente!!

O Orador: Porque é que isto foi feito? Porque é que esta votação foi feita neste sentido?

Por puro taticismo, puro taticismo político!

Para causar problemas na Coligação!

Deputada Andreia Costa (PS): Causar problemas na Coligação?!

O Orador: E é por isso que os açorianos não podem acreditar que existe um futuro em quem abandona as suas ideias, coloca-as de lado, só para criar problemas, pretensamente, ao Governo dos Açores. Porque de outra forma, depois do discurso que foi feito, do conjunto de argumentos que foi apresentado...

Deputada Ana Luis (PS): Ó Sr. Presidente, isto é uma vergonha!! Ele faz sempre isto!

Deputada Andreia Costa (PS): Três minutos a falar na mesma coisa!

O Orador: ... como é que se viabiliza uma proposta depois de se fazer este discurso?! Como é que se viabiliza?! - a pergunta é esta. Ou seja, o que há aqui é que da parte de alguns partidos com muita responsabilidade, no âmbito parlamentar e com muito peso, não há a coragem de assumir as suas convicções que na minha perspetiva estão erradas.

O caminho é este, é um caminho... e termino já, - fico satisfeito pelo meu discurso estar a apoquentar-vos, pois quer dizer que está a surtir efeito.

Deputada Ana Luis (PS): O que o senhor faz é desrespeitar o Regimento!! É sempre a mesma coisa!!

O Orador: Se os senhores tivessem com sonolência, a não ligar ao discurso, aí eu ficaria realmente comprometido, mas assim não, quer dizer que está a mexer na ferida, está a *descobrir a careca*, a quem, depois dos argumentos que apresentou, viabilizou este Projeto!

Essa é a sua responsabilidade!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça um favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para justificar o voto contra da Iniciativa Liberal neste diploma, se bem que eu não percebi a justificação do sentido de voto do PPM, porque gastou 3 minutos para justificar o sentido de voto sem o fazer.

Deputada Ana Luis (PS): Ninguém percebeu!

O Orador: O sentido de voto da Iniciativa Liberal é um sentido de voto responsável. Nós não estamos aqui para fazer amigos ou para **fingir** que fazemos amigos.

Estamos aqui para votar e escolher, em consciência, o que melhor se pode escolher para o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Este Projeto de Resolução que nos traz o Sr. Deputado Independente - também não estou aqui para ser amigo dele, estou aqui para ser adversário político quando tiver que ser e colaborador quando tiver que ser – não traz à

Região Autónoma dos Açores qualquer tipo de valia. E não traz aos agricultores da Região Autónoma dos Açores qualquer tipo de novidade. Traz, e se calhar por isso alguns se abstêm e outros voltam ao favor, mais socialismo em cima daquele que já tivemos até hoje. Mais dinheiro da Região em cima de um problema. Não resolve. Por isso, votámos contra. E não votámos contra por mero taticismo, como aqueles que criticam o taticismo que os outros fizeram.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Sr. Deputado António Lima, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra este Projeto de Resolução do Deputado Independente, porque ele, fingindo que quer apoiar os produtores, pretende criar um apoio que não é mais do que um subsídio à indústria.

Um subsídio à indústria com efeito perverso, um efeito de baixar o preço à produção que é aquilo que o projeto diz que quer fazer o contrário.

Dizendo que quer aumentar o preço do leite à produção, pretende baixar o preço que a indústria paga ao produtor, fazendo aumentar os lucros da indústria e, já agora, também a prazo e a jusante da distribuição, que é quem está efetivamente a ganhar com a crise e é quem está efetivamente a ganhar com a inflação e quem, nesta cadeia de produção, ganha e ganha mais.

Este subsídio que a maioria viabilizou, aliás, aprovou e que faz com que esta proposta seja aprovada, é mais uma enorme contradição desta maioria do Governo.

Fazem acordos de incidência parlamentar a dizer que querem acabar com a subsidiodependência e o que mais fazem é criar subsídios, porque a subsidiodependência que é um problema para a Coligação, são os apoios sociais aos pobres.

Os subsídios à indústria e os subsídios para aumentar o lucro da indústria, esses, já são muito bons, são para continuar e aumentar. E são aprovados mês após mês neste Parlamento.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos fazer o intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 10 da nossa agenda, relativo ao **Projeto de Resolução n.º 102/XII** – “Medidas de apoio aos Produtores de Leite de São Jorge”. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A 14 de março deste ano, a coligação PSD/CDS/PPM deu entrada deste Projeto de Resolução, na sequência da necessidade de medidas de apoio aos produtores de leite de São Jorge.

Este projeto recomenda ao Governo Regional a adoção de uma medida de apoio direto aos produtores de leite de São Jorge, através do Programa POSEI, por forma a incentivar a produção de leite. Recomenda também a promoção de ações de marketing e de inovação do queijo produzido pelas Cooperativas jorgenses, valorizando o Queijo de São Jorge e consequente repercussão no rendimento dos produtores.

Todas entidades ouvidas em comissão concordaram com o teor desta iniciativa.

Importa atender à realidade da agricultura e da produção de leite de São Jorge. São mais de 200 os produtores de leite que trabalham para o Queijo de São Jorge um Produto de Denominação de Origem Protegida (DOP) e de referência dos Lacticínios dos Açores.

Vale lembrar que o Programa POSEI reconhece e apoia a diferenciação produtiva das Regiões Ultraperiféricas, pelo que entendemos que a produção de leite em São Jorge apresenta uma especificação única nos Açores que importa ser considerada neste programa.

Assim, é de maior relevância a manutenção da produção de leite nesta ilha, a terceira maior ilha produtora de leite dos Açores, onde os critérios de classificação de leite são de maior exigência pelo seu método de produção, onde existem limitações ao tipo de forragem permitido para a alimentação das vacas leiteiras, onde muitos dos produtores se encontram desmotivados em dar continuidade a este tipo de produção. Este ano, houve uma redução de 10% de produtores de leite, por várias razões, como seja a falta de mão-

de-obra ou os custos de produção. Ora, conseqüentemente, são cada vez menos os litros de leite entregues nas fábricas, o que poderá condicionar a sustentabilidade do sector cooperativo.

Além destas idiossincrasias próprias de São Jorge, à semelhança do que acontece por toda a Região, os agricultores jorgenses confrontam-se com um continuado aumento dos custos de produção.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se esta iniciativa era relevante na altura em que foi apresentada, pelos grupos parlamentares do PSD/CDS/PPM, hoje – seis meses desde o início da crise sísmica que se vive em São Jorge desde o dia 19 de março, - é premente para incentivar a atratividade e para assegurar a manutenção da atividade agrícola e leiteira na ilha e a sustentabilidade do sector cooperativo, responsável pelo Queijo de São Jorge, cuja qualidade e reconhecimento regional, nacional e internacional é inegável.

Até ao final deste ano, a indústria estima a entrada de 25,4 milhões de litros de leite nas cooperativas, menos 3,8 milhões de litros, quando comparado com o ano de 2021, onde entraram 29,2 milhões de litros, menos 13%. Esta redução tem sido suportada pela indústria, através da valorização do preço do queijo e pela sua quantidade em stock, mas condicionará a sustentabilidade nos próximos anos, caso não se aumente a entrega de leite nas fábricas. Embora todo o esforço que tem sido feito pelo XIII Governo Regional dos Açores, nestes 2 anos de mandato, para a atividade agrícola e produção de leite, urge um olhar atento e uma ação preventiva deste setor em São Jorge e, conseqüentemente, na economia de toda a Região.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. E estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado Paulo Silveira referiu que abordou e explicou o intuito desta iniciativa. Efetivamente, ainda há pouco falámos do sector leiteiro de uma forma generalizada, aqui estamos a falar da situação específica da ilha de São Jorge.

A verdade é que dado as exigências e a forma de fabrico do queijo de São Jorge, a matéria-prima também tem de ter outro nível de exigência. É isso que tem que tem acontecido ao longo dos anos e que nos leva também a ter o produto excelência que temos na nossa ilha.

Acreditamos e defendemos que por via do POSEI, porque a verdade é que este mecanismo também reconhece e apoia a diferenciação produtiva, e é por essa via que entendemos que este produto que é diferenciado deve ser valorizado por esta via e por este mecanismo.

A situação em São Jorge tem sido preocupante. A verdade é que o sector leiteiro na ilha, já sofreu altos e baixos ao longo de todo de todos estes anos. E, neste momento, claro que encontramos muitos produtores motivados, um bocadinho como acontece (muitas vezes) por toda a Região. A verdade é que a indústria, ainda esta semana, anunciou mais um aumento do preço do litro de leite e que também por via da valorização do produto final, que é o queijo de São Jorge, é isso que realmente importa. Este caminho que é necessário percorrer, mas claro que apresentamos esta iniciativa também pela preocupação da sustentabilidade do setor, para que consigamos também ter produtores mais motivados para produzir o leite, que novos produtores

surjam a querer produzir leite, porque a verdade é que, pelos números que a indústria nos apresenta, temos um setor que precisa de 27,5 milhões de litros de leite para manter a sua sustentabilidade. E, neste momento, é isso que também está aqui em causa já este ano.

Como tal, esta iniciativa é mais um contributo para o percurso desta valorização de que é, neste caso, o leite em São Jorge, que é o queijo de São Jorge.

Muito obrigada.

Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa aqui trazida e apresentada agora há pouco, no meu entender, reveste-se da maior importância, tal como a iniciativa que foi votada antes da hora de almoço.

Se não atendermos às necessidades dum apoio à produção de leite dos Açores, o que vamos ter, infelizmente, é a desistência dos produtores.

Ela já se verifica de forma até induzida, mas vai-se verificar depois de forma voluntária.

Como bem disse o Sr. Deputado Paulo Silveira, a redução dos 13% na produção de leite em São Jorge, prevista para este ano, é muito grave, porque é um momento a partir do qual depois a indústria não consegue laborar com os devidos proveitos que são admissíveis em qualquer atividade económica, porque depois não tem matéria-prima para laborar.

Quando se fala do queijo de São Jorge e da necessidade de o preservar, porque é uma identidade da ilha e também da Região, eu lembro-me da Amazónia, vem-me à memória a Amazónia.

A floresta amazónica no Brasil é aquele espaço que toda a gente quer que continue a existir, em que ninguém pode tocar nas árvores, mas depois ninguém quer pagar para os brasileiros manterem a floresta.

Andam os europeus intelectuais de secretária e ambientalistas de pacotilha a defender que sim senhor, a Amazónia tem que se manter. Mas, então, vão ter que suportar a economia brasileira para não se fazer o desbaste da Amazónia, que é aquilo que tem acontecido ao longo dos últimos 30 anos - não foi só no tempo do Bolsonaro. São Jorge é igual.

Toda a gente defende que o leite de São Jorge tem características especiais, que o queijo de São Jorge, feito com aquele leite, tem características especiais, mas depois só alguns defendem que pode ter apoios. Até porque se o liberalismo for muito generalizado, já não é liberalismo. Liberalismo é só quando é para dois ou três, porque se for generalizado para uma camada da população, neste caso os produtores de leite, aí já não é liberalismo e, portanto, as coisas já não funcionam. Daí que o meu alerta é para isso. Ou seja, se quisermos continuar a ter queijo de São Jorge, se quisermos continuar a destacar o queijo da Região pelo facto de ser o queijo de São Jorge, isso tem um custo que eu, pela minha parte, estou disposto a assumir,

aprovando esta iniciativa. Aqueles que acharem que os jorgenses têm que continuar a produzir leite sem apoio, pois têm boa solução para isso. Provavelmente, o Sr. Deputado Paulo Silveira pode comprovar isso. O que não há de faltar são lavouras em São Jorge, que se pode comprar para continuar a produzir leite.

Portanto, aqueles que acham que a atividade está bem e recomenda-se, vão primeiro ver a São Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra Sr. Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou adiantar muito mais.

À semelhança daquilo que foi o diploma anterior, eu não costumo mudar de opinião sobre as coisas. A posição que nós temos sobre isso é a que vamos manter também aqui, vindo com uma ressalva.

Outro dia quando vi queijo de São Jorge da marca *Pingo Doce*, no híper, fiquei um bocado incomodado, porque é a desvalorização do nosso produto, mas cada um é que sabe como é que o vende e a que preços é que vende. Depois, não podem é ser os contribuintes a pagar esse diferencial ou, então, podemos pagar, mas vão ter que mandar um queijo para casa de cada um, o que também acho que não é razoável.

Pronto, a nossa posição mantém-se e é assim que nós enfrentamos as coisas, quer gostem, quer não gostem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta preocupação sobre a questão do leite e laticínios na ilha de São Jorge é vetusta, é conhecida, ao contrário de outros números que o Sr. Secretário, e nós todos, eventualmente, não temos.

É de todos bem conhecida a dimensão do sector cooperativo em São Jorge, o que é que lá foi feito, porque é que está em dificuldades. E de facto, esta é uma daquelas situações em que nós não podemos culpar uma determinada indústria pelo resultado que têm os produtores, porque a indústria em São Jorge é 100% detida pelos produtores, é 100% do sector cooperativo. E, como tal, eu presumo que os investimentos (desadequados) que foram feitos na ilha de São Jorge, terão sido feitos com a anuência dos cooperantes. E, portanto, os cooperantes têm também agora a responsabilidade de assumir, perante os resultados das cooperativas, o esforço que têm que fazer para enfrentar uma *mochila pesada* que trazem às costas.

Há São Jorge para além do setor do leite e do sector cooperativo e há setor do leite e laticínios para além de São Jorge.

Nós não podemos, tal como tem sido apanágio neste período legislativo, permanentemente, andar aqui a discriminar uns em relação a outros. E a ideia de que vamos discriminar aqueles cujo produto até (supostamente) é mais valorizado do que outro, ainda me faz mais confusão.

No entanto, há uma situação que nós devemos sempre ter em mente e que o Sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural já hoje aqui fez referência várias vezes. E tem-no feito várias vezes. E provavelmente vai aproveitar alguns dos 22 minutos que o Governo Regional tem para fazer

referência mais uma vez: *que nunca na história da autonomia foram pagos tantos subsídios aos agricultores e aos produtores, que pela primeira vez, um Governo dos Açores desbloqueou os rateios do POSEI* e desbloqueou uma série outras coisas.

Por isso, parece-me que é prematuro estar aqui com mais medidas em cima das medidas que o Sr. Secretário já tomou. E eu veria com muito bons olhos que o Grupo Parlamentar que suporta o Governo tivesse em atenção as palavras do Sr. Secretário que a propósito de iniciativas anteriores – não disse se eram boas ou se eram más – disse que sim senhor ia fazer muitas coisas.

Quando não quer tomar uma decisão, diz que não tem números para tomar a decisão. Eu percebo, porque às vezes também quero tomar iniciativas e vou à procura dos números e eles não existem. Mas, depois, toma medidas que são *as mais fantásticas* para os setores, onde não tem números para tomar uma decisão.

É extraordinário!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é assim, Sr. Deputado. Eu já vou explicar!

O Orador: Sr. Secretário, isto são palavras suas, não são minhas. Eu estou só repetindo aquilo que o senhor tem dito.

O senhor tem dito que não pode tomar decisões, porque não tem números. Mas depois toma as decisões mais extraordinárias que há para tomar, mesmo não tendo números nem dados para tomar essas decisões.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): São estratégias dos números!

O Orador: A criação do tal grupo de trabalho é que ficou esquecida, porque não tinha números. Sr. Secretário, eu percebo. E ainda tem mais 2 anos para o fazer e se calhar foi erro meu que devia ter posto lá que era logo no primeiro ano da Legislatura para ver se a coisa andava mais depressa. A gente há de chegar ao dia em que há-de pôr a *espora* mais a tempo, para ver se a coisa anda melhor. Mas não vai ser assim.

Como tal, a Iniciativa Liberal, tal como disse o Deputado José Pacheco, e até em coerência com a posição da medida anterior, não pode acompanhar esta medida que aqui foi apresentada, porque efetivamente ela cria discriminação entre açorianos, não há dados suficientes para percebermos porque é que vamos tomar, nem tão pouco podemos desresponsabilizar os produtores de leite de São Jorge e os cooperantes das cooperativas de São Jorge, dos resultados que elas têm tido e das dificuldades que têm as cooperativas para valorizar o produto dos seus cooperantes. Isso é dizer às pessoas que uma coisa é a cooperativa, outra coisa é o cooperante.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Com isso eu concordo!

O Orador: Não, não!

A cooperativa é dos cooperantes que são responsáveis pelos resultados e decisões que as cooperativas têm tomado. E quem está nas direções das cooperativas foi escolhido pelos cooperantes que são os produtores de leite, não são outros, não fui que escolhi, nem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nem o Sr. Secretário. Foram eles que escolheram o seu destino. E, portanto, eu percebo que às vezes haja preocupações dos governos em relação a algumas direções de algumas cooperativas, tendo em conta o poder económico que essas cooperativas têm e os resultados que as suas más

gestões possam ter na política económica da Região, na política de um certo sector, mas não podemos interferir nas suas decisões, nem podemos passar a vida com pena sem resolver os problemas que as pessoas criaram a si próprias.

Isto nem sequer é ingerência, é pior do que isso. É continuar a meter dinheiro acima de um problema sem o resolver.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só estou a pedir a palavra, porque ouvi uma *bucha* emocional, que quem não aprova isto não está a pensar nos jorgenses.

Vamos lá ter cuidado, porque não é bem assim.

Os jorgenses são mais do que apenas os 211 produtores que nós temos. Aliás, se formos olhar para o preâmbulo, passaram de 214 para 211. É o que está a acontecer a nível da Região Autónoma dos Açores.

Olhamos para a Terceira, e vemos que perdemos metade dos produtores em menos de 10 anos; olhamos para São Miguel, perdemos 800 produtores em 10 anos; o Corvo (coitado!) passa de 11 para um, se calhar, em 2022 já nem existe esse único produtor no Corvo; e São Jorge não está diferente de todas as outras ilhas relativamente ao problema que está a existir, neste caso, aos produtores das empresas familiares que deixam de as ter para ter empresas cada vez maiores, com mais cabeças de gado. Essa é a realidade. Basta olhar para os números desde 2016 para vermos que perdemos empresas familiares como um todo e temos empresas cada vez maiores. E

vemos este Parlamento a ajudar (cada vez mais) explorações cada vez maiores que já não representam sequer o tecido familiar açoriano.

Essa é a diferença do PAN entre defender as famílias e defender grandes empresas. E no leite temos empresas cada vez maiores.

Sobre esta iniciativa o que é que eu hei de dizer?

Estamos a usar todos os jorgenses? São só os produtores do leite.

Se esta iniciativa tivesse um espectro maior de transversalidade, o PAN até conseguia olhar e ter uma análise mais cuidada, tal como a iniciativa que vamos discutir a seguir, que tem uma transversalidade maior, por aquilo que está a acontecer em São Jorge neste preciso momento, aquilo que aconteceu desde março, e obviamente temos que ter essa sensibilidade. Não podemos é dizer, à partida, que se nós não aprovarmos isto, é porque nos estamos completamente a borrifar para os jorgenses. Não, isto é uma fatia apenas daquilo que está a acontecer a nível dos Açores e não só a São Jorge. E esse é um problema que é não só transversal aos Açores, mas é transversal a nível europeu, no que toca à produção de leite.

Por isso, obviamente o PAN não vai acompanhar uma iniciativa que é discriminatória relativamente a todas as outras ilhas, em termos da produção de leite que cada vez é menor e não será, sem dúvida, o futuro. Aliás, em 2022, se a gente não lavasse a cara com o turismo, não seria o leite que nos salvaria, como todos os parlamentares, ou quase todos os parlamentares, gostam de dizer que é a indústria que nos salva. Não, neste momento, não está a ser e o VAB (valor acrescentado bruto) assim demonstra que se não fosse o turismo, não estaríamos nada bem em 2022.

Obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E quando passar o turismo com que ficamos?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Perante aquilo que já foi transmitido pelas bancadas que se pronunciaram, eu gostaria de dizer o seguinte: primeiro, esta iniciativa surge por via do POSEI, porque no nosso entendimento - claro que é legítima a posição de cada um - à semelhança até do que já existe em termos de ajudas para outras culturas diferenciadas, neste caso, que exista um apoio para a produção do leite em São Jorge, não na visão geral da crise que o sector atravessa, mas pelo produto em si e pelas especificidades que este produto tem que ter para produzir o queijo de São Jorge.

A verdade é que, dada essa especificidade da produção do queijo de São Jorge com leite em cru, o grau de exigência da produção é muito superior às restantes ilhas, exatamente por esse motivo. E o grau e as tabelas de classificação quanto ao nível da gordura, da proteína e da limpeza do leite são diferenciadas das restantes ilhas. Por isso é que muitas vezes temos produtores que por alguma razão, ou alguma situação que aconteceu na exploração, muitas vezes até porque fizeram no dia anterior a muda dos animais, porque muitas vezes ainda existem empresários agrícolas que não têm o emparcelamento total, a verdade é que, até esse facto, pode influenciar a qualidade do leite à entrada da fábrica e o produtor tem que levar o leite para trás, porque a fábrica não o recebe, exatamente ,porque vai trabalhar o leite em cru. E é por esta diferenciação que entendemos que deve existir uma valorização, porque estamos a falar de um produto diferenciado e aí o

POSEI, reconhece e apoia a diferenciação produtiva. E é nesse sentido que apresentamos esta iniciativa.

É verdade que estamos a falar dum setor cooperativo, exatamente por isso tem existido e acreditamos que estando o setor cooperativo também sustentável, porque isso também depende de todos estes produtores (porque estamos a falar efetivamente do sector cooperativo) e não estamos a falar apenas destes produtores.

Estamos a falar das pessoas que trabalham nas cooperativas, das famílias que dependem da agricultura.

Deputado Carlos Silva (PS): E isso é só em S. Jorge?

A Oradora: Até a própria produção de queijo é muito importante e é transversal a todos os setores. É transversal ao turismo, à gastronomia e, portanto, tenho importância muito elevada na nossa ilha. É um produto que é produzido com um grau de exigência superior àquele que é exigido noutras ilhas. E é essa diferenciação que, no entendimento do dos partidos que suportam a Coligação, deve ser valorizado.

Muito obrigada.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa em apreço tem um princípio e uma lógica que seria muito mau se um instrumento comunitário, ele próprio, da discriminação positiva à diferenciação ultraperiférica, em termos de coesão territorial e populacional, não permitisse também diferenciar, em termos de política pública, a diferenciação do arquipélago nos diferentes territórios. Ou seja, nós todos já dissemos isso de um modo ou de outro: políticas diferentes, para territórios diferentes.

A agro-especificidade em São Jorge é muito diferente daquilo que existe nas outras ilhas.

Existe uma agricultura muito genuína na bovinocultura de leite, incomparável a outras produções do mesmo género nas outras ilhas.

As exigências de produção, de transformação e o produto final com uma qualificação comunitária, exigem um tratamento diferenciado e diferenciador. Nisto devemos estar todos de acordo, senão não vale a pena existir esse instrumento comunitário que é o POSEI.

O POSEI, é isto mesmo, é a sustentabilidade daquilo que é diferente. E aquilo que é diferente existe também em São Jorge, na produção de leite.

Deputado Nuno Barata (IL): É igual!

O Orador: Ora, não apoiar essa agro-especificidade em São Jorge, não é reconhecer que são essas diferentes produções que tornam os Açores ricos

em termos culturais e em termos de produtos agroalimentares na sua diferenciação. É fundamental reconhecer essa lógica e este princípio. Aliás São Jorge...

Deputado Nuno Barata (IL): Mas já tem ou não tem?

O Orador: Não tem.

É diferente na transformação, Sr. Deputado. A qualificação é diferente. As exigências de produção são diferentes relativamente ao resto dos territórios vocacionados para a produção de leite.

A matriz familiar em São Jorge é a mais evidente dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Basta verificar aquilo que foi o sucesso do estatuto da agricultura familiar e reportando aos dados relativamente aos Açores, em São Jorge, 37% da área total (3498 hectares) pertencem a esse estatuto.

Deputado João Vasco da Costa (PS): E social!

Deputado Nuno Barata (IL): O setor leiteiro em São Jorge já tem diferenciação ou não, em São Jorge?

O Orador: É a maior fatia geográfica de todos os Açores.

São Jorge apresenta 26% das candidaturas ao estatuto da agricultura familiar, a segunda maior ilha candidata ao estatuto da agricultura familiar, ou seja, a matriz familiar da agricultura dos Açores está muito evidente em São Jorge.

Deputado João Vasco da Costa (PS): E social!

O Orador: Nós não podemos perder esse estatuto de matriz familiar.

Aliás, nos últimos anos, o que mais existiu foi, de facto, o fim do estatuto da agricultura familiar e da matriz familiar na agricultura nos Açores. Nós estamos a recuperar esse estatuto.

Tenho que reconhecer que a Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal apresentou aqui uma iniciativa que veio valorizar o estatuto da agricultura familiar nos Açores, é verdade, isto aconteceu. E os bons contributos são para ser reconhecidos e acolhidos relativamente a este tipo de atenção.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas a responsabilidade não é essa!

O Orador: Quando existe um reconhecimento do estatuto familiar, existem majorações no apoio aos equipamentos agrícolas, existem majorações, por exemplo, no benefício fiscal do gasóleo agrícola. **Deputado Carlos Silva (PS):** Mas quem é que implementou o estatuto da agricultura familiar?

O Orador: Existe um conjunto de majorações em prol da existência da família que trabalha na agricultura familiar.

Nós não queremos que isso termine nos Açores, porque isso também é promoção dos Açores, porque isso também é continuidade dos postos de trabalho. Em São Jorge isto é evidente e é bem patente.

Por outro lado, em São Jorge, a agro-diversificação tem acontecido de forma muito clara, o que é importante e já não acontecia há anos em São Jorge; a área da horticultura e a área de fruticultura tem aumentado em São Jorge, desde 2020 e em 2022, registou um aumento de 7% na área de horticultura e 10% na área de fruticultura.

Deputado João Vasco da Costa (PS): 100% de café!

Deputado Nuno Barata (IL): E a produção de bovinos de carne, Sr. Secretário?

O Orador: Aliás, deixe-me dizer que desde 2018 essas medidas estavam fechadas, a agro diversificação, ou seja, naquela tentativa de sermos mais independentes da importação e a partir do momento em que abrimos o

incentivo à produção local nessas áreas de horticultura, da fruticultura, da floricultura, a área dos Açores aumentou mais de 200 hectares.

Sim, é uma política de sucesso.

Sim, nós estamos menos dependentes do exterior.

Posso dar-vos alguns números, por exemplo, na área da vinha que estava fechada em 2018, o número de candidaturas, de 2020 para 2021, aumentou de 365 para 664 candidaturas - um aumento de 81%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, na área da fruticultura o número de candidaturas aumentou de 301 para 508 candidaturas - um aumento de 63%.

Deputado João Vasco da Costa (PS): 62,7!

O Orador: Ora, nós temos, obviamente, uma política de sucesso. Somos menos dependentes do exterior, somos mais dependentes da nossa agro-produção e isto é fundamental.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas também São Jorge tem sido evidenciado por outras características, como o *ramo grande*, a nossa raça autóctone; das 6 raças animais autóctones que nós temos, conseguimos que em fevereiro deste ano fosse carne DOP – Ramos Grande.

Deputado Carlos Silva (PS): Então para que é esta resolução se há todo esse sucesso?!

O Orador: Sim, fomos reconhecidos de forma internacional, a nossa raça autóctone como carne de denominação de origem protegida.

Metade dos 241 produtores, 115 estão em São Jorge. Isso é uma mais-valia para São Jorge. E dos 1287 efetivos, 555 estão em São Jorge, mais de metade.

Temos motivos para de facto termos confiança na agro-produção de São Jorge, quer pela matriz familiar, quer pela nossa raça autóctone, quer pelo aumento do preço de leite. Obviamente, São Jorge não é igual às outras ilhas. São Jorge é especial e irá merecer e deverá merecer também dentro do POSEI uma especificação, porque senão também não existia POSEI da Comunidade para as regiões ultraperiféricas.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu problema é só um. Nós estamos a usar um projeto que diz que temos que fazer uma diferenciação do POSEI relativamente a um caso específico numa ilha específica. Isto não é nada de novo, já existia no POSEI.

Sr. Secretário, temos aqui no POSEI, relativamente aos queijos da ilha de São Jorge 100%, a 30 de abril.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Para armazenamento!

O Orador: Então, armazenamento já não é uma ajuda de diferenciação relativamente ao armazenamento do queijo em São Miguel?

Nós podemos fazer diferenciação de tudo. Aliás, o próprio Governo pode executar, relativamente ao POSEI, como pretende.

Por isso é que eu não entendo este Projeto de Resolução, porque não dá nada de novo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mudámos, esqueci-me de explicar isso.

O Orador: A não ser que mudemos alguma coisa e aí, à partida, já podemos submeter ao POSEI demonstrando a diferenciação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Esqueci-me de explicar a componente qualitativa!

O Orador: Peço imensa, desculpa, mas em termos técnicos, não é este tipo de Projeto de Resolução que vai dar essa diferenciação, porque já existiu no passado, há vários anos, dentro do POSEI.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tem razão, Sr. Deputado. Um dos desafios dos Açores, e nós estamos a trabalhar nessa questão tendo inclusive já proposto à Comissão Europeia, é o desafio de mudar a objetividade dos apoios do POSEI.

O POSEI tem tido uma objetividade numérica, isto é, mais 1, mais um apoio; mais 1 kg de carne, mais um apoio; mais 1 litro de leite, mais um apoio.

Ora, consideramos que essa objetividade numérica não é benéfica àquilo que tem que ser a qualidade, a excelência e a promoção dos produtos. E o POSEI tem que ser direcionado para a classificação da carcaça e para a componente nutricional do litro de leite.

(Apartes inaudíveis do Deputado Nuno Barata)

Deputado Flávio Soares (PSD): Ouça até ao fim.

O Orador: É nesse sentido que nós queremos apoiar, ou seja, não é mais 1 litro de leite, mas é consoante esta mesma componente nutricional do litro de leite.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é objetivo!

O Orador: Nós estamos a fazer essa mudança juntamente com os nossos parceiros, juntamente com os produtores, para que possamos... eu penso que estamos todos de acordo de que nós nunca nos vamos afirmar pela quantidade, mas sim pela qualidade.

Deputado Nuno Barata (IL): Não podemos ter só qualidade! Temos de crescer para a frente!

O Orador: E para isso temos que mudar aquilo que é o apoio da política pública.

Obviamente que sim. É isso que eu queria explicar ao Sr. Deputado, não se trata de ser mais do mesmo. Peço desculpa, não expliquei na anterior intervenção. É algo diferenciador que vai de encontro à necessidade de termos um produto que tenha uma sustentabilidade alimentar; que seja um

benefício para a saúde humana; que seja um benefício para o ambiente; que seja um benefício para o bem-estar animal; que seja um benefício para os nossos solos agrícolas.

É a conjugação desses fatores, que nos irá permitir continuar a estar nos mercados tradicionais e a conquistar novos mercados. Como o Sr. Deputado muito bem sabe, tendo em conta as preocupações atuais, no âmbito das alterações climáticas, no âmbito da utilização dos animais para a produção agrícola, o que é fundamental.

Sim, senhor, a política dos apoios públicos tem que ser novamente direcionada para aquilo que efetivamente os Açores podem produzir.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O pilar da economia da ilha de São Jorge é a agricultura. O queijo de São Jorge leva o nome dos Açores além-fronteiras. É um produto referência que tem que ser defendido e que nos deve orgulhar a todos.

O queijo de São Jorge representa uma marca de excelência, faz parte do que melhor se produz nos Açores. E essa excelência é já por si um produto de valor acrescentado. Nunca é demais lembrar estes considerandos.

Sr. Secretário:

pelas suas declarações, este Governo tem feito milagres no setor leiteiro. No entanto, os partidos que compõem este Governo apresentam este Projeto de Resolução com duas medidas de apoio aos produtores de leite São Jorge.

Afinal, não é bem assim, Sr. Secretário.

Em relação ao ponto um desta iniciativa, mais precisamente a adoção de uma medida de apoio direto aos produtores de leite São Jorge, através do programa POSEI de forma a incentivar a produção de leite.

Este Governo apresentou na sua proposta à União Europeia medidas neste sentido, de forma que as mesmas já possam ser implementadas em 2023?

Em relação ao 2º ponto deste Projeto de Resolução - o marketing - questionámos o Sr. Presidente da Uniqueijo e realmente os valores que foram dados pelos Governos do Partido Socialista foram sempre superiores aos dados por este Governo, mas esta é outra questão (que se põe) e o próprio Presidente da Uniqueijo afirmou que a recuperação em termos económicos e financeiros tem sido notável, muito em particular nos últimos 5 anos. Ou seja, de 2016 até à presente data, o passivo bancário da Uniqueijo diminuiu mais de 40%. A autonomia financeira cresceu quase 110% e o crescimento de vendas e do volume de negócios do queijo tem sido bastante relevante.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O passivo das cooperativas São Jorge tem vindo a diminuir e certamente que as cooperativas naquela ilha poderiam ter, neste momento, e até mais cedo, pagado melhor o leite ao produtor, se não tivesse havido rateios ao armazenamento do queijo de São Jorge. São 206 mil euros por ano que deixaram de pagar às cooperativas de São Jorge, como rateio, no âmbito do POSEI, em relação ao armazenamento.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Certamente que as cooperativas podiam ter pagado mais cedo aquilo que estão a pagar neste momento e a partir de novembro, que é 10 cêntimos por litro de leite, se juntarmos aquilo que é, de facto, a distribuição no final do ano, vai corresponder, em dezembro, em a 48 cêntimos por litro de leite. Nós queremos que o leite aumente mais. É preciso o leite aumentar mais nos Açores e em São Jorge. É necessário que isto aconteça.

Bom, mas também queria dizer-vos que os Deputados que suportam este Governo não servem só para bater palmas.

Os Deputados que suportam este Governo têm pensamento crítico, estratégico e territorial das suas ilhas.

Era só o que faltava não apresentarem iniciativas!

Eu quando fui aqui Deputado, nenhum Deputado do PS apresentava iniciativas, limitavam-se a bater palmas!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor é que está a dizer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E a levantarem-se para votar a favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem faziam requerimentos!

O Orador: Nem faziam requerimentos!

É assim que a democracia tem que funcionar.

É assim que nós temos que entender a democracia, com iniciativa, com pensamento, com a existência de iniciativas, de requerimentos, porque este Governo não é do PSD, não é de CDS, não é PPM. É dos açorianos e cada um faz a sua parte aqui.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Nem mais!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estavam os Deputados do PSD, do CDS e do PPM a diminuir a sua representatividade e a sua responsabilidade, se não fizessem iniciativas como esta.

É de louvar! Parabéns, vamos em frente!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e da Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tema palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado vai fazer uma declaração de voto.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Coelho, quer saber como é que o PPM vota?

Vou-lhe dizer: votamos favoravelmente a nossa própria iniciativa.

Agora, duvido é que V. Exa. tenha percebido através da intervenção da Sra. Deputada da sua bancada, qual é o sentido de voto do Partido Socialista.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputada Andreia Cardoso (PS): A gente já sabe!

O Orador: Isso já é outra coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eles próprios estão na expectativa!

O Orador: Foi tão nebulosa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Desde 6ª feira que a gente já sabe!

O Orador: Foi tão nebulosa, criou uma expectativa tão grande que estamos aqui à espera.

Por isso, Sr. Deputado, não dirija a pergunta a mim. Vire-se para a bancada que o antecede e terá a resposta que procura.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ou não!

O Orador: Ou não, se calhar, é melhor olhar para baixo.

Mas, Sr. Deputado Francisco Coelho, já que estou a conversar consigo, vou continuar, porque quero dizer-lhe que acho muito curioso a vossa bancada e membros do anterior governo que por aí pululam, sendo V. Exa. também um anterior membro do governo do Partido Socialista, tal como também os dois ex-membros do Governo do Partido Socialista que estão a chefiar e a liderar a bancada, e muitos outros, está aqui também o Sr. Deputado Berto Messias, também está ali um ex-membro do governo, um diretor regional, também o Sr. Deputado José Contente, um símbolo do poder socialista na Região e muitos outros.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso são saudades, Sr. Deputado!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, a questão no fundo é esta, é que V. Exas. nos diferentes assuntos, e então aqui na agricultura, é uma coisa impressionante.

Os senhores andaram perdidos, não tinham nenhuma solução, andaram perdidos no bosque durante anos e anos e anos, durante 24 anos, não havia soluções. Agora aparece o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, de repente alguma coisa lhe aconteceu, porque agora tem ideias claras sobre o setor. Mas... e há dois anos?

Eram escuras, porque é uma situação que V. Exa., não conseguiu resolver, ao fim de duas Legislaturas.

Porque é que agora tem ideias tão claras? Agora já sabe o caminho?

Eu digo-lhe uma coisa: se há alguém que andou perdido no bosque 24 anos, sai do bosque, - foi o que vos aconteceu, saíram do Governo - e depois eu pergunto (estou ali a passar): qual é o caminho? E V. Exa, aponta e diz “olhe o caminho... venha comigo que eu vou ensinar-lhe o caminho”.

Deputado Francisco Coelho (PS): Só havia o lobo mau!

O Orador: V. Exa. esteve 24 anos perdido, porque é que eu devo confiar em si se V. Exa. não sabia e continua a não saber qual é o caminho?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E quero dizer-lhe Sr. Deputado, sobre esta matéria em concreto, para nós...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eu ainda nem abri a boca!

O Orador: ... mas eu já antecipo o que V. Exa. está a pensar. Já o conheço tão bem, tão bem, que já antecipo o que V. Exa. pensou e está a pensar agora. Srs. Deputados, para o PPM o queijo de São Jorge é uma espécie de locomotiva neste setor. Tal como o Vinho do Porto que é também

historicamente uma locomotiva. E é quem tem capacidade de liderança neste sector tão importante para os Açores, mas tão importante para a economia de São Jorge.

Importante, é também que se verifique se o queijo São Jorge, nomeadamente o seu ciclo de produção, obedece aos requisitos do programa POSEI. Se tem diferenciação produtiva. E é inegável que tem. É inegável constitui uma locomotiva neste setor. É inegável que é necessário apoiá-lo. É inegável que é um produto absolutamente estratégico para a Região Autónoma dos Açores e para São Jorge.

Por isso, é com lógica, é absolutamente racional, é necessário que se faça esta proposta: “recomendar ao Governo Regional a adoção de uma medida de apoio direto aos produtores de leite São Jorge, através do programa POSEI, de forma a incentivar a produção de leite”.

Não é importante? É!

Pode ser feito? Pode!

É racional que se faça? É racional!

A segunda questão é promover ações de promoção e de inovação do queijo produzido pelas cooperativas, por forma a conseguir a valorização do queijo de São Jorge e consequente repercussão no rendimento dos produtores.

É lógico que isto se faça?

É necessário e é possível? É! É! É!

Por isso, meus senhores, as questões são estas, são simples.

Eu já vejo que há gente que tem discursos e caminhos tortuosos. Mas a questão que queremos discutir é tão somente esta e queremos defender os agricultores de São Jorge, defender um produto de excelência, um produto que faz parte da locomotiva, da economia de São Jorge e da economia dos

Açores. Um produto pelo qual vale a pena bater-nos até à exaustão, um produto que é um produto diferenciado de enorme qualidade e que é uma bandeira dos Açores!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como só tenho voo para amanhã e voo de regresso para segunda-feira, inscrevi-me.

Eu percebo alguns dos argumentos aqui aduzidos, concordo com o Sr. Secretário na maior parte deles.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Já não é mau, é bom!

O Orador: Percebo que tenha umas vezes números e outras vezes não tenha dados, também percebo, é normal.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): A maior parte não tenho!

O Orador: Também percebo que o senhor tenha vindo aqui fazer uma manobra de diversão, falando da agricultura familiar, misturando a agricultura familiar com a produção de leite...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas é a mesma coisa, Sr. Deputado!

O Orador: ...os rendimentos não devem ser muito próximos daquilo que é possível para andar na agricultura familiar, senão nós estamos muito mal - mas eu percebo também que seja bom usar esses... *montes nebulosos*...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é isso. Não diga isso, porque está a desrespeitar São Jorge!

O Orador: ...para fingir que há coisas que são diferentes, mas faz-se de conta que são iguais.

Concordo com o argumento do Sr. Secretário de que não podemos crescer terra para cima do mar, nem mar para terra e, portanto, temos que investir na qualidade e não na quantidade.

Tempos houve – e eu já ando cá há algum - quando Portugal entrou para a União Europeia eu já era grandinho, já tinha mais de 20 anos, portanto, lembro-me bem até da primeira vez que se falou em POSEIMA (Medidas POSEI, POSEIMA, POSEICAN)...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Era POSEIMA.

O Orador: ...se é para a gente ir por aí, eu também tenho uma boa memória - sei porque é que ele foi criado. E, portanto, sei muito bem como é que esses mecanismos foram usados e porque é que eles continuam a ser usados.

Percebo até a teoria do Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre a *locomotiva*. Nós temos que ter produtos *âncora*, produtos *locomotiva*, acredito e tenho convicção disso. E tenho convicção de que o queijo de São Jorge pode ser uma locomotiva, mas neste momento, é um *vagão pesado*, sem motor. Não está a ser a locomotiva. E o que está a ser feito aqui, é querer-se transformar

este *vagão pesado*, com um motor fraquinho, num vagão, ainda mais pesado.

Os produtos DOP, os produtos IGP os produtos âncora, são aqueles que têm que se ir autonomizando da subsidiação.

São aqueles que, pela sua qualidade, pela afirmação dos seus valores têm que ir servindo para alavancar os outros. Não podem ser produtos que nós passamos a vida a dizer que são muito importantes e mete-se mais uma coisinha, porque assim, estamos a transformá-los de *locomotivas* em *vagões inertes* que não têm sequer condições para se auto-movimentar quanto mais para acartar o outro vagão que é pesado e que vem atrás.

Esta é a questão aqui, isto é, o senhor tem 6 produtos DOP na Região Autónoma dos Açores e só um é que não é subsidiado. E foi o senhor e o seu Governo que tentou meter subsídio também nesse produto.

É sim senhor!

Dos 6 produtos DOP, só um é que não recebe subsídios que é o mel dos Açores. E mesmo assim o senhor já tentou.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas recebe!

O Orador: O senhor já tentou meter o gasóleo agrícola para os produtores de mel e uma série de outras coisas para esses produtores de mel.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Deputado, ele recebe!

O Orador: O mel DOP recebe?! POSEIMA?! Onde?!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Recebe! Por quilo.

O Orador: Ah por quilo? Ora então o senhor ainda me ajuda mais.

Eu reformulo, Sr. Secretário: dos 6 produtos DOP da Região Autónoma dos Açores que deviam ser a locomotiva, estão todos transformados em *vagão sem motor!*

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Independentemente do produto, ele recebe!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça um favor, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Lá vem o *bombeiro!*

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado fica *em brasa* sempre que eu me levanto!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Eu não. O senhor é que é uma *brasa*. Em tudo o que se mete... queima!

O Orador: *Honi soít qui mal y pense!*

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ainda bem que V. Exa. diz que vai votar a favor da sua proposta. É que depois do que aconteceu ontem, em que o senhor votou contra uma proposta sua, é bom sempre nós sabermos onde é que estamos.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Exato!

O Orador: Em segundo lugar, eu gostava de salientar e registar o reconhecimento feito pelo Governo Regional em relação a duas importantes medidas lançadas ainda pelos governos do Partido Socialista.

Refiro-me em concreto ao estatuto da agricultura familiar e ao requerimento para a classificação da carne Ramo Grande como carne DOP.

É bom que o Sr. Secretário da Agricultura, reconheça-o, porque nessa matéria, sempre se diferencia da sua colega, a Sra. Secretária Berta Cabral que, hoje, quis reclamar para si os méritos de uma obra lançada pelos governos do Partido Socialista, que foi a obra da ponte-cais do porto das Lajes das Flores que está, e muito bem, concluída e em funcionamento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olha a necessidade de sobrevivência.

O Orador: E, portanto, gostaria de deixar isso registado.

(Protestos impercetíveis das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Em relação à Proposta de Resolução que estamos aqui a analisar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro – permita-me: eu não vou permitir hoje, o que se passou ontem à tarde neste Parlamento!

Deputado João Vasco da Costa (PS): Muito bem, Sr. Presidente!

Presidente: E se isso voltar a acontecer, vou suspender os trabalhos!

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Em relação a esta Proposta de Resolução, eu tinha uma pergunta concreta para lhe fazer em função daquela que também foi a aprovação do ponto

anterior - a Proposta de Resolução apresentada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado.

A Proposta anterior estabelece como possibilidades de concretização da medida então referida, duas hipóteses: ou o POSEI ou, ao abrigo do Artigo 349 do Tratado de Funcionamento da União Europeia que não tendo aplicação direta, aquilo que me fez pressupor, é que o Sr. Deputado Carlos Furtado estaria a referir-se à possibilidade de criar um regime de apoio, excepcionando a parte dos Auxílios de Estado – é para isso que também releva o Artigo 349, e, portanto, com verbas do orçamento regional.

Eu gostaria de colocar a questão ao Sr. Secretário Regional sobre qual o entendimento do Governo em relação a esta Proposta de Resolução? Se é apenas concretizável através do POSEI, ou se o Sr. Secretário entende que tem condições para mobilizar verbas do orçamento regional para concretizar este Projeto de Resolução que é aqui apresentado?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Silveira a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para não acontecer o que aconteceu no primeiro dia do plenário, em que sendo só questões sobre São Jorge, o que mais transpareceu nesse dia foi realmente sobre São Jorge e centrando a questão nesta resolução, e tentando

esclarecer alguns Srs. Deputados, eu gostaria primeiro de dizer ao Sr. Deputado Pedro Neves que os apoios que já existem para a *stockagem*, como deve saber, o queijo de São Jorge é um produto DOP que fica armazenado durante muito tempo, e o apoio é para a perda de peso do queijo. Portanto, é um produto DOP que vai, neste momento, até aos 36 meses, daí existir esse apoio que está em questão.

O que nós pretendemos com esta resolução, é defender o motor, fraco ou forte, – chamem-lhe o que quiserem - da economia de São Jorge que é o setor agrícola, é o leite, é o nosso queijo que é a mola de desenvolvimento de São Jorge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostem ou não gostem, esta é a mola de S. Jorge. E eu não estaria bem comigo mesmo, se não fizesse esta defesa intransigente numa diferenciação positiva para os produtores de leite de São Jorge.

Não vou repetir o que já foi aqui dito quanto às condicionantes de produção desse produto, mas é importante – não querem a questão seja levada para aí, mas eu tenho que levar como jorgense que sou, defender que se possa ajudar a produção porque, como aqui foi bem dito, há um trabalho que a indústria – concordo – é que o tem de fazer e a prova de melhoria, até de campanhas de marketing feitas recentemente, é que o

queijo, neste momento, em vez de ser vendido com um preço médio a 6 euros e meio, está à volta dos 18 euros/quilo. Portanto, há uma evolução e uma melhoria da valorização do produto. E assim é que se cria mais-valias para a diferenciação do produto e gerar mais riqueza para São Jorge. Mas, como aqui já foi dito também, este setor sustenta muitas famílias e São Jorge é fundamental para a sua subsistência. E eu até concordo quando se diz que

o leite deve ser produzido com maior qualidade. Mas, no caso de S. Jorge, pode ter melhor qualidade e maior quantidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos a falar duma ilha em que, neste momento, o que se pretende é 2,3 toneladas de queijo produzido e este ano vamos ficar nas 2.1 toneladas. Portanto há uma quebra que é suportada por que está ainda em *stock*.

Acho que quem sente e vive em S. Jorge – relembro que há pouco tempo os 3 Deputados de ilha tiveram uma reunião com o setor, com a Uniqueijo e com o Sr. Presidente da Associação Agrícola – todos percebem a pertinência e a urgência de se ajudar a produção. Isto é o que eu reconheço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, espero que autorize a Sra. Deputada Isabel Teixeira a poder votar favoravelmente, porque ela por acaso até é confeira do queijo São Jorge. Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo princípio das questões, para dizer-vos que a qualificação dos produtos comunitários surgiu pela primeira vez nesta Casa, por uma proposta do PSD em 2005. Pretendíamos, então, qualificar o leite, a banana, o chá e o mel. Esta proposta foi apresentada por mim nesta Casa. Dez anos depois, concretizou-se a qualificação de alguns produtos. O leite ainda não é. E se o leite tivesse sido classificado como produto DOP, nós hoje tínhamos acesso aos contratos internacionais bilaterais e multilaterais da União Europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os únicos produtos que têm acesso aos contratos internacionais, são os produtos com qualificação comunitária. Perdemos oportunidades negociais e económicas pelo atraso na classificação do leite como algo específico, único e exclusivo no mundo que é produzido nos Açores.

A qualificação da manteiga também surgiu nesta Casa, em 2011, pela minha mão. Agora está na União Europeia para obviamente aguardar parecer positivo. E esperemos que sim. É verdade, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, foi o anterior executivo que apresentou a candidatura. E fomos nós que tivemos de contra-argumentar um conjunto de situações para suportar essa candidatura. É um trabalho conjunto, é verdade, sim senhor, não há que esconder. Foi um bom trabalho da vossa parte e um bom trabalho da nossa parte relativamente a esse produto.

Depois, dizer-vos que nós temos reivindicado - e espero que o Sr. Deputado também com a responsabilidade europeia que tem no âmbito das regiões ultraperiféricas - enquanto Governo Regional dos Açores, e eu próprio reivindiquei na reunião de presidentes das regiões ultraperiféricas em Martinique que o “de minimis”, que está no máximo de 15 mil euros por

produtor, que esse plafond seja maior para as Regiões Ultraperiféricas. Ou seja, se por um lado a contenção do apoio do Estado ao agricultor é benéfica - porque senão os países ricos tinham mais possibilidade de ajudar os seus produtores do que os países pobres, no caso das regiões ultraperiféricas esses 15 mil euros são insuficientes em alturas de crise.

Espero que o Sr. Deputado com a responsabilidade europeia que tem, possa ajudar-nos nesta reivindicação “de minimis” ser um montante superior, porque é isso que nos permite dar determinados apoios, desde logo apoios no âmbito do investimento dos equipamentos agrícolas. Se aumentarmos esse apoio, podemos suportar melhor as crises. Nós não podemos dar todos os apoios que queremos aos agricultores, não podemos, estamos limitados. E queríamos que esse plafond pudesse aumentar, tendo em conta alturas de crise.

Espero que o Sr. Deputado possa contribuir para essa situação.

Relativamente ao POSEI, o que foi negociado foi a diminuição, como o Sr. Deputado sabe, da verba de 3,5% dos montantes POSEI.

Os Açores irão perder 3 milhões de euros a partir de 1 de janeiro de 2023. Esperemos que quem negociou, de facto, essa situação não foi este executivo.

Nós esperamos é que as verbas dos fundos comunitários que estão para vir para Portugal possam cobrir esses 3,5% de quebra do POSEI, ou seja, estamos a falar de 3 milhões de euros.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso foi ontem. Ontem é que foram 3 milhões!

O Orador: Se efetivamente o Governo de Portugal e o Governo da República, que é o sujeito negociador com a Comissão Europeia, suportarem esses 3,5%, naturalmente teremos um melhor POSEI.

Como sabe, o nosso défice do POSEI são 13 milhões de euros. Nós precisamos de mais de 13 milhões de euros.

Nós não consideramos que a última negociação sobre o POSEI foi uma vitória, pelo contrário, uma vitória seria alocar mais verbas, porque seria reconhecer a coesão territorial, seria reconhecer a diferença, seria reconhecer a distância e, acima de tudo, seria reconhecer que produzimos produtos bons para a humanidade. Isso é extremamente importante. E, portanto, a perda de verbas que não foi na altura...

Deputado Nuno Barata (IL): Ó senhor, quem paga isso são os açorianos!

O Orador: ... mas foi programada para 2023, esperemos sim, Sr. Deputado, que V. Exa. por via do título e do cargo que tem, possa contribuir para, junto do Governo da República e junto da União Europeia, possamos ser restituídos dessa verba dos 3 milhões de euros que vamos perder.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro foi há pouco, dirigindo-se a mim, um advogado de acusação.

Acusou-me V. Exa. de ter votado ontem contra a minha própria iniciativa.

Estava-se a referir ao trabalho médico suplementar.

Deixe-me recordar-lhe, Sr. Deputado, algo que para si, tendo em conta também a sua formação, a sua excelente formação nesta área, algo que nunca deve esquecer: **factos**.

E quais são os factos?

Facto nº.1: a proposta era da Comissão de Assuntos Sociais.

E como dizia o outro, eu não faço parte da Comissão de Assuntos Sociais.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputada Ana Luís (PS): Ainda bem!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Facto nº. 2: não fazendo parte da Comissão de Assuntos Sociais, não podia assinar, não assinei uma proposta da Comissão de Assuntos Sociais.

Logo, conclusão deste pequeno julgamento, Sr. Deputado, V. Exa acusou me de uma coisa que eu não fiz.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Tinha que repor aqui a verdade.

A Sra. Deputada Ana Luís está sempre mal disposta. Cada vez que eu falo está mal disposta, sempre mal disposta.

Sra. Deputada, pelo amor de Deus, vamos ficar aqui assim até ao final da Legislatura?

Eu já enterrei o passado.

Deputado Berto Messias (PS): E de que maneira! E foi em poucos dias! Quem lia os seus artigos, foi em poucos dias!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estamos a enterrar...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Enterrar o *machado de guerra*.

O Orador: É o passado.

Já enterrei o passado e o que interessa é o futuro. O futuro dos açorianos. E, por isso, muitas vezes vamos ter que nos entender em prol dos açorianos. E esta é a questão da reposição da verdade.

O Sr. Deputado, já se viu ontem, anda um pouco afastado dos factos e da verdade. Mas aqui é factual. Eu podia ter feito uma interpelação a perguntar simplesmente se era membro da Comissão de Assuntos Sociais. Podia ter feito isso. Mas decidi fazê-lo no âmbito desta intervenção.

Portanto, Sr. Deputado, o que lhe peço é que tenha mais rigor nos factos. Mais rigor.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor ontem referiu-se à “nossa proposta”!

O Orador: Mas que agitação, Srs. Deputados. já me fizeram perder alguns segundos. Tenham calma, eu sei que a tarde está a correr mal, mas eu não tenho culpa disso.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não há agitação nenhuma!

O Orador: Faço alguma coisa para isso, é certo, mas não tenho inteiramente culpa disso.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A culpa é de V. Exas. e da posição que têm vindo a defender e do conjunto de argumentos que têm vindo a apresentar, ou melhor, a falta de argumentos que têm vindo a apresentar.

A segunda questão é que o Partido Socialista não reconheceu uma coisa - e deixem-me utilizar uma velha frase da Sra. Deputada Zoraida Soares, uma extraordinária parlamentar de quem eu me recordo sempre, que é: “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não ouviu a intervenção da Deputada Isabel!

O Orador: A verdade é que o queijo de São Jorge é *outra coisa*.

E V. Exas. nas vossas intervenções, ainda não reconheceram a especificidade do queijo de São Jorge, que é de facto alto, diferente, que é outra coisa. E por isso, é que se enquadra no conjunto de apoios que aqui definimos e propomos. E ao fim de vários de quase uma hora de debate, ainda continuamos sem saber qual é a posição do Partido Socialista.

Está o Partido Socialista ao lado dos jorgenses, ao lado da produção de queijo de São Jorge, na garantia da sua manutenção, na garantia do seu fortalecimento, na garantia de que este é um produto importante que nós temos que preservar? Ou V. Exas. não estão?

É uma decisão fácil.

Eu aguardo. E os açorianos aguardam, a vossa resposta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(* Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu provavelmente não me expliquei bem na pergunta que fiz.

A minha questão é a seguinte: no Projeto de Resolução que foi aprovado antes, falava-se em duas possibilidades de conseguir a concretização desta resolução, uma através do POSEI e outra através das possibilidades do Artigo 349º do Tratado de Funcionamento da União Europeia - o artigo da Ultraperiferia, que, no caso concreto, o que me parece relevar, tem a ver com a regra dos auxílios de estado, ou seja, a possibilidade da Região, (no caso concreto) poder afetar verbas do seu orçamento para concretizar aquele Projeto de Resolução que lá está.

A minha pergunta é em relação a este Projeto de Resolução e é saber qual é o seu entendimento e o entendimento do Governo?

O Projeto de Resolução fala apenas no POSEI. E a pergunta é: para além do POSEI, o Governo considera também possível mobilizar verbas do orçamento regional para, sendo aprovado, concretizar aquilo que aqui está?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

(António Ventura): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas são questões pertinentes e importantes, neste momento de discussão, porque permitem clarificar qual é que a posição do Governo Regional relativamente à pretensão da resolução aqui apresentada.

Uma coisa são os auxílios de estado e a capacidade que nós temos de apoiar, outra coisa é o POSEI.

Sabe muito bem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que no POSEI não há limite do apoio de auxílios de estado. Todavia, o programa a regra “de minimis” limita a 15mil euros. Esta foi outra questão que quis dizer referir e temos que a reivindicar para aumentar, desde logo, para acudir em tempos de crise a este sector.

O POSEI está muito afastado daquilo que são as necessidades de produção direta para os animais e para os vegetais.

Neste momento, o orçamento regional aporta 13milhões de euros. Mas também nós sabemos que entre o deve e o haver, houve uma redução de 28 milhões de litros de leite na Região até agora, e provavelmente vai atingir os 30milhões no final de dezembro. Não tenho obviamente aqui uma bola de cristal, mas posso talvez antever os 30 milhões. Mas a verdade é que daqui se retira um ganho. Esse ganho entre o deve e o haver, podemos mobilizá-lo para São Jorge, sem aumentar aquilo que é a despesa no orçamento. Ou seja, nós fazemos uma conta aritmética entre o que se retira de um lado e se põe no outro, sendo que não há necessidade de haver mais um esforço do orçamento

regional relativamente ao POSEI. E, portanto, a nossa conta é de que sim, é possível apoiar a produção de leite de modo específico em São Jorge, em termos qualitativos, prevendo aquilo que é a redução do apoio à litragem (do litro de leite), isto é, a quantidade de litro de leite que vai atingir uma redução de 30 milhões. Acompanhando essa redução de 30 milhões, obviamente também há uma redução da carga animal por hectare. Ou seja, nós este ano já abatemos mais de 7 mil bovinos na Região Autónoma dos Açores, sendo que uma grande parte destes 7 mil bovinos advém dos programas de reconversão, em que os produtores são obrigados a abater as vacas leiteiras e as novilhas.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E as vacas leiteiras têm um apoio direto. Logo, aí também há uma poupança que pode ser revertida a favor de outros territórios, neste caso, do queijo de São Jorge e da produção.

É esta a nossa conta aritmética, ou seja, de um lado ganhando, mas repondo no outro, isto é, direcionando o POSEI para as especificidades e necessidades.

Se por um lado, em determinadas ilhas é necessário reduzir para valorizar o preço, e assim é a nossa riqueza territorial e produtiva, noutros sítios há que aumentar para valorizar um produto final, neste caso, o queijo de São Jorge DOP.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional: A minha questão não tem a ver com a reafetação de verbas dentro do POSEI. Ou seja, não é uma questão de dizer que nós ganhamos num lado e podemos reafetar no outro. A minha questão não é essa.

A minha questão, feita de outra forma, é a seguinte:

Se em relação ao que está nesta resolução, por qualquer motivo, não for possível criar este mecanismo de apoio por via do POSEI, o Governo Regional criará um mecanismo de apoio utilizando verbas da Região e, por essa via, cumprindo aquilo que são os limites da regra de *minimis* que, a propósito, julgo que não serão bem esses - estou a tomar como referência o Regulamento de 2014 - mas a questão não é essa do quantitativo; a questão é, no fundo, perceber se não for possível através do POSEI, será através do orçamento da Região?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra do Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A sua questão mudou de figura. Aliás, tem vindo a mudar a objetividade da questão. E, portanto, ou eu não percebi, ou o senhor não se explicou bem.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não expliquei bem.

O Orador: Mas tudo bem.

A questão é se vai haver ou não apoio, quer seja de uma maneira ou de outra, à produção de leite em São Jorge? Essa é que é a questão. Ou seja, quer seja para instrumento do POSEI, quer seja para uma medida concreta nesta resolução.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): De acordo com esta resolução.

O Orador: Sr. Deputado, na minha última intervenção, tive a oportunidade de dizer que as reduções de um lado, levam-nos, de facto, a afetar a outro lado. E, portanto, as reduções verificadas não são de suposição. É uma redução de realidade.

Nós estamos a menos 28 milhões de litros de leite. Isso tem um quantitativo elevado naquilo que é a percentagem do POSEI relativamente ao apoio ao litro de leite e à vaca leiteira. E, portanto, não creio que vai haver necessidade de recorrer ao orçamento regional.

Deputado João Vasco Costa (PS): E se houver?!

O Orador: Não ponho essa hipótese, porque estou em crer, tendo em conta o esforço regional dos 13 milhões de euros, que o POSEI pode cabimentar verba para esta resolução.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas se houver?!

O Orador: Tendo em conta aquilo que já é realidade - não é suposição, é aquilo que já acontece - um abate efetivo da vaca leiteira num número considerável (cerca de 7 mil animais), por via dos programas de conversão e por via da redução de 28 milhões de litros de leite, a 30 de setembro, e que vai aumentar até dezembro.

São Jorge vai produzir cerca de 25 ou 26 milhões de litros de leite, em 2023 esse quantitativo é perfeitamente suportado por aquilo que é a realidade da diminuição regional da produção de leite e por um número de abate de vacas

leiteiras. Ou seja, o que se vai ganhar por via desta redução, vai ser afeto a essa nossa especificidade.

Deputado João Vasco Costa (PS): E se houver?!

O Orador: Não, mas vai ser – garanto. Mas as contas, obviamente, estão feitas. Vai ser, porque há uma realidade, ela existe.

Se o Sr. Deputado me fizesse essa pergunta janeiro, eu já não saberia dizer e responderia de outra maneira.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não foi essa a pergunta!

O Orador: No entanto, faz-me essa pergunta agora em outubro. E perante os factos da redução e do abate, eu digo-lhe que vai ser. Se fosse em janeiro, não teria essa certeza e teria que lhe responder de outra maneira.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): o senhor sabe muito!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional: Eu percebo aquilo que me está a dizer, mas também reconhecerá V. Exa. que em relação à segunda parte da pergunta, não respondeu. Ou seja, o senhor acha que será através do POSEI e que não há necessidade de contemplar sequer a hipótese de ser através do orçamento regional.

Bom, para terem uma ideia sobre qual a intensidade de que se pode revestir essa medida, eu faria esta pergunta: o senhor utilizará para esta medida apenas as verbas que São Jorge liberte, no âmbito da redução da produção leiteira? Ou mobilizará verbas da redução leiteira do arquipélago para afetar a esta medida?

Eu pergunto isto porque, obviamente, num caso ou noutro, a intensidade desse sistema de apoio será completamente diferente.

Se o Projeto de Resolução for aprovado e o senhor me disser que o Governo pretende apenas, sendo aprovado e implementado, movimentar e reafetar as verbas que São Jorge liberta por via da redução de leite para esta medida; outra coisa será, se disser “eu recorrerei às verbas que podem resultar da redução de leite noutras ilhas da Região para afetar a esta medida” - esta é a pergunta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Secretário não tem tempo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, o Sr. Secretário já não tem tempo! Não tem necessidade disso!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Se me derem um minuto, eu respondo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz a pergunta e não me apercebi de que o Sr. Secretário não tinha tempo para responder à questão.

Gostava que isso ficasse, obviamente no Diário das Sessões, porque efetivamente ele não tem tempo para responder à questão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Uma vez que os proponentes têm tempo, eu colocava a questão aos proponentes.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça um favor.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta em concreto para os proponentes desta iniciativa é a seguinte: há duas possibilidades que se apresentam, tomando os pressupostos que o Sr. Secretário Regional apresentou, ou seja, de uma reafetação de verbas dentro do POSEI que resulta da diminuição da produção de leite.

A questão que eu coloco, também para aferir da intensidade deste sistema de apoio que se pretende criar (ou recomendar que seja criado) é esta: os proponentes consideram adequado apenas reafetar as verbas que a produção de leite em São Jorge liberte, ou entendem que devemos ir mais além, reafectando, inclusive, verbas que a produção de leite noutras ilhas da Região possa libertar para afetar a esta iniciativa?

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não há POSEI ilha! Há POSEI regional!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra do Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Em primeiro lugar, tenho que dizer a V. Exa. que eu não gosto de ser uma segunda escolha.

Já fez a pergunta ao Governo e como o Governo não pode responder, pergunta agora ao proponente. E, portanto, segunda escolha, Sr. Deputado, nunca fui, não gosto de ser.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário já lhe respondeu.

Deputada Ana Luis (PS): Não respondeu.

O Orador: Terceira questão: estou aqui há alguns anos, Sr. Deputado, há muitos menos que V. Exa., mas estou aqui há alguns anos.

Isto chama-se “Projeto de Resolução”. E no Projeto de Resolução, a nossa iniciativa está aqui identificada. É isto que nós pretendemos fazer.

A quem é que cabe executar?

Ao Governo Regional cabe executar esta matéria.

Portanto, estas é que são as questões.

Eu vinculo-me à resposta que lhe deu o Sr. Secretário.

Em relação à proposta, eu vinculo-me ao que aqui está proposto. Ou seja, os proponentes propõem isto. E, portanto, em relação à execução, será feita por parte do Governo nos exatos termos em que o Governo já teve a oportunidade de lhe responder.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa, Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas o Governo não respondeu à questão, porque não teve tempo.

A questão é simples. Eu percebo o que é que está proposto aqui.

O que está proposto aqui é que através do POSEI se concretize, quer uma medida de incentivo à produção, quer medidas de valorização através de incentivos à promoção e à inovação.

Só que a questão que eu coloco, tendo por base as informações que o Sr. Secretário prestou à Câmara, é a seguinte:

Há duas vias de se poder alcançar isso, dentro daqueles pressupostos. E eu gostava de perceber qual é o entendimento dos proponentes em relação a essas duas vias?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já percebeu!

O Orador: Quais são as duas vias dentro do POSEI?

Os pressupostos do Sr. Secretário são: nós podemos reafetar verbas que derivam da redução da produção leiteira para satisfazer essa parte. É algo que pode ser feito, já foi feito noutras circunstâncias, e acho que pode ser feito neste caso. Só que a minha questão tem a ver com aquilo que os proponentes entendem relativamente à intensidade da medida. Porquê?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Isso faz parte do Governo, é critério do Governo!

O Orador: Porque uma coisa é dizer assim: “o montante que eu tenho disponível para esta medida é o montante que eu conseguir libertar do POSEI, tendo em conta a diminuição da produção em São Jorge”.

Isso dá uma determinada intensidade à medida, tendo por referência as centenas de milhares de litros que se estima que este ano vão ter uma redução.

Isso dá uma determinada intensidade à medida.

Intensidade completamente diferente, é dizer “eu quero pegar nas verbas que resultam da diminuição da produção de leite, no âmbito do POSEI, mesmo noutras ilhas da Região, para afetar no todo ou em parte, a esta medida” - são duas questões diferentes.

Portanto, eu gostava era de perceber qual é o entendimento dos proponentes em relação a esta matéria?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Deputado, eles não falam em montante!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ex-Presidente do Governo Regional:

Imagine, que estava sentado - estive aí sentado durante 12 anos – e que fazia a pergunta que está a fazer aos proponentes.

Os proponentes fazem esta proposta.

Isto é um Projeto de Resolução.

Esta é a recomendação que fazemos.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): É uma resolução!

Deputado Berto Messias (*PS*): “É uma resolução”, diz a Sra. Secretária Berta Cabral!

O Orador: A execução técnica desta matéria cabe ao Governo Regional.

Eu já estou a ver o Sr. Presidente do Governo Vasco Cordeiro a responder, até quase que posso antecipar o que V. Exa diria.

V. Exa. diria: “a partir do momento em que esta Assembleia me recomenda a execução deste Projeto de Resolução, peço a V. Exas. que respeitem as minhas competências e as competências do Governo que é quem vai executar esta recomendação com o conjunto de conhecimentos que tem, a informação técnica que têm e tudo aquilo que possui”.

Deputado Berto Messias (PS): Resumindo, ninguém sabe!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas como é que nós vamos saber, se isto é uma resolução?

Não fala num apoio! É um *chapéu!*

Deputado Berto Messias (PS): O senhor precisa é de um capacete, não é dum chapéu!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Capacete vão os senhores precisar quando forem a São Jorge!

O Orador: O senhor teria dito isto! Não teria dito mais do que isto. E é o que o senhor teria dito e que eu lhe digo agora também!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Aí é que está!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Para quem nem sequer gosta de ser segunda escolha, imagine como é que eu me sinto quando V. Exa. quer dizer aquilo que eu acho, aquilo que eu penso e aquilo que eu entendo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tente adivinhar.

O Orador: Está muito Zandinga hoje!

Está muito bruxo de Fafe, hoje! - para parafrasear aquilo que já se ouviu aqui na câmara.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a sua posição é legítima.

A sua posição como proponente desta iniciativa é legítima.

O senhor entende que basta propor isto e o Governo que resolva.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é o *Governo que resolva!*

O Orador: Então o que é?!

O Governo não respondeu, porque não tem tempo, a esta questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh senhor, o Secretário fartou-se de responder.

O Orador: Ó senhores, a intensidade é completamente diferente!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas isso está dependente de inúmeros fatores!

Não há POSEI ilha. Isso é um erro.

O Orador: A ver se eu explico de outra forma.

Quais são as duas questões que estão aqui em causa que o Governo não respondeu, porque não tem tempo?

Há duas possibilidades.

Vamos supor que no âmbito do POSEI, São Jorge liberta 100 ou 200 mil euros. Se a posição for: “nós pegaremos nas verbas que o POSEI libertar da

diminuição de leite em São Jorge para aplicar nesta medida”, nós sabemos que o significado deste apoio são 100 ou 200 mil euros – claro!

Outra hipótese é: “não, nós estamos disponíveis para mobilizar e reafetar recursos que derivam da diminuição da produção de leite no total da Região, para afetar esta medida”. E, neste caso, estaremos a falar de 1, 2 ou 3 milhões. Obviamente que isso é completamente diferente.

Deputada Andreia Costa (PS): Percebe Sr. Deputado?

O Orador: Isso é completamente diferente.

É legítima a resposta que o Sr. Deputado Paulo Estêvão me dá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ahhhh!

O Orador: Mas eu acho que também é legítima a pergunta.

Porque obviamente, se os proponentes não têm posição em relação a isso, bom, isso diz muito da proposta, mas diz muito mais dos proponentes.

Portanto, a pergunta é simples: o que é que os senhores acham que deve ser mobilizado para isso?! - a pergunta é tão simples quanto isso. Para nós também podermos avaliar o que é que os senhores pretendem.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É o que o Governo entender!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não vamos transformar isto num debate de futebol na RTP, na SIC ou na TVI, sobre a *intensidade do lance*. “É falta?

Não, depende da intensidade com que o pé foi colocado no joelho do adversário”.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

V. Exa. está a trazer o debate para esta, digamos assim, *intensidade*.

V. Exa. tem o Projeto de Resolução. Tem que fazer uma opção, já agora, continuando com a metáfora futebolística, quer *marcar o golo* ou não quer *marcar golo*?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Quer aprovar, ou não quer aprovar?

O Orador: Quer *marcar golo*?

Então junte-se à seleção dos Açores, de que V. Exa. faz parte pela sua história e pelo seu percurso.

Quer ou não quer *marcar golo*?

Como é que *marcamos o golo*?

Deputada Andreia Costa (*PS*): *Marcamos sem bola?!*

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor está *fora de jogo!*

O Orador: Nós marcamos o golo, apoiando a sobrevivência do queijo de São Jorge nestas circunstâncias, que é fundamental para os Açores, que é fundamental para São Jorge.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: V. Exa. têm é um problema...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está fora de jogo há horas!

O Orador: Fora do jogo ficou V. Exa.!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu agora estou a jogar na equipa principal.

V. Exa. é que ficou fora de jogo!

Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que percebo, como é que o senhor sai desta situação?!

V. Exa. está desesperado!

Como é que sai desta situação?

Sabe como é que sai desta situação? Votando a favor dos interesses dos Açores. Votando a favor dos interesses da ilha de São Jorge. Votando a favor do queijo de São Jorge.

É isto que V. Exa. tem que fazer!

É tão simples como isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Eu percebo que isto não é bem aquilo que V. Exa. estava à espera deste debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que está a adivinhar agora?

Quem é que é bruxo de Fafe?

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Isto não é adivinhação.

É notório que isto não era aquilo que V. Exa. estava à espera deste debate.

Tanto é notório que V. Exa. não sabe responder à pergunta que lhe fiz.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sei, sei!

Não lhe dou é a resposta que quer!

O Orador: Não sabe.

Encaminha-me para o Governo, portanto não sabe.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, este aspeto é importante, mas não é determinante para o sentido de voto do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então?!

O Orador: Mas é importante para nós percebermos o que é que estamos a aprovar.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Ninguém pode dizer quanto é que é!

A partir da resolução é que vamos avaliar!

O Orador: E o que é que os proponentes têm na sua ideia, daquilo que estamos a aprovar.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Mas isto é uma resolução!

O Orador: Uma coisa é dizer, “nós apresentamos isso para que sejam investidos 100 mil euros de POSEI de apoio ao incentivo à produção e valorização do queijo de São Jorge. Ou então, “nós apresentamos isso para

que, dentro do POSEI, sejam mobilizados recursos de 1 ou 2 milhões”. A diferença é só essa.

V. Exa. não quer responder ou não pode responder, mas o debate sobre a iniciativa é isto!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas ele não sabe! Ninguém sabe!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas isto é uma resolução!

O Orador: Ou aquilo a que nós estamos obrigados agora nesta Casa é apenas a parte de mandarmos laracha para lá, laracha para cá e fica tudo resolvido?! Não é assim!

O que me choca é que a estranheza seja o facto de eu fazer este tipo de pergunta. Não é estranho que eu obtenha aquele tipo de resposta. O que estranham é que eu esteja a querer perceber melhor o que é que os senhores querem com esta iniciativa.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Queremos o apoio para o leite de S. Jorge.

O Orador: E os senhores não são capazes de me explicar e responder o que é que querem com esta iniciativa!

Deputada Andreia Costa (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Um apoio ao leite de São Jorge.

O Sr. Deputado Paulo Estevão não sabe nem pode saber quanto é. Nós é que vamos analisar e saber quanto é que vamos atribuir!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Claro. Isto é uma resolução!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vem aqui agora a debate, na sequência das questões colocadas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, do que é que pretendemos com esta iniciativa?

Pois bem, Sr. Deputado, nós apresentámos um Projeto de Resolução, (recomendação) ao Governo que prevê recomendar a adoção de uma medida de apoio direto aos produtores de leite através do programa POSEI, de forma a incentivar a produção de leite e promover ações de promoção de marketing e de inovação ao queijo produzido pelas cooperativas, por forma a conseguir-se a valorização do queijo de São Jorge e conseqüente repercussão nos rendimentos dos produtores.

Como tal, não é a primeira vez que vem uma resolução a esta Casa.

E o que a gente pretende é exatamente fazer esta recomendação que depois o Governo, sendo aprovada nesta Casa, irá planificar e executar, criando um apoio aos pescadores de São Jorge que produzem um produto diferenciado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Se quiséssemos definir ao pormenor, se calhar tínhamos apresentado um projeto de decreto legislativo regional que não é o caso. E, portanto, não vamos querer saber ao pormenor todas as vezes que vem uma recomendação a esta Casa, não.

Entendemos fazer uma recomendação para que o Governo, efetivamente, caso isto seja aprovado, crie o formato e desenho ou a medida que promova exatamente este incentivo à produção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E é isto que eu acho necessário clarificar, porque está-se a tentar criar um problema onde não há problema nenhum.

É esta a nossa iniciativa. Até pode o Partido Socialista achar que devia estar aqui já definido o valor do apoio.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não disse que é obrigatório.

Eu fiz uma pergunta.

A Oradora: É legítimo que assim seja, mas o nosso entendimento foi este que está aqui.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É curioso para onde nos quer levar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é muito curioso.

Aqui a questão é simples. Eu até acho que o PS tem a legitimidade de votar como bem entender esta resolução, porque acho que os pontos resolutivos são extremamente claros.

O que é que se pede?

A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras acabou de ler o conteúdo resolutivo.

Agora, o PS é que tem de decidir se quer acompanhar e ajudar os produtores São Jorge ou se não quer.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já decidi.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ora bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque se a recomendação passar, compete ao Governo implementar. E aí, sim, o senhor poderá ficar desagradado com a medida que possa advir do que o Governo fizer. Mas, agora, o senhor tem que tomar posição: está ou não está com produtores de leite de São Jorge?!
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Responder às perguntas, nada!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos passar à votação do **Projeto de Resolução n.º 102/XII** – “Medidas de apoio aos Produtores de Leite de São Jorge”.

As Sras. e s os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manterem como estão.

As Srs. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O **Projeto de Resolução n.º 102/XII** foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente, 1 voto contra do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Secretário, agora vai ter que alocar verbas a esta resolução!

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma declaração de voto.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou a favor desta proposta e emite esta declaração de voto, sobretudo, porque nos parece importante que no Diário das Sessões conste a diferença e a explicitação da diferença de sentido de voto entre este Projeto que acabámos de votar favoravelmente e o Projeto anterior em que nos abstivemos.

Este Projeto que acabámos de votar, ao invés do projeto anterior, não tem um mecanismo que aumenta o peso da influência da subsídio na relação comercial que se estabelece entre produção e transformação. Este Projeto que acabámos de votar, o que fala é em incentivos à produção. E, portanto, tem uma diferença fundamental em relação ao Projeto anterior.

Mas, mais significativo, é enquanto este Projeto que foi apresentado agora fala num aspeto que nós consideramos fundamental que é, efetivamente, aquele que deve constituir o cerne da atuação pública nesta matéria, tal como a questão da valorização, da criação de valor, do incentivo à inovação e do incentivo à promoção, no Projeto de Resolução anterior isso é algo que estava completamente ausente.

E, portanto, este é o sentido do nosso voto e são estas as razões pelas quais nós votámos a favor deste Projeto e nos abstivemos no Projeto anterior.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Costa e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Silveira, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente.

É com satisfação que vimos aprovada esta resolução. E também é com satisfação que vimos o sentido de voto, julgo eu, de responsabilidade do Partido Socialista ao associar-se à mesma.

É importante perceber-se que este é o caminho desta recomendação que dará ao Governo a possibilidade de encontrar os instrumentos que entenda como

mais adequados para que realmente se possa ajudar os produtores de leite São Jorge, para que consigamos estancar a quebra constante da produção de leite. E esperamos que esta medida também leve à melhoria da qualidade do próprio produto.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Votei a favor deste Projeto de Resolução, porque da mesma forma que o anterior pretendia trazer mais proveitos à atividade da agropecuária, trazendo aos *players* do setor mais alguma disponibilidade financeira, entendi por bem que esta iniciativa também se enquadra perfeitamente na iniciativa aprovada anteriormente.

Infelizmente, não tenho a mesma sensibilidade que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque a minha (sensibilidade) se calhar é mais rude; a minha sensibilidade relativamente a este assunto indica que para os lavradores de São Jorge, mas também para os de São Miguel, a proveniência de um apoio financeiro não se define pelas letras do proposto, mas sim pela eficácia da medida que é, neste caso, o apoio financeiro à produção do leite.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma declaração de voto.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de aprovar este Projeto de Resolução que visa criar um incentivo à produção de leite, valorizando um produto que é produzido de forma diferenciada, um produto de alta qualidade e que realmente, no nosso entendimento, deve ter esta discriminação positiva.

É necessário continuar a trilhar este caminho de valorização do leite a nível regional, mas também do leite a nível de São Jorge.

A verdade é que os nossos produtores precisam também de um sinal para que se sintam motivados para a produção de leite, para que novos produtores queiram produzir leite e consigamos, assim, manter a sustentabilidade deste setor, quer a nível da produção quer a nível da laboração. E, portanto, é importante, porque isto envolve muitos agregados familiares e muitas pessoas na ilha de São Jorge que dependem da agricultura de uma forma direta ou indireta, sendo este mais um contributo, no sentido da valorização deste nosso produto tão característico.

Tal como afirmei inicialmente, este é um Projeto de Resolução, pelo que, uma vez que já foi aprovado nesta Casa, esperamos agora que o Governo crie as ferramentas necessárias para que seja implementada quer a questão do incentivo à produção e de leite em São Jorge quer também o apoio à promoção do queijo de uma forma diferenciada, porque entendemos que essa diferenciação deve existir.

De resto, já no passado, no plano e orçamento para 2021, apresentámos, e foi aprovada nesta Casa, uma medida de marketing diferenciadora do queijo de São Jorge.

Por isso, é necessário este caminho de diferenciação. Sabemos que é um produto âncora do setor, mas que exista também esta diferenciação de valorização deste produto e acreditamos que este é mais um contributo nesse sentido.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, porque o debate já vai longo, para dizer apenas que *tudo está bem quando acaba bem*. E por isso para nós, todos os proponentes, foi muito importante criar este mecanismo de apoio à produção do queijo de São Jorge que é um produto de excelência, é um produto que merece o apoio de todos os açorianos.

É algo absolutamente essencial que nós temos que preservar e até fortalecer, criando um conjunto de apoios que permitam que o queijo de São Jorge continue a ser aquilo que é, ou seja, um produto de excelência, um símbolo dos Açores.

Por isso, obviamente, o Grupo Parlamentar do PPM sai deste debate bastante satisfeito com a aprovação deste Projeto de Resolução que irá permitir um conjunto de apoios muito significativo aos agricultores da ilha de São Jorge, aos produtores de leite e, assim, fortalecer e preservar o queijo de São Jorge, que é tão essencial à Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar na nossa agenda para o ponto 11: **Projeto de Resolução n.º 106/XII** – “Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise sismo-vulcânica”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde o dia 19 de março que a ilha de São Jorge se vê afetada por uma crise sismo vulcânica. Passou sete meses. Com atividade sísmica registada até hoje, ao longo de uma faixa que vai desde a ponta dos Rosais até à zona do Norte Pequeno referenciada com números e intensidade muito acima do normal.

Até hoje já foram registados 54.440 sismos. Tendo sido admitidos cenários de ocorrência de um sismo de maior magnitude ou a possibilidade de uma erupção vulcânica.

Em consequência dessa situação de alarme social, verificou-se em São Jorge, em especial no Concelho das Velas, uma deslocação da população em que, segundo as entidades públicas responsáveis, foram cerca de 2500 pessoas que saíram do Conselho. Das quais cerca de 1500 por via aérea e marítima e as restantes para o concelho vizinho da Calheta.

Por outro lado, quer pelas ocorrências sísmo vulcânicas, quer pela deslocação dos velenses, esta situação teve repercussões a vários níveis, nomeadamente em termos económicos, afetando dessa forma os sectores base da economia jorgense, desde o cooperativo ao pequeno comércio.

Acresce que, em termos turísticos, esta crise teve impactos imediatos nas reservas, havendo aconselhamento para não realização de deslocações à ilha, mas também a médio prazo com o cancelamento de reservas já efetuadas para o longo do ano.

Considerando, por outro lado, que o tecido empresarial ainda não recuperou que ainda sofre as consequências da crise pandémica da Covid-19, e mais presentemente também da guerra na Ucrânia, encontra-se numa situação acrescida de fragilidade e vulnerabilidade. Considerando que o Presidente do Governo dos Açores, a 28 de março, afirmou que o Governo – e cito – “não ficará indiferente a essa situação”, admitindo também - e cito – “a implementação de um sistema para compensar quebras de rendimento e de faturação”.

Considerando que, contrariamente ao que anunciou, e mesmo apesar de várias intervenções de diferentes entidades representativas tornadas públicas, as medidas de apoio imediato ou a médio prazo às famílias, trabalhadores e empresas jorgenses foram manifestamente insuficientes.

Considerando que a vida das pessoas e a sobrevivência do tecido económico da ilha de São Jorge não pode continuar em suspenso de mais ou menos atenções ou reflexões em futuros Conselhos de Governo e que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem legitimidade e competências políticas para liderar o debate desta matéria.

Considerando que mesmo que a crise sismo vulcânica que assola a ilha de São Jorge terminasse hoje, há impactos que já ocorreram e outros que se estenderão a curto e médio prazo, tornando-se imperativa a criação e implementação de medidas de apoio público direcionado às famílias e ao tecido empresarial da ilha de São Jorge.

Considerando que neste momento a criação de uma linha de crédito dedicada, entre o conjunto de soluções a apresentar, pode não se constituir como uma medida realmente eficaz a que as empresas possam recorrer, face a um contexto de falta de liquidez resultante de 2 anos de retração.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projeto de Resolução:

Recomendar ao Governo Regional dos Açores em defesa do princípio fundamental da solidariedade e da coesão territorial na Região Autónoma dos Açores, a implementação urgente de um programa específico de apoio às famílias, trabalhadores e empresas da ilha de São Jorge, no âmbito da crise sismo vulcânica, que contemple as seguintes medidas:

- a) Medidas de apoio às famílias:
 - (i) Apoio a 100% ao arrendamento promovido por agregados familiares deslocados, na sequência da crise sismo-vulcânica, pelo período de ausência da respetiva habitação permanente;

(ii) Apoio a 100% dos custos fixos, como água e eletricidade, das moradias de habitação permanente que, por motivo de deslocação motivada pela crise sismo-vulcânica, ficaram desabitadas;

(iii) Majoração de mais 50% do valor do Complemento Regional ao Abono de Família, devido no primeiro semestre, **aos beneficiários residentes no Concelho das Velas;**

(iv) Isenção aos utentes, **residentes no Concelho das Velas**, da comparticipação familiar nas creches, jardins de infância e ATL.

(v)

b) Medidas de apoio à atividade económica:

(i) Apoio à manutenção dos postos de trabalho, através da compensação de remunerações na mesma proporção da redução da faturação;

(ii) Apoio aos Trabalhadores Independentes pela perda de rendimentos na mesma proporção da redução da faturação (a maior na comparação entre o início de 2022 e o período homólogo);

(iii) Apoio imediato à liquidez, na mesma proporção da redução da faturação (a maior na comparação entre o início de 2022 e o período homólogo);

(iv) Apoio no valor de 100% dos custos fixos com rendas, eletricidade, água, gás, comunicações;

(v) Negociação com as entidades bancárias de moratórias por um prazo mínimo de 18 meses, de eventuais empréstimos bancários, para investimento ou exploração, promovidos pelas empresas ou sector cooperativo, no âmbito da sua atividade, que tenham sido formalizados até ao dia 19 de março do corrente ano;

(vi) Diferimento, por 18 meses, dos prazos de reembolso dos apoios reembolsáveis no âmbito dos diversos sistemas de incentivos vigentes e a criar.

2- O período de referência para a atribuição dos apoios previstos no número anterior, **tem como data de início o dia 23 de março e fim o dia 9 de junho de 2022.**

3- Os apoios podem ser cumulativos com outros apoios públicos existentes ou a criar, e não são reembolsáveis.

4- As medidas devem estar regulamentadas no prazo de trinta dias após a publicação da presente Resolução.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada, está apresentado o diploma.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Resolução que aqui é apresentada pelo Partido Socialista tem de ser entendida num momento difícil da ilha de São Jorge que, felizmente, não teve as consequências que se temiam no início da crise sismo vulcânica e que, inclusivamente, levou a que o Grupo Parlamentar proponente fizesse

agora uma correção ao seu diploma inicial, circunscrevendo os seus efeitos a 2 meses e pouco, quando antes apontava para um mínimo de 6 meses.

Isto são as boas notícias e, portanto, felizmente a crise sismo vulcânica não teve as consequências, nem atingiu as proporções que a certa altura, foram temidas. Mas mesmo assim, é necessário a Região e a solidariedade regional responderem, nestes casos, e em concreto à ilha de São Jorge como a qualquer outra ilha que passe por dificuldades.

É por isso que, no âmbito da segurança social, o Governo Regional suportou até ao final do mês de junho os custos associados ao alojamento de idosos do Lar Joana Inácio Sousa na pousada da Juventude da Calheta.

Também através da segurança social, foram respondidos os pedidos de apoio para despesas urgentes e inadiáveis neste contexto das IPSS e das Misericórdias de São Jorge, também sendo sensíveis à mobilização de pessoas que tinham mobilidade reduzida, não institucionalizadas, das Velas para a Calheta, facilitando o seu acolhimento temporário na fase mais delicada deste período.

Por outro lado, em conjunto com a Unidade de Saúde de São Jorge, o ISSA e a Proteção Civil, formou-se equipas de intervenção que prestaram o apoio que na altura se tornou necessário aos jorgenses, de maneira a ir acompanhando diariamente todos aqueles que mais necessitavam.

Em termos económicos, é evidente que esta crise também provocou alguns prejuízos. E, nesse aspeto, eu gostaria de dar nota que foram dadas prioridades aos processos de candidatura ao APOIAR.PT de São Jorge. No caso concreto desta ilha, tivemos 182 candidaturas aprovadas, cujo volume financeiro ascendeu a 934.833,28€ dos quais 928.844,36 € já se encontram pagos. Há, neste momento, apenas um processo por concluir, por ainda não

estar absolutamente confirmada a quebra de 25% declarada na candidatura. Mas é algo que está a ser tramitado.

Em relação ao PME-1, 74 pagamentos, correspondendo a um valor global de 145 mil euros, dos quais 70.935€ estão pagos, mas aqui é preciso entender que isto é pago em função dos juros e em função da cadência dos empréstimos. E, portanto, não há atrasos aqui, é o seguimento normal que estes processos têm do PME-1 e também do PM-2 estamos a falar de um apoio de 38.339 €.

Também referir que, felizmente, depois destes apoios e depois duma primeira fase mais difícil, a partir do início de junho, as coisas começaram a melhorar substancialmente. No mês de junho os alojamentos turísticos na ilha de S. Jorge já estavam a laborar no positivo, relativamente a 2019. Mas também é importante dizer que, neste caso, até setembro, que são os dados mais recentes que tivemos, temos passageiros desembarcados por via aérea que representam, face ao ano de referência, nestes casos é o ano de 2019, representam um crescimento de 6,4%. E nos passageiros desembarcados por via marítima, também referente a 2019, temos um aumento de 7% relativamente a 2019. Isto é, a nível turístico, tanto os passageiros desembarcados por via aérea, como por via marítima, temos até setembro, um ano melhor em São Jorge do que o melhor ano que até então tínhamos tido e que era o ano de 2019.

Dar nota também de que o voucher “welcome to S. Jorge”, abrangeu 3733 pessoas no valor de 35 mil euros, o que significa 130.655 euros.

Dir-me-ão que, ainda assim, há pessoas, entidades e empresas que posam ter ficado de fora, nomeadamente um caso concreto que justamente foi apontado e que tem a ver com as empresas que não tinham histórico para poderem ser

apoiadas no âmbito do APOIAR.PT e que, face ao alerta que foi dado ao Governo em função destas empresas, O Sr. Diretor Regional do Empreendedorismo e Competitividade deslocou-se especificamente à ilha de São Jorge para falar com os empresários e com os seus representantes, para detetar precisamente o que é que estava em causa e quem tinha ficado de fora.

Foram detetadas 19 empresas que não tinham este histórico e, portanto, não podiam usufruir do APOIAR.PT e que totalizavam 57 trabalhadores. E, portanto, como percebem, eu estou a ser relativamente minucioso no número de empresas, no número de trabalhadores, nos volumes, porque é importante percebermos, não só o que está em causa, mas também a minúcia que deve ser tida em conta quando falamos destes casos e, inclusivamente, o pormenor a que foi necessário descer para analisar o caso daquelas empresas que não tendo histórico, não poderiam ser objeto de apoio do APOIAR.PT, porque esse é feito em função das quebras de faturação. Não tendo havido faturação de referência, não poderia haver quebras. E, nesse sentido, estas 19 empresas foram identificadas. Neste momento, está em fase final de elaboração uma resolução que irá a Conselho do Governo muito brevemente e que vai apoiar estas empresas nos 2 meses em que estiveram paradas, num salário, isto é, 50% do prejuízo em termos dos custos salariais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com isto pensamos que de alguma forma ficam preenchidos se calhar não todos os casos, mas a grande maioria dos casos que estavam aqui tidos em consideração.

Naturalmente, o Governo está disponível para ouvir e para ir ao terreno aferir mais alguma questão que seja importante, para com a qual não tenhamos tido

a devida atenção no tempo passado, mas que para o futuro possa ser tida em correção. Aconteceu com essas 19 empresas, agradecemos todas as forças políticas e sociais que nos chamaram a atenção, é também por essa via que o Governo dos Açores pode governar melhor para todos os açorianos. E temos que ter humildade para reconhecer quando não temos toda a informação e quando temos que ir ao terreno recolhê-la, para responder positivamente àquilo que está em causa.

Agora, esta é uma matéria clara, mediante esta explicitação, estes números que aqui referi. Outra matéria é a altura em que esta resolução foi apresentada no Parlamento.

Compreendemos que era uma circunstância especial, em que havia um certo desconhecimento do que se ia passar, mas hoje, estamos a falar do resultado depois do jogo.

Costuma-se dizer “prognósticos só no fim do jogo”.

Felizmente, *o jogo* acabou, as dificuldades acabaram.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas a resolução ainda não foi publicada.

O Orador: E as empresas, as entidades, as pessoas tiveram o devido acompanhamento, tiveram a devida resposta.

Deputado Carlos Silva (PS): Está a contradizer-se, Sr. Secretário!

O Orador: E agora que já estamos a falar de forma pretérita, não vamos levantar questões que já estão resolvidas.

Felizmente, tudo não passou dum susto.

Felizmente, São Jorge está com a sua economia pujante.

Felizmente, estamos, hoje, confiantes na economia de São Jorge.

Ninguém sabe amanhã, seja São Jorge, Pico, Faial, qualquer ilha. Todos nós vivemos num arquipélago em que estas contingências atmosféricas e

vulcanológicas nos podem atingir. O que é preciso é sabermos que há órgãos de Governo próprio e autarquias, que estão aqui dispostos e disponíveis para responder, para corrigir e para atuar.

Sendo assim, penso que todos perceberão que as circunstâncias em que esta resolução foi apresentada, e por aquilo que já foi apoiado, torna na visão do Governo, esta resolução naturalmente inconsequente e (naturalmente) isto não vai fazer com que o Governo feche os olhos a alguma circunstância que possa ser colocada e que deva ser resolvida. Para isso, estamos cá todos disponíveis. Porém, não podemos é fazer daquilo que foi um momento, uma situação constante. E se a economia de São Jorge, por exemplo, no âmbito do turismo, até está melhor do que o melhor ano de sempre que foi 2019, temos que ser justos e regozijar-nos por tal, arranjar as soluções para quem precisa e todos esperar que em São Jorge e noutras ilhas, estas situações aconteçam o menor de vezes possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta resolução trazida hoje e aqui pelo Partido Socialista, em dia de votação com a sua alteração integral, não repetindo o que Sr. Secretário disse - fez

um enquadramento do posicionamento do Governo dos Açores em relação a estas matérias da crise sismo vulcânica - mas permitam-me que faça o devido enquadramento da situação.

É preciso lembrar que, revivendo um pouco a situação nada agradável - e os três Deputados de São Jorge que estão aqui viveram na 1ª pessoa, porque integraram desde sempre todas as iniciativas feitas e também tivemos noites bem mal dormidas a acompanhar toda a situação, porque não sabíamos para onde poderia ir, felizmente nesta altura está bem mais tranquila, mas o certo é que tivemos a oportunidade, desde a primeira hora, de acompanhar de perto o evoluir da situação. Participámos nas diversas reuniões com a Câmara de Comércio, com o Núcleo Empresarial, com as Câmaras Municipais, com os Conselhos de Ilha, Bombeiros e Proteção Civil. E, desde a 1ª hora o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores comprometeu-se a estar presente, a avaliar a situação e muitas foram as vezes que foi a São Jorge, sempre na perspetiva de se inteirar, dizendo sempre que estaria, como foi bem dito, a avaliar e a acompanhar a situação.

A primeira forma de se apoiar, aquela que era a mais célere, como bem disse aqui o Sr. Secretário, foi através da majoração do APOIAR.PT com os números que o Sr. Secretário apresentou.

O Partido Socialista, na sua legitimidade, apresentou esta resolução que tem uma diferença substancial à que estivemos a vemos anteriormente. Sr. Deputado Carlos Silva oiça e depois compreenderá, senão eu falo mais devagarinho para perceber, se for preciso.

A verdadeira questão é que esta resolução, em sede de Comissão, ao contrário da anterior que teve das entidades ouvidas um total apoio, nesta houve várias entidades....

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que não está com São Jorge, Sr. Deputado!

O Orador: ...que não acompanharam o teor inicial da resolução, nomeadamente a Câmara de Comércio ou Município das Velas, no que concerne o apoio às famílias. Não era esse o entendimento e como o Sr. Secretário bem disse, não tenho conhecimento de que tenha sido comprovado grandes perdas de rendimento, bem pelo contrário, porque as próprias competências da Região e dos funcionários públicos, todas as retribuições dos funcionários foram pagas, ninguém perdeu um cêntimo que fosse do seu vencimento durante aqueles dias difíceis, em que algumas pessoas entenderam o que era melhor para elas, ficar ou sair, receberam o seu ordenado na íntegra, não tiveram qualquer prejuízo.

Em relação às empresas, de facto, cedo se percebeu que era necessário acudir. E uma das medidas também apresentada com números aqui, pelo Sr. Secretário, foi o voucher “welcome to São Jorge”, com os dados que muito bem aqui referiu e com os resultados que foram aqui apresentados. Mas, desde aquela altura, para pelo menos minha felicidade como jorgense, algumas entidades manifestaram a sua disponibilidade para também contribuir na retoma económica através da concretização de medidas concretas. Aconteceu como Município das Velas que implementou medidas de promoção do Concelho e também o Núcleo Empresarial da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo que anunciou já nessa altura, em termos de audição, em finais de julho, a intenção de criar a campanha “Escapadinha Açores explore São Jorge”.

Relativamente ao posicionamento do Governo, o Sr. Secretário já elencou o que foi feito, mas também há algumas coisas que o Secretário não referiu, e

que acho bom acrescentar é que, nomeadamente com a Câmara Municipal de Lisboa, associou-se à 25ª edição dos Casamentos de Santo António, que levou para lá 16 recém-casados, constituindo também uma oportunidade para potenciar e dar notoriedade ao destino Açores e, em particular, à ilha de São Jorge.

Ainda no início deste mês de outubro, decorreu o Azores Trail Fest, um evento criado pelo Governo dos Açores, com destaque para os trilhos pedestres de São Jorge, com vista a consolidar o turismo de natureza. Embora este Azores Rail possa chegar a outras ilhas, o certo é que foi iniciado na ilha de São Jorge, na sua 1ª edição.

Outro fator muito importante que o Sr. Secretário aqui referiu, tem a ver com o aumento das acessibilidades à ilha de São Jorge, quer marítimas quer aéreas, como nunca havíamos visto no passado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É certo que é preciso criar ferramentas para que a economia se desenvolva e não ser sempre o Governo a chegar-se à frente. O certo é que essas acessibilidades à ilha e com o reforço de ligações – 14 ligações a S. Miguel e 14 à Terceira - tivemos a criação da Linha Laranja que também nos permitiu otimizar.

Neste espaço temporal muita coisa aconteceu e a prova da retoma económica, ainda citando o SREA, neste último mês de setembro o aeroporto de São Jorge bateu o recorde de sempre em termos de movimento de passageiros. Mais de 10 mil pessoas (10.050) passaram pelo aeroporto de São Jorge, traduzido num aumento de 13% em relação a 2019. Mas no sentido de que é preciso dar valor e enaltecer a iniciativa dos nossos empresários, que também aqui são muito falados nesta resolução, é que o

tecido empresarial jorgense, nomeadamente o Núcleo Empresarial com as tais *escapadinhas* de que eu falei há pouco, criou realmente uma expectativa que superou, ou seja, as *escapadinhas* eram para ser vendidas num mês e em apenas 15 dias, esgotaram, o que prova o interesse pelo destino de São Jorge. Vamos ter cerca de 616 passageiros que representam mais 2 mil dormidas em época baixa.

É preciso valorizar e salientar que nesta iniciativa se alocou a inclusão do alojamento local que, segundo os mesmos, estão com ocupações idênticas ao mês de junho.

Tudo isto mostra realmente que a economia de São Jorge está pujante e demonstra saúde. Esperemos que continue a haver iniciativas, para que se prolongue o máximo possível a afluência de pessoas à ilha de São Jorge. Esta crise tem sido ultrapassada, como já disse, fruto da resiliência do seu povo, das boas e rápidas respostas usadas pelas autoridades regionais e locais e pelo tecido empresarial e pela sociedade civil. Parece-nos, assim, que São Jorge está no bom caminho e a não ser que me provem o contrário - ainda não consegui que o fizessem - ainda não percebi onde é que as famílias tanto perderam.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigado Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir esta substituição integral da iniciativa do Partido Socialista quanto a medidas de apoio às famílias e à atividade económica. A resenha de toda a situação já foi anteriormente descrita quer pelo Sr. Secretário quer pelo Sr. Deputado Paulo Silveira. A verdade é que se viveram tempos difíceis.

A iniciativa inicial tinha surgido, na altura do início de toda esta crise sísmica, em que ainda não se sabia bem que consequências iriam advir daquela situação e, entretanto, o PS apresenta aqui uma substituição integral. No entanto, há aqui questões nesta proposta de substituição que nos permitem uma análise poderá tornar-se numa situação injusta, neste caso em concreto, no apoio às famílias.

No caso em concreto, a verdade é que nos primeiros dias da crise em que as pessoas não sabiam bem o que é que iria acontecer, levou várias pessoas a abandonarem a ilha, o conselho, muitas vezes até numa situação de pânico em relação ao que é que poderia acontecer. Mas muitas outras ficaram. Ficaram, porque consideravam que estavam mais seguras nas suas casas. Ficaram, porque o seu trabalho assim o exigia, como é o caso dos profissionais de saúde, aqueles que estavam na Casa de Repouso e outras pessoas várias circunstâncias que, por uma questão profissional, tiveram que ficar.

A verdade é que estar a apoiar aqueles que se deslocaram porque assim o entenderam, podemos até ter alguém numa situação que até queria por sua

iniciativa sair, mas não conseguiu arranjar um atestado médico para justificar a sua falta ao trabalho. E a verdade é que nestas circunstâncias, parece-nos que estar a apoiar aqueles que saíram, sendo assim, teríamos também que apoiar aqueles que ficaram.

Depois também dizer que no caso, por exemplo, do apoio aos custos fixos, em que tantas famílias que no concelho da Calheta receberam famílias do concelho das Velas. A verdade é que também nesses casos, esses custos fixos de eletricidade e de água poderão ter sido maiores, porque existiam mais pessoas nessa casa.

Essas pessoas também não deviam ser apoiadas? As que receberam as famílias no concelho da Calheta, ou ilha Terceira? Ou até na ilha de São Miguel ou no continente?

Como tal, parece-nos que nesta questão do apoio às famílias, poderá gerar situações discriminatórias. E conforme o que já foi dito aqui, a verdade é que as famílias mantiveram o seu rendimento. A verdade é que o Governo Regional garantiu que, por exemplo, no caso dos estagiários, estes continuassem a receber o seu rendimento na totalidade e por isso, consideramos que estes apoios aqui descritos, poderão gerar uma situação em que as próprias pessoas se sintam também discriminadas.

Em relação à questão dos apoios às empresas, na altura – no nosso entender foi a acertada – a opção foi a de utilizar uma ferramenta que já existia, o APOIAR.PT, para tentar agilizar todo o processo de apoio aos empresários que estavam a perder o rendimento e, como tal, parece-nos que foi acertado. Se nos disserem não houve empresários que foram reclamar porque já queriam ter recebido? Já. Não vou estar a mentir, é verdade que sim. Mas considero que tendo sido por esta via, conseguiu se agilizar. E se tivesse sido

pela criação de um novo mecanismo todo este processo ia ser mais moroso. E também não era isso que pretendíamos para dar uma resposta imediata aos empresários.

Quanto à questão dos empresários que têm comparativo de rendimento, e que realmente também era uma preocupação nossa, já tínhamos transmitido isso várias vezes, fico satisfeita porque já está a ser desenhado e em vias de ser concretizado este apoio efetivo a esses empresários, pois realmente tínhamos estes 19 empresários que não tinham sido apoiados. E, hoje, durante o mês de outubro, estando aqui a falar, claro que é diferente de termos estado a falar noutra altura, mas também nos parece que faz toda a diferença percebermos o impacto que tudo isto teve.

A verdade é que tivemos um verão que foi bom, os próprios empresários assim o assumem. Tivemos mais acessibilidades à ilha, mais frequência de passageiros, quer por via marítima quer por via do transporte aéreo. Tivemos mais pessoas a visitar a nossa ilha, a consumir os nossos produtos. Claro que foi um verão bom. Temos empresários que dizem que foi igual a 2019. Temos empresários que dizem que ultrapassou 2019. E isso parece-nos que é um fator muito positivo e ainda bem que assim o foi.

A preocupação que eu tenho, e já não é a primeira vez que o transmito, tem a ver com os empresários que durante aquele período do início da crise sísmica vulcânica, não é aquilo que perderam porque isso vai ser compensado por via do APOIAR.PT, mas sim preocupa-me aquilo que eles não ganharam.

São, por exemplo, empresários que tinham mais reservas nesse período, como é o caso do mês de abril que não tinham no passado e que se calhar as perderam e quando vão fazer o comparativo de quebra de rendimento, esse

valor não é lá refletido. E realmente é o que não ganharam nesse período que vai desde o início da crise sísmica até ao período de verão devido à crise sismo vulcânica. E essa, sem dúvida é uma preocupação do Grupo Parlamentar do CDS e que já foi várias vezes transmitida. Mas também entendo que o Governo está a fazer o seu trabalho nesse sentido, e está a fazer o trabalho nesse sentido, porque havia, e entendo que também deve ser apoiada para diminuir ou para mitigar este impacto daquilo que os empresários não ganharam por via da crise sísmica durante esse período, é, sem dúvida, tentarmos prolongar o período de época alta, tentar combater a sazonalidade, tentar ter outra dinâmica económica na nossa ilha durante os meses de inverno que são sempre os mais críticos e que já eram em 2020 e em 2019, e criar aqui uma dinâmica em que os empresários possam realmente compensar aquilo que não ganharam.

Entendo que o Governo está a fazer esse trabalho, está a fazer com este evento do Azores Trail Fest. E o apelo que faço é que realmente continuem e que criem mais eventos que levem mais pessoas a São Jorge, que promovam a ilha de São Jorge para que mais pessoas vão à ilha durante este período de baixa, em que os empresários, por norma, veem a sua faturação reduzida, para que se compense esse período daquilo que eles não ganharam. É preciso esse acompanhamento. E isto só é possível com um acompanhamento no *in loco*, falando com os empresários, percebendo onde é que podemos agir, para realmente compensá-los daquilo que eles não que eles não ganharam.

A verdade é que sobre toda esta situação têm todos, nas suas diversas vertentes, tentado colaborar para mitigar este impacto.

É o Governo Regional por via destes eventos que tem gerado, para além dos apoios que tem dado às empresas, mas são também os representantes dos empresários, como foi o caso do Núcleo Empresarial com as *escapadinhas* para São Jorge, que correu melhor do que seria expectável. Temos empresários que nos dizem que já este mês de outubro foi melhor do que os meses homólogos de anos anteriores, nomeadamente 2019 e que até novembro as coisas estão, digamos, mais ou menos encaminhadas, até por via destas *escapadinhas*.

É claro que temos um período de inverno muito longo e é nesse período que apelo ao Governo Regional que tenha esta atenção com São Jorge para que os empresários possam ser compensados daquilo que não ganharam durante esse período inicial antes do Verão.

Também o Município de Velas tem feito esse trabalho, um trabalho de promoção do Conselho pela rede de *mupis* e também pela rede multibanco, promovendo o Conselho para que mais pessoas fossem visitá-lo.

A verdade é que tivemos esta circunstância da crise sísmo vulcânica, resultado também da nossa natureza. Embora a crise ainda não tenha terminado – continuamos com uma sismicidade acima daquilo que é normal - esperamos que as coisas se mantenham, pelo menos assim, para que tenhamos uma normalidade na nossa ilha, para que tenhamos um sector económico pujante, que consigamos continuar este percurso, que foi positivo durante os meses de verão. E claro que não posso deixar também de dar uma palavra aos empresários jorgenses, que têm sido sempre resistentes, resilientes, positivos, para tentarmos ultrapassar esta situação e que consigam manter cada vez mais a sustentabilidade das suas empresas.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero começar por endereçar os nossos cumprimentos e toda a solidariedade para as pessoas que residem em São Jorge.

Relativamente a toda a questão que está aqui a ser debatida e por aquilo que já se disse, já se percebeu que provavelmente esta iniciativa será *chumbada*. Foi também dito que aqui, não sei se estarei a dizer com as palavras corretas, mas que não tinha havido uma ordem de evacuação. E é verdade, não houve uma ordem de evacuação. No entanto, não nos podemos esquecer que, primeiro, era uma situação de ansiedade e uma situação de perigosidade, sendo que existem vários fatores que podem determinar ou não o comportamento das pessoas.

E também não nos podemos esquecer que o Presidente do Governo Regional que acompanhou a situação a *in loco* em São Jorge, e que hoje infelizmente não está aqui para poder falar, não nos podemos esquecer que ele proferiu algumas palavras e que estas palavras podem não ser uma ordem direta de evacuação, mas podem direcionar as pessoas para a situação de que se têm oportunidade de sair, pois que saiam.

Pensei que já não seria necessário no mês de outubro repetir as mesmas palavras que o Sr. Presidente do Governo Regional disse. O que ele disse foi, e passo a citar: “Nós vemos com bons olhos este movimento. Não travamos ninguém desta oportunidade de se ausentar para já da ilha”.

Ora bem, não é uma ordem direta, mas não deixa de ser “podem ir vão. Nós até vamos aumentar o número de voos. Nós até vamos arranjar mais viagens de barco”.

O Sr. Presidente do Governo Regional já devia saber que os médicos não iam passar baixas para justificar as faltas, que as pessoas precisavam de trabalhar, portanto, não sei qual é a dúvida que existe aqui que estas palavras foram determinantes na ausência das pessoas.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, está incomodado? A semana correu-lhe mal?! Parece que sim.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): O pior é amanhã com o Casa Pia. O resto eu não me importo. Amanhã é que é difícil.

A Oradora: Retomando o assunto, a célebre frase do Sr. Presidente do Governo Regional que também foi dita em São Jorge: “antes excessivo na prudência, do que negligente na ação”. E disse ainda: “também esta ansiedade é natural e a saída prudencial”.

Ó Sras. e Srs. Deputados não venham tapar os olhos com a peneira! Estas palavras que foram ditas pelo Sr. Presidente do Governo Regional era um consentimento dado.

Isto eram palavras exatamente para dizer, “a situação é má, quem quiser que saia da ilha”. E o Sr. Presidente do Governo Regional já devia saber que os médicos não estavam a passar o atestado para justificar as faltas à beira do barco ou no aeroporto.

E também não me venham dizer que embora as pessoas não tenham perdido rendimentos, não tiveram despesas extra quando saíram de São Jorge. É porque nem todas as pessoas foram para o Dubai, tal como o Sr. Presidente da Câmara das Velas tentou dissimular o assunto ao afirmar que tinha havido uma família que tinha ido para o Dubai e se essa família necessitava de apoio.

Sras. e Srs. Deputados, eu acho que só essa comparação diz muito do que aqui se passa!

Sras. e Srs. Deputados, a mim faz-me muita impressão que haja partidos que querem que se dê um apoio de 1500 euros a famílias em que o único critério seja a localidade e que podem ganhar 2 ou 3 mil euros...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Tem alguma coisa contra isso?

A Oradora: ... mas que não queiram apoiar com 50% de majoração o complemento do abono a quem viveu aquela situação e teve que sair da ilha. Isto é que é e estranhar!

Como é que é possível que haja pessoas que estejam a apoiar 1500 euros para um casal que pode eventualmente ganhar 3 mil euros?

Mas pessoas que abandonaram São Jorge, porque estavam ansiosas e temiam pela sua saúde e pela saúde da sua família....

Deputado Manuel Ramos (PS): Pessoas idosas!

A Oradora: ...porque aconteceu e algumas dessas pessoas eventualmente pagaram casas que alugaram na Terceira - e eu sei de lugares e sei de pessoas que pagaram – não consigo perceber como é que o Governo Regional vira as costas a estas pessoas?!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebo o que a Sra. Deputada Alexandra Mendes estava a dizer. Mas tenho de lhe tentar explicar o que não é explicável.

O que se passou, e felizmente estamos já numa fase em que podemos falar do passado em São Jorge - e estão aqui pelo menos três pessoas que viveram isso todos os dias, pois só vivendo, não se pode explicar nem se explica – mas se houve tempos difíceis, nós os três que aqui estamos passámos por eles. E eu percebo, e quando digo e reitero o que já tinha dito aquando da Comissão em relação a esta iniciativa, eu fui das pessoas que disse que achei muito bem que, havendo procura como houve, o Governo Regional tivesse aumentado o número de voos e o número de deslocações aéreas e marítimas. Como a Sra. Deputada disse e muito bem, as pessoas estavam ansiosas e agiram segundo a consciência de cada um. Mal estaria eu com a minha consciência, se alguma coisa (de mal) tivesse acontecido e as pessoas tivessem ficado retidas em São Jorge, sem poder sair, sem poderem ter as suas opções.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Disso orgulho-me, como jorgense, de ter colaborado para essa iniciativa, porque acho que as pessoas são livres de tomar as suas decisões. Acho que as pessoas, também repetindo o que a senhora disse, ansiosas ou não, umas entenderam ficar, outras entenderam sair. Mas essas que saíram e que pertencem à função pública, no meio daquilo, receberam a sua remuneração pela totalidade, portanto, não foram lesadas.

Deputado Carlos Silva (PS): Só há funcionários públicos em S. Jorge?

O Orador: Agora, há pessoas, como disse e muito bem a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, há bocadinho, que abriram as portas das suas casas sem cobrar um cêntimo a quem quer que fosse.

Qual é o critério de justiça que se cria para quem o fez? Porque as pessoas foram por sua livre iniciativa. E, atenção: a única coisa que o Sr. Presidente do Governo fez, foi dar liberdade de consciência às pessoas, porque perante a situação que se vivia, ninguém sabia para onde é que poderia caminhar e, em consciência, acho que ele fez muito bem (em consciência) em dizer às pessoas que elas eram livres de tomar a decisão que bem entendessem.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não foi só isso.

O Orador: A única evacuação que houve foi num fim de semana numa fajã, recomendada pelo IPMA devido às condições climatéricas, em que foi o único sentido de evacuação que foi dado à população.

Que houve algum alarmismo e que nem tudo foi perfeito? Não, não foi com certeza. Mas uma situação destas, Sra. Deputada, espero que não voltemos a passar tão cedo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir novamente, mas uma vez que a Deputada Alexandra Manes falou aqui -e insiste - nesta questão daquilo que o Sr. Presidente do Governo disse...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não foi nada disso!

A Oradora: ... eu queria colocar-lhe uma questão.

Então temos uma procura nunca vista nas listas de espera da SATA.

Temos procura de bilhetes de barco como nunca se viu em que os barcos saíam cheios. E o que o Governo deveria ter dito era “são estas as viagens que existem, são os barcos que existem e mais nada. Estão cheios, temos pena e agora vão ter que ficar aqui!”. É isso que eu consigo compreender!

Se a senhora me dissesse que não concorda com a maneira como o Sr. Presidente disse, ou que não concorda com a forma como o Sr. Presidente expôs a situação, eu ainda compreendia.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não foi isso que se disse.

A Oradora: Mas o que me parece é que a senhora é contra esta medida que foi tomada de reforçar o número de lugares disponíveis por via de mais ligações aéreas e marítimas, porque isso era o que tinha de acontecer.

Era o Governo Regional que deveria condicionar a liberdade das pessoas?!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que os senhores não diriam!

A Oradora: Não! Até porque, na verdade, no caso das ligações aéreas, quando há determinada lista de espera, abre um voo e, portanto, por maioria de razão, teria de existir.

Não podia o Governo Regional fingir que nada estava a acontecer. Isso aí é que era de criticar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. (dois) Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, não foi nada disso que foi dito.

Eu tenho que defender a Sra. Deputada Alexandra Manes, porque ela usou apenas o argumento relativamente, e ainda bem... primeiro eu quero dizer uma coisa: o Governo esteve muito bem relativamente à crise de São Jorge – esteve muito bem!

Não entendo como é que a Coligação do próprio Presidente do Governo está a tentar justificar que, pelos vistos, o Sr. Presidente do Governo não estava na sua retórica, por um lado, a dizer que se calhar por prudência era melhor sair de São Jorge, e ainda bem, e defendendo que tenha sido assim.

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Cabeceiras)

O Orador: Até porque recordo-me muito bem que o Sr. Presidente

da República veio dizer “não é preciso alarmismos”. Ou seja, estava a tentar meter um travão ao que disse o Sr. Presidente do Governo quando estava a tentar defender os jorgenses para, num ato de sobrevivência da sua própria individualidade e da sua família, tentar defender a vida das pessoas. Aliás, não houve mesmo. Não só os Deputados eleitos pelo círculo de São Jorge, mas todos os Deputados, tentámos tudo para ajudar aquela ilha dos Açores. Somos todos deputados regionais e tentámos fazer o que pudemos. Não vivi a realidade - sem dúvida! - como V. Exas....

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Mas isso não pode ser equiparado a uma ordem de evacuação.

O Orador: ...não sei, mas o Sr. Presidente do Governo e todos os comentários o diziam, e eu estive muito atento 24 sobre 24 horas àquilo que se estava a passar, esteve muito bem, mas demonstrou que era melhor sair. Isto por outras palavras, foi a realidade e, obviamente, as pessoas saíram. Isto é o que a Sra. Deputada Alexandra Manes tentou dizer. Não era para não se arranjar barcos ou aviões. É simplesmente para justificar que, acompanhando a retórica do Sr. Presidente, tínhamos também que ter, neste caso, transportes para a evacuação das pessoas. E eu até não gostei do que o Sr. Presidente da República veio tentar fazer, isto é, tentar pôr um travão e dizer: “Não, vamos confiar nos especialistas. Tenham calma, não sai mais ninguém”. Eu até nem gostei muito dessas palavras. No entanto, há uma coisa: esta iniciativa estava extemporânea. Esta iniciativa teve um processo de proposta de alteração. Daí defender e apoiar de *uma forma transversal*, os jorgenses num todo, independentemente da sua profissão ou do seu poder de compra.

Esta se calhar é a diferença da iniciativa de dá bocado, ou seja, como não há um queijo, vamos votar contra. Não. Agora, talvez haja uma transversalidade maior do que a anterior, em termos de ajuda e daquilo que se passou. E ainda bem que não correu pior. Mas não podemos estar à espera de que, perante algo que corresse mal, as pessoas tentassem uma evacuação e depois aí é que podia haver uma catástrofe bastante real.

Por isso, obviamente o PAN vai votar favoravelmente para estar **realmente** a apoiar os jorgenses num todo.

Obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Continuamos no mesmo debate e eu continuo sem respostas, mas pronto.

Realmente, Sra. Deputada Catarina, tem razão numa coisa:

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Não pode comparar com uma ordem de evacuação.

A Oradora: eu até posso não ter concordado com o discurso do Sr. Presidente do Governo Regional ou com a mensagem que ele queria passar, no entanto o que estava ali subentendido era “podem ir embora”. Foi quase como um pedido para que as pessoas se fossem embora. Lamento, mas foi isso, foi quase como um pedido. E foi isso que algumas das pessoas que me contactaram para ver se eu conseguia arranjar casa na Terceira, diziam: “Mas não houve uma ordem para a gente se ir embora?”. Foi isso que as pessoas perceberam! O problema está é aí!

Foi isso que as pessoas perceberam e eu, ao contrário do Sr. Deputado Pedro Neves, até achei de bom tom ter vindo o Presidente da República, porque foi a única maneira de meter ordem naquilo.

Depois de tudo o que estava criado, se não fosse ele a tentar acalmar as pessoas, não sei como é que aquilo teria corrido - tenho que ser sincera.

Mas há aqui duas coisas que não me responderam.

Houve duas intervenções, uma do Sr. Deputado Paulo Silveira, e outra da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, mas continuam sem me responder a duas coisas muito importantes, que é: as pessoas que saíram de São Jorge, embora tenham mantido os seus rendimentos, quando se ausentaram e tiveram que pagar um bilhete de avião ou de barco (que não eram para pagar), ou tiveram que pagar o aluguer de uma outra residência, ou tiveram que fazer compras que não eram para ser feitas naquela altura fora da ilha, tiveram ou não tiveram gastos extra?

A segunda coisa, continuei sem ouvir da vossa parte, qual é a vossa perceção sobre o facto de quererem atribuir um subsídio de 1500 euros, independentemente de o casal ganhar 2 ou 3 mil euros, mas estejam a negar uma majoração num complemento de abono que pode ser de 10 euros.

Oh Sras. e Srs. Deputados, não me venham dizer a mim que uma pessoa que ganha 3 mil euros, vamos supor nas Velas e que vai beneficiar disso, é que há uma de uma outra pessoa, por exemplo, na Calheta que ganha menos, tem menos possibilidades e vai eventualmente não ter uma majoração no mesmo concelho de 10 euros.

Isto a mim custa-me um bocado porque é assim, eu também espero sinceramente que não haja mais situações dessas, porque com esta solidariedade que se está a ver aqui, não sei como será no futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos fazer um pequeno intervalo. Regressamos às 18 horas.

Eram 17h45.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Eram 18h05.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O apoio do APOIAR.PT foi realmente a medida que tinham mais fácil para resolver no imediato a situação dos empresários de São Jorge, no entanto, o APOIAR.PT foi só até abril.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não nos podemos esquecer que maio e uma grande parte do mês de junho os empresários tiveram grandes dificuldades para manter os postos de trabalho e as suas atividades abertas.

Os números são aqueles que queremos dizer, são aqueles que queremos apresentar. No entanto, esqueceram-se de dizer que as dormidas na Região apresentaram valores idênticos a 2019, enquanto São Jorge decresceu 14.6%, o que demonstra que tiveram prejuízos e que a situação não foi assim tão fácil como nos querem fazer parecer.

No entanto, os jorgenses aguardam as promessas que o Sr. Presidente do Governo fez de resolver as situações relativamente a estes meses.

As escapadinhas, e tudo o que está a ser feito em São Jorge, pois São Jorge também tem direito a tal, porque já eram feitas para outras ilhas em que são feitos congressos, seminários, portanto, São Jorge também é uma das 9 ilhas dos Açores e, por isso, também merece ter todo esse envolvimento na sua atividade do seu dia a dia.

Sr. Deputado Paulo Silveira:

Eu, como confreira, realmente tenho muito orgulho em sê-lo, defendo o leite de São Jorge. O senhor como jorgense também devia defender os jorgenses e os empresários.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Nós estamos aqui para defender os jorgenses, para defender os açorianos. Temos que os apoiar nos momentos mais difíceis. E estes momentos em São Jorge foram extremamente difíceis. Nós não nos podemos esquecer de tal facto.

A crise sísmica não acabou. Se formos comparar com a crise de 64, foi de 63 a 64.

Esperemos que não aconteça nada mais do que aconteceu até aqui.

Deputado Vasco Cordeiro e Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Fica na vossa consciência, fica no vosso critério. Mas os jorgenses estão na sua terra e vão continuar a estar na sua terra. Saíram, porque foram impelidos a isso...

Deputada Ana Luis (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque nós ficámos, alguns saíram para outro concelho. Os que saíram para o outro concelho vieram para as Velas trabalhar todos os dias e tiveram que suportar essas despesas, mas vieram para os seus trabalhos, porque não é só chegar ao pé dum médico e pedir um atestado, porque isso não devemos fazer nem devemos motivar para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há margem inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça o favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Teixeira, *uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.*

E eu já lhe expliquei no início em relação à questão.

Como disse e muito bem, oxalá que não se repita tão cedo, efetivamente, não acabou, pode a qualquer momento a situação piorar, mas de momento, poder-se-á dizer que a situação está estável e a nossa economia, os números bem o dizem, está em recuperação.

Deputado Carlos Silva (PS): E as pessoas?

O Orador: As pessoas, Sr. Deputado Carlos Silva, tiveram oportunidade – volto a repetir - de agir em consciência, como entenderam...

Deputado Carlos Silva (PS): Insensibilidade.

O Orador: Não é insensibilidade nenhuma, de forma alguma. E, felizmente, o período crítico, o período crítico da crise sísmica, se tivesse se prolongado durante vários meses, como até esta altura, algumas dessas medidas que aí estão, eventualmente, na nossa opinião, fariam sentido. Mas, felizmente para todos nós, esta questão foi bem mais residual do que poderia ter sido efetivamente. Portanto, continuo a dizer, não encontrei, nem me conseguiram provar, as perdas de rendimento das famílias. A própria Câmara de Comércio diz que as empresas, em termos das famílias, não se reveem nisso. A Câmara das Velas também deu o seu testemunho em relação à situação das famílias. Julgo que o que se poderá dizer até esta altura, é que este Governo tem estado disponível para São Jorge e continuará a estar sempre que necessário, mas de forma alguma, nunca criando injustiças como esta situação que, se for aprovada, poderá criar.

Repito, houve gente que agiu de muitas formas e estamos aqui a discriminar jorgenses contra jorgenses, mas para isso não contem connosco.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Não é nada disso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

O Sr. Deputado António Lima teve que se ausentar, por isso deixo à câmara se querem fazer algum reequilíbrio nas bancadas.

Vamos, então, votar o Projeto de Resolução n.º. 106/XII - “Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise, gerou sismo vulcânica”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam um favor se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º. 106/XII foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 24 votos a favor do PS, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda.

Sra. Deputada Isabel Teixeira para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O que se verificou hoje aqui, e aquilo que se nota, é que preferem prejudicar os jorgenses, do que aprovar uma proposta do PS.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Ainda assim, o PS continua empenhado e motivado em levar São Jorge e os Açores para a frente. E aqui estamos com toda a legitimidade que nos foi dada pelos açorianos, seguindo um caminho de não deixar ninguém para trás, apoiar as famílias e as famílias e as empresas, no momento em que estas mais precisam.

Com medidas concretas e exequíveis, o PS quer levar São Jorge e os Açores para a frente num rumo de sustentabilidade e coesão territorial.

Os jorgenses e os açorianos sabem que podem contar sempre com o Partido Socialista.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não pôde acompanhar esta iniciativa, porque efetivamente ela, nosso entender, neste momento, não faz sentido - falando *à posteriori*, naturalmente, ao que realmente se tem passado e se passou em São Jorge, porque temos realmente uma economia já reativada, espero que pujante até ao fim do ano, e contributo de todos, consigamos continuar a contribuir para a economia de São Jorge.

Não podemos acompanhar, principalmente no sentido desta iniciativa no que no que concerne às famílias, pelo pequeno hiato de tempo em que essa situação se passou. E, como disse há pouco, para nós era criar injustiças entre jorgenses e isso nós não queremos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS não acompanhou esta iniciativa, não por ser o Partido Socialista o proponente.

A verdade é que se no nosso entendimento estas medidas, nomeadamente no que concerne o apoio às famílias, fossem justas e não fossem gerar uma situação de desigualdade entre jorgenses, nós teríamos acompanhado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esta era, para nós, tal como disse na minha intervenção anterior, o principal motivo pelo qual não poderíamos aprovar e não nos revíamos nesta iniciativa, mas não por ser uma iniciativa do Partido Socialista, até porque já mesmo nesta Legislatura, por diversas vezes, votámos a favor de iniciativas do PS.

Dizer também que o que está aqui refletido, realmente traz a esta Casa e trouxe a debate político a questão da crise sismo vulcânica, o Governo tem feito o seu caminho, os municípios têm feito o seu caminho, os representantes dos empresários e os próprios têm feito o seu caminho. Consideramos que é assim que deve ser e continuamos a achar e a deixar o apelo ao Governo Regional que se continue a fazer eventos; é verdade estes já aconteciam, mas de uma forma mais intensiva, é esse que tem sido o nosso apelo, para que os empresários sejam compensados daquilo que não ganharam durante esse período inicial que essa sim, é a quebra que realmente resultou de toda esta situação. Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Penso que não há mais declarações de voto.

Vamos avançar para o ponto 12 da nossa agenda, o **Projeto de Resolução n.º 114/XII** – “Recomenda ao Governo Regional intervenção junto dos CTT contra encerramento de lojas CTT nos Açores”.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do CHEGA.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa já cá veio, numa altura em que havia o risco de se encerrar dois postos dos CTT. A verdade é que houve, por parte destes, um recuo, mas também verdade que havemos sempre de correr esse risco. Por aquilo que pude constatar na Comissão – até de dar o dito pelo não dito, etc. – achámos por bem manter esta iniciativa, porque os CTT são realmente fundamentais às nossas populações. E não podemos correr o risco de amanhã ou depois, por vontade própria de uma empresa que é privada, mas que tem um serviço público, mudar a coisa e há muito que temos falado sobre melhorar esse serviço. Por isso, também aqui fica um alerta de que às vezes também há necessidade de repensar - eu que defendo a iniciativa privada - mas às vezes é preciso repensar e ver que certo tipo de serviços nas mãos de privados. Pode-nos fazer correr riscos.

O caso da Maia está sanado. O caso de Água do Pau está sanado, mas a verdade é esta, as coisas não podem viver assim num serviço tão importante como é o serviço de correios.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do CHEGA, recomenda a intervenção do Governo junto dos CTT, para impedir o encerramento de mais balcões. Já teve o seu efeito. Já produziu algum efeito, desde logo, trazendo para a opinião pública o que se debateu em Comissão e, de alguma forma, também contribuindo para travar alguns ímpetus que havia por parte dos CTT. Eu próprio já tive oportunidade, em declarações públicas e renovo, aqui hoje, de dizer que os CTT prestam **muito mau serviço** nos Açores, muito mau serviço nos Açores.

Deputada Alexandra Manes (BE): Em Portugal!

O Orador: E não vamos deixar, o Governo não vai deixar de denunciar aqui, mas também com o reforço que teremos pela aprovação desta proposta, suponho que por unanimidade, com este reforço, para intervir junto dos CTT. Mas digo mais: sei bem o que é nas terras pequenas fechar-se uma escola, uma casa do povo, uma agência bancária ou os CTT.

Quem vive se calhar nos espaços maiores, não sente, porque fecha uma, abre duas mais abaixo; numa terra pequena, numa freguesia pequena, num concelho pequeno, ao começarmos a fechar... e aqui há alguns anos houve

uma tendência, por exemplo, para fechar escolas. Fechou-se escolas, abandonaram-se casas de povo e desmoronaram-se freguesias.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É verdade!

O Orador: Muitas vezes, quando se tomam estas decisões, não se tem a perceção epidérmica até que é preciso ter, do que é ser de uma terra pequena. E às vezes julgamos noutras terras dos Açores que por serem maiores, vivemos em grandes terras.

Eu recordo aqui, num outro contexto, certamente muito mais dramático, algumas palavras de Bertolt Brecht: *levaram uns, eu não me importava porque não era deles. Levaram outros e não me importava.* Quando deu por si, estava sozinho.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, aqui dentro estamos todos do mesmo lado, somos todos pequenos, temos todos de dar as mãos, porque fechar e abandonar uma terra... levarem o pouco que temos.

A pouco e pouco vai fechando também e desmoronando as terras.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...levarem o pouco que temos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Nós sabemos!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então porque é que fecharam as escolas?

O Orador: O Sr. Deputado quer dizer alguma coisa?

Levar, por exemplo, o conselho de administração das Ilhas de Valor, não é?!

Deputado João Vasco Costa (PS): Nós sabemos o que se passou em Santa Maria!

O Orador: Ah está bem, bem me parecia.

O tal conselho de administração que trabalhava muito e nunca pôs os pés lá durante 6 anos.

Se para si isso é que é desmoronar uma terra, estamos conversados.

Mas na verdade, o que temos e não só dos CTT S, mas também de outras instituições.

Posso dar nota aqui que não há muito tempo, recebi nas Finanças um senhor dum banco nacional e tive a oportunidade de lhe dizer, olhos nos olhos, o que digo aqui e o que direi em qualquer lado: quando os bancos precisaram do Estado, o Estado esteve lá, quando o povo precisa dos bancos, os bancos abandonam e funcionam a folha de excel!

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Isso nós não concordamos!

E nesse aspeto, o Governo estará aqui, e neste caso reforçado com esta resolução, para fazer ver a quem fecha os olhos às pequenas terras, a quem abandona as pequenas terras que é preciso darmos as mãos em nos defendermos, porque hoje são as mais pequenas terras, a seguir são outras que não são tão pequenas, mas ainda assim, pequenas, face às folhas de excel do Santander em Madrid. Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Apoiado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do CHEGA traz-nos uma proposta de resolução com intuito do Governo Regional dos Açores interceder junto da empresa “CTT Correios de Portugal, SA”, no sentido de salvaguardar a existência do posto da Vila de Água de Pau que serve cerca de 3 mil habitantes.

Apesar da era tecnológica estar cada vez mais impregnada nas nossas vidas, há quem necessite destes serviços para a sua vida pessoal e/ou profissional. E, assim sendo, é fundamental que se mantenham estas lojas e postos de correio inteiramente abertos e disponíveis para todos os habitantes.

A sua adesão é composta por todos os estratos e faixas etárias da sociedade e também pelas empresas e administração pública.

Pelo exposto, o posto dos CTT da Vila de Água de Pau é de uma enorme importância para aquela Comunidade e, como tal, deverá continuar com as suas portas abertas e a laborar da melhor forma, porque os utilizadores desses serviços postais precisam ver garantida a acessibilidade e proximidade de um serviço público universal na vertente da distribuição de correio.

Conforme as audições em sede de Comissão parlamentar revelaram que este posto será deslocalizado do edifício onde se situa a RIAC...

Deputado Manuel Ramos (PS): A RIAC não quis!

O Orador: para a Junta de Freguesia de Água de Pau, a hipotética falha ou falta de comunicação dessa empresa dirigida à população para quem presta aquele serviço, despoletou a legítima insatisfação por parte da população, já que, ao deparar-se com o aviso de que aquele posto iria encerrar, ficou com a ideia de que poderia estar iminente a perda desse serviço na sua localidade, o que gerou o descontentamento de toda aquela população.

Neste momento, a situação está sanada e os serviços postais a decorrer normalmente, o que tranquiliza a população de Água de Pau e as facções políticas que no fundo defendem os açorianos e as suas pretensões. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se calhar eu não estive na mesma Comissão que os Srs. Deputados, de certeza, porque aquilo que eu vi foi uma iniciativa do CHEGA, e muito bem, relativamente a **uma ideia** daquilo que se ouviu falar de que íamos ficar sem o posto dos CTT, que era verdade, mas não o serviço dos CTT em si. E é diferente do que disse o Sr. Secretário, não estamos a falar de bancos nem queremos obliterar a terras pequenas. Ninguém obviamente neste plenário quer isso. Mas não é o caso, não estamos a falar de bancos. Estamos a falar de um posto CTT que deixa feito pelo CTT e vai fazer dentro da Junta de Freguesia.

Deputado José Pacheco (CH): Não!

O Orador: Sim!

Ouvimos, depois, os presidentes de junta de freguesia a dizerem que **preferem** que o serviço seja feito dentro da própria junta, porque até é uma ajuda, pois é mais um recurso humano que além do trabalho dos CTT, faz também (trabalho) para a junta de freguesia. Por isso, isto até é uma mais-valia. Não estamos a obliterar o serviço CTT dentro da freguesia, porque os fregueses não deixam de ter esse serviço, apenas é mobilizado para dentro da junta de freguesia, logo esta iniciativa é uma não questão, porquê?

Deputado José Pacheco (CH): Desculpe...?!

O Orador: Na altura sim, foi mediático e resolveu-se o assunto.

Neste momento, trazer ao Parlamento quando a coisa está resolvida, não entendo.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os CTT contam com mais de 500 anos e eram vistos como uma entidade pública que prestava um serviço público essencial.

Ninguém fica indiferente às muitas queixas que se sentem relativamente à fraca qualidade dos serviços dos CTT, sendo isto sinal da importância que esta empresa tem para as pessoas – foi durante muitos o elo de ligação de muitas localidades remotas ao resto do mundo.

As queixas são muitas e prendem-se essencialmente com o encerramento de estações, de postos de atendimento, na demora no que respeita à entrega de correspondência, nos preços praticados, no desrespeito pelos direitos laborais.

Não é a primeira vez que o tema dos CTT vem a este Parlamento. Aliás, esta proposta é mais uma das provas do efeito da gestão danosa dos CTT, expondo, mais uma vez, os efeitos perversos que a privatização, levada a cabo pelo último governo PSD/CDS em 2013, teve no serviço de correios com que os portugueses contam desde há muito.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Já cá faltava!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque é que o Bloco não inverteu a privatização?

A Oradora: No ano de 2020 os CTT, tal como o país no geral, tiveram que lidar com uma pandemia que tem alterado o dia-a-dia de todos e todas. No entanto, foi exatamente o serviço postal que mais se manteve em funcionamento e teve um papel importante para o dia-a-dia da população...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a Geringonça porque é que não fez?!

A Oradora: Oh Sr. Deputado Joaquim Machado, eu sei que a semana lhe correu mal, mas se quer falar inscreva-se, senão, permita-me que continue.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

A Oradora: ...em tempo de confinamento, com um acréscimo de mais do dobro do serviço de encomendas.

Mas nem por isso houve uma alteração significativa na gestão da empresa: em vez de contratar mais trabalhadores (que já antes eram necessários) continuou a despedir contratados a prazo.

No entanto, a presente proposta, que tem um bom princípio e com o qual o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda concorda, tem também dois detalhes que não podem ser ignorados.

Ora bem, vamos à imprecisão: o Sr. Deputado José Pacheco argumenta a presente proposta com um suposto anúncio de que os CTT encerrariam a loja da Vila de Água de Pau, no Concelho da Lagoa. E a imprecisão da proposta é exatamente a quem é dirigida a recomendação.

Sras. e Srs. Deputados, o encerramento da loja dos CTT foi da responsabilidade da RIAC que é da tutela do Governo Regional, portanto, o Sr. Deputado José Pacheco tinha que se dirigir, sim, ao Governo Regional, porque para todos os efeitos, foi o Governo Regional que deu a ordem para não renovar o protocolo. Logo, quem queria deixar a população da Vila de Água de Pau sem serviço de CTT era o **Governo**. Foi este Governo.

(* **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): O Governo ia substituir-se ao privado?! Oh senhora, isso parece uma coisa ultraliberal!

A Oradora: A RIAC é que não quis renovar o protocolo com os CTT, logo a responsabilidade do encerramento da loja dos CTT de Água de Pau é do Governo!

(* **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): O Governo agora ia substituir-se ao privado!

A Oradora: Ah... eu gosto tanto quando levanto os ânimos!

O segundo detalhe: a incoerência!

Ora, o Sr. Deputado, como sempre, quer tudo e o seu contrário. É como o seu chefe que quer salvar a TAP, mas não quer dinheiro público envolvido. Como bem se sabe e se sente, e a sua iniciativa é mais uma prova disso, o resultado evidente da privatização dos CTT foi a deterioração dos serviços e o aumento dos preços. O critério que tem contando – o da rentabilidade – tem aniquilado as reais necessidades das populações e a correção dos

desequilíbrios e assimetrias territoriais que, de um momento para o outro, deixam de poder usufruir diretamente de um serviço público essencial.

Relembro, e há pouco o Sr. Deputado José Pacheco referiu isso (há coisas que não podem ficar nas mãos dos privados), e disse muito bem.

Disse sim senhor.

Relembro que aquando na Assembleia da República, André Ventura – seu chefe – teve oportunidade para reverter esses efeitos, mas não o fez.

Deputado Nuno Barata (IL): E o seu partido também não fez!

A Oradora: Ou seja, o Chega votou a favor do encerramento de postos de agências dos CTT, do atraso na entrega das pensões aos idosos, votou a favor do despedimento, do desrespeito laboral. Ou seja, votou contra uma proposta do Bloco de Esquerda para renacionalização dos CTT.

Deputado José Pacheco (CH): A senhora quer convencer-me, mas não me convence! A senhora canta bem, mas não me convence!

A Oradora: Sim, é verdade! O Bloco de Esquerda já quis recuperar os CTT e devolvê-los à esfera pública, sabem porquê?! Porque a prova da gestão danosa dos CTT está à vista de todos. E o encerramento da loja de Água de Pau é só mais um exemplo do quão errada foi aquela privatização! Mas não foi só o chega! Foi PSD, o CDS, o IL e PS...

Deputado Pedro Neves (PAN): E o PAN?

A Oradora: Não.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

A Oradora: Eu sei que é chato revelar aos açorianos o papel que as Sras. e Srs. Deputados têm no fraco serviço dos CTT. Mas é bom que as pessoas

percebam que os CTT pioraram e muito o seu desempenho após a privatização. E que já houve oportunidade para reverter isso e os vossos partidos da Assembleia da República votaram contra!

Portanto, Sr. Deputado José Pacheco, não podemos dizer uma coisa na Assembleia da República...

(Aparte inaudível do Deputado José Pacheco)

A Oradora: Não, não pode, porque também é culpa do seu partido que votou contra uma proposta do Bloco de Esquerda para melhorar o serviço dos CTT! Portanto, não seja incoerente, Sr. Deputado!

E antes que PSD e CDS venham com o velho argumento de ter sido o PS a colocar esta privatização no memorando da Troika, na verdade, PSD e CDS fizeram nada para o impedir! Nada! Zero!!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não havia dinheiro!

A Oradora: A culpa do mau serviço dos CTT é do PSD e CDS!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já estava escrito quando houve as eleições! Seja séria! Estava escrito e assinado!

A Oradora: Na verdade, não fizeram nada para reverter. Estava escrito, mas não fizeram nada para reverter!!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Está a faltar à verdade!

O Orador: Passos Coelho dizia o quê? “Apertem o cinto, tem que se privatizar, não sejam piegas, emigrem, privatize-se tudo!”. E dizia: “Ficam sem o subsídio de Natal, ficam sem os feriados”. Foi essa a vossa política! E agora virem aqui com este discurso...

Deputado Marco Costa (PSD): Quem é que disse que a dívida não era para pagar?

A Oradora: ... depois de terem privatizado os CTT, virem para aqui com o discurso mais incoerente e hipócrita que pode haver!!

PSD e CDS acabaram com um dos primeiros serviços públicos criados pelo Estado que assegurava a coesão territorial.

Acabaram com um serviço que não onerava a carga fiscal, não gerava défice, pelo contrário. Chegou a gerar 438 milhões de euros de lucro.

Não foi desonerar o Estado, mas sim estabelecer rendas a privados e transformar num banco!!! – foi isso que fizeram!

Os CTT resistiram a diversas crises, mas não resistiram à receita bem conhecida, e aplicada, das políticas da direita: enfraquecer a empresa pública, encerrando balcões, vendendo edifícios, despedindo funcionários, degradando o serviço, ao mesmo tempo que os balcões dos CTT começavam a venda de produtos financeiros.

Como gostam de falar muito na Coreia, trago aqui só um pequeno exemplo daquilo que o PSD e CDS conseguiram fazer com esta privatização. Recentemente, soube-se que uma loja online australiana de artigos sustentáveis não envia encomendas para Portugal, e porquê? A empresa coloca Portugal ao nível de países como a Guatemala, África do Sul, Coreia do Norte, Síria, Iémen e Afeganistão, justificando que os serviços postais não são de confiança. Ou seja, afinal quem reproduz exemplos da Coreia é PSD e CDS, deteriorando os serviços dos CTT.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E o PS? E o Bloco de Esquerda? Já se esqueceu da Geringonça?!

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: É verdade que é necessário acautelar que não se encerrem mais postos de CTT! Mas é essencial parar urgentemente com a agressão que as sucessivas administrações dos CTT estão a promover contra o povo e o país e ser o Estado a assumir diretamente a gestão e a propriedade dos CTT em nome da defesa do interesse público, renacionalizando a empresa o mais rápido possível. Quanto mais tarde se tomar a decisão, mais vulnerável ficará o Estado para fazer regressar ao controlo público todos os ativos dos CTT que ainda fazem parte da empresa.

Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia ser mais clara. E lanço-vos agora um desafio nesta Casa: digam aos vossos partidos na Assembleia da República que os serviços postais nos Açores estão uma desgraça, que as pessoas estão descontentes, que estão a fechar postos dos CTT e que há freguesias que estão a ficar sem serviços. Apoiem a renacionalização dos CTT, devolvam à esfera pública e melhorem tudo isso. Agora, incoerências e hipocrisias é que não!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito infeliz!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Alexandra Patrícia Manes tem este dom, diverte-me cada vez mais, o que é ótimo, porque sabem que me conseguem conquistar quando me divertem.

Há uma coisa que a senhora há um ano me acusava e que depois vinha cá alguém mandar. Agora acusa-me do contrário, enfim... chama-se *autonomia*, é uma coisa que devemos ter, não é? E no meu partido há. Se

bem que a senhora usou aí uma falácia, diz despediram, que fizeram e aconteceram, não foi. Agora, nacionalizações à maluca é que não. O tempo do Partido Comunista já lá vai.

Bom, mas eu não pedi a palavra para lhe responder - com todo o respeito. Pedi a palavra para esclarecer o Sr. Deputado Pedro Neves. Precisamente mantive a proposta, porque na Comissão gerou-se esta confusão, e não fui o único que deu por isso, houve outros deputados, inclusive o colega do PS, todos demos por isso.

A verdade é que havia um aviso dos CTT – ponto.

Esse aviso estava pregado lá na vitrine – ponto.

Eu fotografei o aviso e tenho a fotografia – ponto.

Agora, tudo o que se vier dizer a respeito disso, enfim, já são outras interpretações. Eu vi realmente na Comissão, como o senhor viu, um senhor a dizer que era mentira, que não existia isso e eu disse, “não desculpe, eu tenho o aviso, tenho a fotografia, tive o cuidado de fotografar”. Na verdade, dizia lá: “Dia 26 de maio os serviços passam para a Lagoa”, tão simples quanto isto. E faço-lhe chegar esta informação e não lhe estou a levar mal. O senhor foi induzido em erro, com certeza.

Já a questão das RIACS não sei, o Sr. Secretário talvez possa responder. A verdade é que o posto funcionava juntamente com a RIAC, por alguma razão não foi... agora, também não acredito que foi a RIAC que tirou de lá o posto, não acredito que seja bem assim, mas também não tenho a informação toda. Também é verdade que as juntas de freguesia devem assumir esse papel, mas também já o disse, devem assumir esse papel, mas têm que ser pagas por isso. Também não pode ser como já ouvi “ eh pá, não paga tudo, mas paga uma parte”; se paga uma parte, se calhar algo não está bem, sendo uma

empresa privada que gera lucros, etc., eu penso que tem que reembolsar a junta de freguesia pelo serviço prestado, tão simples quanto isto. Não é nada de outro mundo. Aliás, se eu tivesse um serviço qualquer que tivesse que prestar nas instalações duma junta de freguesia ou similar, em determinado sítio, pois iria pagar o que chegasse a acordo e que fosse bom para ambas as partes, de resto, o bom negócio é quando é bom para ambas as partes.

É este o esclarecimento que eu queria prestar e vou fazer chegar ao Sr. Deputado Pedro Neves a informação, aliás esteve publicado no Facebook – publicámos no CHEGA/Açores – porque realmente era uma prova, mas faço-lhe chegar com certeza, porque sei que não frequenta diariamente a página do CHEGA.

(Risos de alguns Deputados das diversas bancadas)

Eu sei que não. Mas vou-lhe fazer chegar, porque tenho a prova. As coisas são como são. E nós temos que prevenir para não termos que remediar mais tarde, porque realmente perder este serviço é penalizar muita gente e até pessoas idosas, etc.

A respeito de encerrar, já agora se me permite, o Sr. Secretário falou e bem, eu por exemplo vivo numa freguesia que já não tem nada, nem uma caixa multibanco conseguimos ter, os bancos não querem montar; já não temos escolas nem jardim de infância... pronto, estamos ali na paz de nosso Senhor, o sino ainda toca (quando toca); enquanto a igreja lá estiver, ainda há qualquer coisa, mas o resto – olhe – foi andando, andando, é uma pena, o Padre Flores tanto trabalhou por aquela terra; bastante que se tentou para ter uma caixa multibanco, pelo menos; os bancos acham que não, nós os

contribuintes, continuamos a pagar e pronto, é o que temos, é o estado da coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(* **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Alexandra Manes passou o dia todo a dizer que a semana lhe estava a correr bem.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Deputada Alexandra (BE): Não, não.

O que eu perguntei foi ao Sr. Deputado Joaquim Machado se a semana lhe estava a correr mal?

O Orador: O dia todo a dizer “a semana está-me a correr bem” e depois decidiu estragar a semana com um estrondo. E então... eu quase nem sei por onde começar, mas vamos começar...

Deputado José Pacheco (CH): Se é para começar que seja pelo princípio.

O Orador: É pelo princípio, exato, qualquer que seja o princípio. Então vamos lá regressar ao Governo Passos/Portas.

Sra. Deputada, devo relembrar-lhe que o Governo, Passos/Portas executou um memorando da Troika assinado por José Sócrates. Pronto, este foi o primeiro facto.

Deputada Alexandra Manes (BE): Porque é que não negociou?

O Orador: Sra. Deputada, executou um memorando assinado, ou seja, negociou..., mas ia negociar... quer dizer, o memorando estava assinado e depois é que ia negociar?!

O acordo foi prévio. Ora se o acordo foi prévio, previa a privatização da TAP e a privatização dos CTT.

O Bloco de Esquerda fez parte da Geringonça e conseguiu que o Partido Socialista (fez a chantagem com o PS) para a nacionalização da TAP.

E agora vai ser a reprivatização da TAP. Isto custou 4 mil milhões de euros aos contribuintes portugueses. Esse é que é o facto. Essa foi a grande ajuda e o grande contributo que o Bloco de Esquerda deu aos governos socialistas, foi 4 mil milhões de euros gastos na nacionalização. Esse foi o grande contributo do Bloco de Esquerda a este país!

Foi o Bloco que fez essa chantagem com o Partido Socialista - ponto um. E, depois, já estou como o Sr. Deputado Nuno Barata quando diz em aparte que o Bloco de Esquerda não nacionalizou os CTT, porque era muito *baratinho*, era barato. Nacionalizar os CTT custava muito menos, mas muito menos mesmo...

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Deputado Rui Martins, tem que rever a história!

O Orador: ... do que os 4 mil milhões de euros que o Bloco de Esquerda impôs ao Partido Socialista para fazer a grande asneira que foi. E agora está visto. Aliás, o Sr. Ministro das Infraestruturas Pedro Nuno Santos, já veio dizer as grandes vantagens de ter parceiros externos, ou seja, a privatização da TAP afinal é boa, é a única forma de não haver uma insolvência. Esse é que é o facto. E a culpa foi efetivamente do Bloco de Esquerda, isso aí é um facto, Sra. Deputada Alexandra Manes.

Depois, vem dizer que a responsabilidade é deste Governo, porque a RIAC não quis continuar o protocolo com uma empresa privada. Isto é inenarrável!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não é só, mas também. Está no relatório.

Deputado Carlos Silva (PS): Está no relatório! O Sr. Deputado esteve na Comissão!

O Orador: É factual que a RIAC não quis. O que é inenarrável, é a posição do Bloco de Esquerda de achar que a RIAC teria que ser obrigada a prestar o serviço que uma empresa privada se responsabilizou por efetuar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em Cuba.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os CTT têm obrigações.

A empresa assumiu uma obrigação que é prestar um serviço. Para prestar esse serviço, realiza protocolos, neste momento, com as juntas de freguesia. Uma das coisas que ouvimos em Comissão é que, afinal, as juntas de freguesia até estão bastante contentes com esses protocolos com os CTT, porque conseguem ter funcionários que num par de horas ou em um ou dois dias por mês resolvem o trabalho dos CTT e conseguem ter um funcionário que é pago pelos CTT para estar a fazer o trabalho da junta. As juntas de freguesia estão contentes. A RIAC não estava, não foi a interpretação do Governo. Ora, então qual é o problema? E agora vamos onerar a Região, vamos onerar a RIAC, porque a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda - é um

facto inenarrável! - está a defender que seja o Governo Regional a fazer o trabalho da empresa privada CTT?! - este é o facto.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Deputado, está a fazer passar uma coisa que eu não disse!

O Orador: Esse é o facto.

É isso que eu acho incrível que o Bloco de Esquerda consiga dar este *flic flac* à retaguarda, contra tudo aquilo que é a defesa que faz das empresas privadas e o ataque e a responsabilização que normalmente faz das empresas privadas. Eu podia me alongar, mas efetivamente esta 6ª feira à tarde, Sra. Deputada, está-lhe a correr muito mal.

Para concluir, eu não sei porque é que a tal fotografia que o Sr. Deputado José Pacheco mostrou não faz parte do relatório, porque efetivamente eu lembro-me de ter visto essa fotografia em Comissão e até posso estar equivocado, mas julgo que havia em Comissão, até porque houve aquele desmentido por parte dos CTT a dizer que não era verdade. A ilação que eu retirei daí é que eventualmente pudesse não ter sido uma decisão central do ponto de vista de comunicação ao público e como sabiam que não iam estar ali a partir de tal dia e não fizeram mais do que a sua obrigação que é informar as pessoas de que a partir do dia 26 não estariam lá. E isso julgo que é importante. Agora,

se não houve essa comunicação e se não havia registo dos CTT, eu tenho que fazer fé nas palavras das pessoas. É um facto que este cartaz esteve lá fixado. É um facto que o responsável dos CTT disse (em Comissão) que não deu essa ordem. Por isso, não posso concordar

na totalidade com a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves, até relativamente à extemporaneidade deste Projeto de Resolução, porque pese

embora a situação que levou ao Projeto de Resolução estar efetivamente sanada, ou contornada, mas continua a dizer que “intervenha junto da administração dos CTT para que não encerre mais postos dos CTT na Região Autónoma dos Açores”. Ou seja, parece-me que continua a ser uma preocupação e que o Governo Regional possa ...

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Neves)

O Orador: Eu não estou a dizer que o senhor está errado. O que eu estou a dizer é que eu não posso concordar com a sua afirmação acerca da extemporaneidade, porque parece-me que a existência dos postos... ou os serviços, isto é, a partir do momento em que foi do nosso conhecimento que os serviços prestados pelas juntas de freguesia até se revelaram benéficos para as freguesias, parece-me que pode ser uma boa sinergia. Não obstante, não me fere qualquer suscetibilidade que o Governo Regional exerça a sua influência, para que os CTT continuem a emprestar um serviço autónomo – que prestam - e que garantam que esses serviços e que a proximidade e o atendimento é mantido. E, por isso, a vejo obviamente que a fundamentação deste Projeto de Resolução estará já desenquadrada daquilo que é a situação atual, porque foi efetivamente sanada e contornada, mas pode continuar a fazer sentido. E se o Governo Regional naquilo que são os seus contactos e a sua influência que com a empresa, se fizer por garantir que os CTT não retirem serviços, porque isso também pode equivaler a uma renda na Região, pode equivaler a outro tipo de trabalhadores que nas juntas de freguesia será outra pessoa e não a que está no posto dos CTT, por isso, não me parece que seja problemático, daí não concordar na totalidade com a afirmação de que

este Projeto de Resolução é absolutamente extemporâneo ou que já não faça sentido.

Por isso, obviamente, o CDS não vê, como um problema que este Projeto de Resolução possa ser aprovado e que e que o Governo Regional possa encetar esforços para garantir que os postos de CTT na Região Autónoma dos Açores se mantêm.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

(*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os CTT são desde há muito um símbolo de unidade, integração e coesão social e territorial, prestando um serviço de características únicas, de proximidade e essencial à população açoriana.

Contudo, há uma opinião generalizada de que os CTT não estão a prestar um serviço adequado às necessidades dos açorianos. Sobretudo, nas demoras de distribuição, pois não oferecem qualquer garantia de entrega de correspondência, uma vez que não há prazo máximo para entrega dos objetos. O que tem sido bastas vezes beneficiado pela comunicação social, clientes e diversos sectores de atividade.

O encerramento de lojas CTT nos Açores acontece desde a sua privatização e tem gerado enorme desagrado junto das populações, pois foram efetuados em inúmeras freguesias da nossa Região.

Nesta altura, o Governo do PS não ficou de braços cruzados e promoveu a rede de Lojas RIAC, como pontos de contato junto da população.

Desta forma, esta parceria Governo/RIAC/CTT, permitiu aumentar os pontos de contato através da implementação destes serviços na sua própria rede de proximidade através das Lojas RIAC, expandindo assim a sua rede de serviço e correspondendo aos anseios e às necessidades da população.

Este Projeto de Resolução que pretende recomendar ao Governo Regional para que interceda junto dos CTT contra o encerramento de mais lojas nos Açores e durante as audições, o administrador-executivo da empresa garantiu que não haverá encerramento de lojas e postos CTT nos Açores, havendo, sim, algumas mudanças em lojas que passarão da RIAC para as juntas de freguesia.

Quando questionado acerca dos motivos que originou o fim desta parceria, refere que a rutura foi efetuada pelo Governo Regional. E os motivos, segundo o Sr. Administrador, assentam em duas ordens diferentes: o tema financeiro, o de maior relevo na tomada de posição, mas também algumas dificuldades na gestão do espaço.

Afinal, foi uma foi uma opção unilateral deste Governo Regional que ao deixar de ser parte da solução, contribuiu para o problema empurrando para as juntas de freguesia mais uma responsabilidade, que não é pouca, de garantir os serviços postais.

Portanto, recomendar o Governo Regional dos Açores que interceda junto dos CTT contra o encerramento de mais lojas nos Açores, não nos parece

que contribua para resolver o problema, visto que a opção deste Governo agudizou a situação.

Disse.

Deputado Flávio Soares (PSD): Então o PS vai votar contra?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos naquela fase dos trabalhos do plenário que eu sei, tenho consciência disso, que quanto mais falador for o orador, pior, menos apoio tem neste hemiciclo. Por isso, eu vou ser breve. Breve, no sentido de sinalizar três questões. Do ponto de vista da questão concreta em relação ao apoio a esta iniciativa, é a mesma, já foi sinalizada pelo Sr. Deputado Gustavo Alves, em nome do Grupo parlamentar do PPM.

Em segundo lugar, sinto a necessidade de transmitir aqui aquela que é a posição do PPM sobre esta matéria, a posição histórica e é a posição que mantemos.

Na nossa perspectiva, há um conjunto de setores em que o Estado deve ter o monopólio, o caso da defesa e da segurança, por exemplo. Há outros em que deve ter participação decisiva, importante e maioritária, como é o caso da saúde, da educação. E, neste setor de forma específica - poderia dar outros exemplos, mas não temos tempo para isso, nem é desejável – eu considero

que os CTT constituem uma área, no âmbito das suas funções e das suas competências, central para o país e que, por isso, deveriam ser públicos.

Esta questão da privatização é, muitas vezes, uma falsa questão. É uma privatização, por exemplo, em que com uma forte participação das empresas chinesas, estas empresas prolongam o poder e os interesses dos estados e estão a serviço dos estados. É o caso da China, por exemplo, mas poderia dar outros exemplos.

Por isso, eu considero que nesta matéria, no caso desta empresa, se queremos um bom serviço público, não o vamos ter com as obrigações de serviço público e esse tipo de conversa. Vamos ter, sim, se tivermos uma empresa em que podemos definir como é que este serviço é prestado e como é que podemos priorizar o serviço que nós queremos, que é o serviço às populações e que isto funcione de forma eficaz, porque é essencial para a convivência social e para que as populações sejam servidas. Por isso, eu queria fazer referência a este segundo ponto.

Finalmente, um terceiro ponto para dizer que não é aceitável que se atribua também as culpas a este Governo Regional. Quem tem competência nesta matéria é o Governo da República que tem um problema para resolver. Que já criou gabinetes e grupos de trabalho, já anda à volta desta questão há muito tempo.

Já o resolveu? Não resolveu.

Tem competência para o fazer e tem um raio de ação para o fazer? Tem capacidade de o fazer? Tem se o quiser fazer.

Portanto, a responsabilidade aqui é do Governo da República e o Partido Socialista já está há muito tempo criando grupos de trabalho. É bom que decida alguma coisa nesta matéria.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo fim para responder ao Sr. Deputado Rui Martins que o que tentou dizer que eu tinha dito, não foi isso.

O que eu fiz, foi esclarecer o Sr. Deputado José Pacheco...

Deputado José Pacheco (CH): Mas eu não fiquei esclarecido.

A Oradora: ... que o problema que se gerou na Água de Pau não foi por culpa dos CTT, mas sim porque a RIAC não quis renovar o protocolo. Ou seja, eu não disse que queria que a RIAC ficasse com isso.

Outra coisa, gostaria também de responder àquela bancada (PSD) e dizer-lhes que convém relembrar que o vosso argumento é falacioso, porque PSD e CDS foram muito para além da Troika. As medidas que impuseram ao país foram muito para além daquilo que era a Troika. Portanto, mantenho aquilo que eu disse, ou seja, esta empresa está da maneira que está, porque a retiraram da esfera pública.

Sr. Presidente, se me permite, eu vou ter que responder aqui à intervenção do Sr. Deputado José Pacheco que disse que eu não o divertia... ou que eu o divertia - confesso que não percebi muito bem, mas convém dizer aqui uma coisa também, é que a mim o Sr. Deputado José Pacheco não me diverte nem me engana. Mas aos seus parceiros consegue fazer divertir. E, infelizmente, colocou a nossa Região numa situação de chacota nacional.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Para dar aqui uma nota em relação à abordagem do Governo relativamente a este Projeto de Resolução e também ao que foi aqui referido em relação RIAC.

Em primeiro lugar, aquilo que estamos aqui hoje a deliberar (está na componente deliberativa da resolução) é “recomendar ao Governo Regional que intervenha junto da administração dos CTT para que não encerre mais postos CTT nos Açores, revertendo as últimas decisões que só estão a prejudicar o bem-estar da população dos Açores”.

Quem é que não concorda com isto?

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem! O PS não concorda!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aqui não está a dizer para o Governo pagar.

O Orador: Penso que todos concordamos com a componente deliberativa desta resolução. E, portanto, esta é a primeira questão.

Ao sair daqui uma resolução, como eu espero por unanimidade, vai dar uma força suplementar aos esforços que o Governo tem vindo a fazer e continuará a fazer para, não só junto dos CTT, mas eventualmente junto de outras entidades, para que haja um maior respeito pelas pequenas comunidades.

A questão que foi aqui levantada em relação à RIAC, é preciso clarificá-la. Estou à vontade, porque nem era ainda Secretário das Finanças quando esta decisão foi tomada, mas a verdade é que o conjunto de problemas que

este serviço trazia às lojas RIAC, nomeadamente aos funcionários, problemas de encargos, foi feita uma proposta e uma contraproposta aos CTT que não aceitaram, preferindo naturalmente trabalhá-la eventualmente com as juntas de freguesia. Agora, digo-vos uma coisa: a RIAC não é o sucedâneo para onde os serviços, como componente pública, possam transferir os seus serviços.

Deputada Andreia Costa (PS): Mas porque é que serve às juntas e não à RIAC?! Há aqui qualquer coisa...

O Orador: Atenção, a RIAC não é para ter os custos no público e os privados com os lucros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E as juntas?

O Orador: As juntas de freguesia respondem por si.

O Governo responde pelo Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ahhh claro!

O Orador: As juntas de freguesia respondem por si. Podem ter outros meios ou podem não ter. Agora, da parte deste Governo, vos garanto duas coisas: em primeiro lugar, vamos defender as pequenas terras. Sras. e Srs. Deputados, uma coisa é ter um negócio...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas quais negócios?! Chama-se *serviço público!*

O Orador: ...e falar de *peito cheio* numa grande terra, numa grande cidade, ali entram clientes, saem clientes, é uma coisa muito séria. Isso aí qualquer um fala aqui à vontade desses grandes negócios, mas numa terra pequena eu quero ver quem é que se aguenta. E quando fecham uma escola, quando fecham uma casa do povo... e as escolas foi o vosso Governo que fechou!

Foi o primeiro grande desmoronar das freguesias, foi o vosso Governo a fechar as escolas das pequenas comunidades!

Esta é a verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu gostava de saber o que é que os senhores pouparam com isso?!

Que melhor serviço é que prestaram?!

Sras. e Srs. Deputados, grandes negócios em grandes terras, todos fazemos. Em pequenas terras, negócios com dinheiro público, também todos fazemos. Agora, em pequenas terras, negócios com dinheiro privado é diferente. E a RIAC ou Região não se vão substituir aos privados que buscam o lucro como os CTT para servir de sucedâneo ao serviço que deviam prestar e não prestam, porque hoje são os CTT a dizerem isto, amanhã é um banco, a seguir é outra entidade e então a Região é que vai aguentar? Vai ser só Lojas RIAC, não há mais nada!

Mesmo que prestem um mau serviço, mesmo que sejam mal pagas por isso, mesmo que os lucros fiquem para os CTT e os custos para as RIAC's! Conosco não!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, vou principiar então esta minha intervenção, como devia ter principiado há pouco, mas depois com o entusiasmo, esqueci-me de dizer que obviamente o que subscrevemos é que os CTT, e é claro toda a gente sabe, prestam um mau serviço na Região. Aliás, na Comissão houve latitude da parte do Sr. Presidente para fazer perguntas que iam um bocadinho além do objeto e também houve alguma resposta não muito elaborada, porque não era efetivamente a pessoa da área, mas que se prendia com, por exemplo, o simples facto de nós pagarmos correio expresso e depois recebermos carga via marítima.

Deputado Manuel Ramos (PS): Isso tem a ver com os transportes!

O Orador: E isso foi um facto que, na altura, o responsável dos CTT disse que iria tentar averiguar e que não tinha propriamente uma resposta para nos dar, mas isso é factual, há efetivamente um mau serviço. Todos nós sentimos e temos experiências pessoais, de certo, com um mau serviço dos CTT, por isso não é novidade nenhuma para ninguém.

O que consideramos é que se é necessário, e pelo menos é certamente necessário rever ou redefinir aquilo que é o serviço que os CTT devem prestar, talvez, pois se calhar, não ficou bem assente naquela privatização, mas há um serviço que deve ser prestado; ou então o que faz falta é fiscalizar e garantir que estão a prestar o serviço que, no fundo, está na missão dos CTT, seja a empresa privada ou pública, ela tinha uma missão e um serviço;

se não está a ser cumprido, tem que haver fiscalização e tem que ser penalizado quem estiver em incumprimento.

Por outro lado, o Bloco de Esquerda continua e basicamente trouxe-nos um chorrilho de falácias e falsidades. E em jeito de aparte, quando a Sra. Deputada fala na questão de ser este Governo que coloca os Açores a Região como motivo de chacota nacional...

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah não, não. Não foi esse o termo. Não falei nesse Governo!

O Orador: ... eu devo dizer, Sra. Deputada, quem colocou o CHEGA nesta bancada, não fui eu, foi o eleitorado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não fui eu!

O Orador: Eu enquanto democrata, respeito o eleitorado e trabalho com quem quer trabalhar. É assim. Aliás, é apanágio do CDS. Nós sempre trabalhamos com o Partido Socialista quando estava no poder, sem o Partido Socialista precisar de CDS. O Partido Socialista não precisava de CDS, porque tinha maioria absoluta.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso diz muito mais do PS do que do CDS!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Não me parece porque nós, o CDS, podia única e simplesmente não querer contribuir e deixar o Partido Socialista fazer a sua governação. Mas, obviamente, julgo que foi sempre em benefício dos açorianos. Isso é que é factual e é isso que, no fundo, nos une. Trabalhamos com quem quer trabalhar connosco, isso faz parte da democracia, é assim mesmo, logo não cola essa...*boca*, digamos assim, de que estamos a colocar os Açores... não

aceito, não me revejo nessas declarações., sou um democrata; quem estiver aqui para trabalhar, estamos abertos sempre e é isso que tem acontecido.

Porém, mas não posso deixar de fazer também uma referência ao Sr. Deputado Rui Anjos, por quem tenho muita estima pessoal. Estivemos na mesma Comissão e ouvimos exatamente a mesma coisa.

O Sr. Secretário disse que as juntas de freguesia respondem por si e responderam. Nós na Comissão tivemos oportunidade de ouvir os seus representantes.

E o que é que nos foi dito? Que viam com muito bons olhos a parceria que estavam a ter com os CTT...

Deputado Rui Anjos (PS): E a RIAC o que é que disse?

O Orador: porque estes pagavam lhes um funcionário e eles (juntas de freguesia) num ou dois dias ou numa manhã conseguiram resolver o serviço dos CTT e tinham um funcionário para trabalhar na junta de Freguesia.

Isto foi dito pelas freguesias, não fui eu que disse, Sr. Deputado. Está lá. Aliás, está nas gravações. O Sr. Deputado Manuel Ramos também estava. É um facto.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Mas se a relação é profícua, então...? Mas agora é o Governo Regional que se vai intrometer?

É Governo Regional o que vai responder pelas juntas de freguesia, quando são eles que dizem que efetivamente é um bom negócio? Por isso, não aceito, Sr. Deputado, quando diz que foi o Governo Regional que empurrou, mais uma vez, uma tarefa para as freguesias. Não é factual, não é correto...

Deputado Rui Anjos (PS): É factual!

O Orador: É factual que tenha havido uma rescisão do protocolo entre o Governo Regional e os CTT.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Não é factual que fosse o Governo a dizer “vão procurar as juntas de freguesia”. Não é factual, porque os CTT procuram parceiros, tiveram uma relação profícua, é isso que importa.

E agora mesmo para terminar, Sr. Presidente, a pergunta que deixo ao Partido Socialista é se é contra a nacionalização dos CTT? Porque assinou o memorando noutros tempos e noutras conjunturas. Mas se é contra a privatização dos CTT, está em boa oportunidade e em bom momento de fazer uma nacionalização, porque tem maioria absoluta na Assembleia da República.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão já vai longa, realmente todos compreendemos a importância dos serviços que são prestados pelos CTT e importa-nos, acima de tudo, servir as populações e ter a máxima proximidade entre elas e os serviços que as possam efetivamente servir.

Fico satisfeito com a posição do Governo e a preocupação em estar atento perante os CTT para não encerrarem mais lojas e que mantenham a prestação de serviços, mas também tenho que reconhecer, como disse e muito bem o Sr. Deputado Rui Martins, que as próprias juntas de freguesia se mostraram bastante satisfeitas, dizendo, inclusive, que “um posto do CTT numa

freguesia é uma questão da proximidade do cidadão, da descentralização de serviços, tudo isto é uma mais-valia”. Isto foi dito pelo Vice-Presidente da Anafre. E na altura que estávamos em audição, em São Jorge vivíamos o problema do que iria acontecer aos serviços dos CTT que eram prestados na zona do Topo, por isso também quero dizer ao Sr. Deputado Anjos que é com muita satisfação que na próxima 2ª feira a Junta de Freguesia da Vila do Topo – que por acaso é socialista...

Deputada Andreia Costa (PS): Não é por acaso.

O Orador: ... é que vai receber o serviço dos CTT, portanto, vai ter esse serviço ao dispor da população. O que me satisfaz é que toda a gente seja servida da melhor forma e que sejam sempre defendidas as nossas populações.

Muito obrigado. Sr. Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Vílson Gomes (PS): Prepara-te Pacheco!

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu acho que houve várias reuniões de Comissão relativamente a este assunto e eu só devo ter participado em algumas, porque questionámos os Srs. Presidentes de junta sobre o trabalho que é juntar à atividade das juntas de freguesia o atendimento e todos se manifestaram satisfeitos com o preço que recebem e com o serviço que têm que prestar.

Também percebi nesse trabalho de Comissão que foi feito que, por parte da administração dos CTT, havia o compromisso de não fechar mais lojas nos Açores. Portanto, eu acho que o assunto ficou encerrado pelo trabalho que foi feito nas Comissões.

Lembrar também, e acho que todos nós temos consciência disso, que o mundo mudou. Aquilo que eram os serviços imprescindíveis de proximidade que os CTT faziam há 20 e 30 anos atrás, ainda hoje o são, mas menos. É preciso percebermos e lembrarmo-nos que o serviço de encomendas que outras operadoras fazem, como a DHL e outras, hoje já prestam um serviço melhor até do que o próprio CTT. Melhor em celeridade e melhor em preço. Portanto, eu não sei até que ponto é que podemos estar aqui a responsabilizar os CTT como única entidade prestadora deste tipo de serviço, quando efetivamente já começam a existir outros mecanismos para resolver o problema às pessoas.

E, sinceramente, fazer aprovar aqui uma recomendação aos CTT para não fecharem mais postos nos Açores, eu acho que não é sério, porque um estado que fecha serviços de urgência, maternidades e outro conjunto de serviços à noite, que tem um horário mais curto do que os horários dos CTT, tem legitimidade para lhes recomendar que tenha um procedimento diferente daquilo que teve até agora? Não, não tem. Porque apesar de ser privado, o que é certo é que o horário dos CTT é mais alargado do que o horário da maioria dos serviços públicos.

No limite, o que a administração dos CTT fazia em resposta à aprovação dum projeto de resolução desta natureza, era o conselho de administração dos CTT recomendar às entidades públicas que deixassem de fechar organismos que fecham e que aumentassem os horários dos serviços que prestam.

Essa, sim, também seria a resposta adequada por parte dos CTT. Eu se fosse administrador dos CTT respondia nesta ordem, com a devida atenção que merecia, ou seja, recomendar às entidades públicas que também

procedessem de acordo com a qualidade que os CTT têm vindo a assegurar, através das juntas de freguesia e de lojas próprias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Furtado:

Perante a privatização, os CTT têm a obrigação de cumprir com os serviços, por isso a administração dos CTT não pode decidir se pode fazer o serviço seja de distribuição seja dos postos. Pode, sim, decidir se tem oposto ou não tem oposto ou o serviço é feito por outra entidade.

Nesse aspeto, Sr. Secretário, concordo consigo quando diz que o Governo manda no Governo, as juntas de freguesia mandam nas juntas de freguesia, sem dúvida nenhuma. Não concordo é com a unanimidade que você disse. E por uma razão muito simples. Apesar de eu entender o espírito do legislador, neste caso o Sr. Deputado José Pacheco, o Projeto de Resolução pede para que o Governo não deixe que mais postos dos CTT fechem. Eu não quero isso. Eu quero é que os serviços não acabem e os serviços até possam ser feitos nas juntas de freguesia, exatamente como os presidentes de junta assim querem, porque ajudam também, além do serviço dos CTT, ajuda também no resto do trabalho que é necessário fazer dentro das juntas de freguesia. Mas eu consigo entender o espírito do legislador que não é exatamente igual ao Projeto de Resolução e também não ajuda, Sr. Deputado Rui Martins, ao argumento em si.

Como você estava a dizer, o próprio Vice-Presidente da Anafre pretende e gosta até deste tipo de serviço, então, não ajuda em si relativamente ao

Projeto de Resolução, porque nós até podemos extinguir os postos de CTT, não podemos extinguir o serviço dos CTT, o que é completamente diferente. Obviamente eu vou votar a favor, pelo espírito do legislador, não pelo Projeto Resolução, porque não concordo, pois eu quero é ajudar as juntas de freguesia e quero é ajudar os fregueses para que recebam as cartas dos CTT. É que há uma diferença entre o serviço dos CTT diretamente ao cliente, e (outra coisa) é a distribuição dos CTT para chegar até aos postos dos CTT, sendo que às vezes demora 20 a 30 dias, como me aconteceu que, como cidadão, já fui lesado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

(*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço novamente a palavra para clarificar aquilo que eu disse.

Há uns meses atrás, foi (novamente) notícia mais um encerramento de postos de CTT na Região.

As notícias vindas a público referem que os postos até tem instalados na RIAC seriam transferidos para as juntas de freguesia.

Entretanto, é apresentado aqui na Assembleia, um projeto de resolução que visa precisamente recomendar que o Governo Regional intervenha junto da administração dos CTT contra o encerramento de mais postos na Região.

E agora vamos a pormenores.

Ouvido em Comissão de Economia o Sr. Secretário da Administração Pública Regional, quando questionado se tinha conhecimento desta situação, quais foram os interlocutores nessa decisão e qual o motivo do fim desta

parceria entre Governo, RIAC e CTT, respondeu que não teve conhecimento de quaisquer reuniões que envolvesse a sua Secretaria nesta matéria. Inclusive, crítica e bem, os serviços dos CTT na Região por não cumprirem com os serviços mínimos que deviam prestar.

Estas declarações do Sr. Secretário, levaram a que os próprios CTT emitissem um comunicado que passo a citar:

“Tendo os CTT tomado conhecimento através da comunicação social do teor das declarações proferidas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, considerando que os CTT estão a prestar um serviço deficitário naquela região e em muitos casos, a não cumprir os serviços mínimos, não podem deixar de vir esclarecer que, ao contrário do que foi veiculado e conforme esclarecimento público que esta empresa muito recentemente teve já oportunidade de efetuar, é do conhecimento do Governo Regional que a Rede integrada de Apoio ao cidadão – RIAC, gerida pelo Governo Regional, decidiu não continuar a prestar o serviço nos onze postos de correio que ali se encontram instalados”.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Isso já foi dito aqui.

O Orador: Pois já.

Ouvindo também em Comissão, o senhor administrador-executivo dos CTT, quando questionado sobre o teor da mesma, onde se destaca que a administração pública regional não quis manter posto CTT nas lojas RIAC, esclareceu que “os motivos de tal decisão assentam em duas ordens: uma de ordem financeira e outra derivada de condições físicas para a prestação do próprio serviço”. Tendo afirmado que o tema financeiro foi de maior relevo,

confirmando, assim em audição que a rutura aconteceu unilateralmente pelo Governo Regional.

É exatamente esta circunstância, que o Partido Socialista considera que, ao invés do Governo Regional fazer parte da solução, torna-se parte do problema, porque de forma unilateral, opta por não segurar os serviços CTT na loja RIAC, fazendo recair nas juntas de freguesia uma responsabilidade para a qual têm muito menos meios que o próprio Governo. É exatamente por esta essa circunstância.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Tem 19 segundos, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como aqui foi assumido por todos os partidos, penso que é unânime, os CTT estão a prestar um péssimo serviço à nossa Região. Por isso, convidava-os e desafiava-os também a votarem favoravelmente uma possível proposta de renacionalização dos CTT na Assembleia da República. Este, sim, será o maior sinal que poderão dar à população açoriana. E aproveito também agora para dizer que lamentavelmente os açorianos e as açorianas encontram-se a servir de moeda de troca *para rebuçados*.

Muito obrigada.

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução nº. 114/XII – 114 que Recomenda ao Governo Regional a intervenção junto dos CTT contra o encerramento das lojas CTT nos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução nº. 114/XII foi aprovado...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Alexandra Manes, estamos numa votação.

Secretária: Projeto de Resolução nº. 114/XII foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 24 abstenções do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para uma declaração de voto

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que aquilo que se pretende, aqui se consegue, independentemente de todas as discussões que possamos ter. E digo também aqui uma coisa: se é uma empresa privada, olhe... que alugue um escritório quando não tiver uma junta, quando não tiver nada. É assim que deve funcionar.

Nós estamos a ser muito benevolentes, mas a verdade é que também tem que ser assim.

Respondendo à Sra. Deputada Alexandra Manes, estou sempre disponível para tudo; para tudo, salvo seja, sempre disponível para discutir tudo o que seja nacionalização ou o que quer que seja.

Presidente: Sr. Deputado, não se pode dirigir às outras bancadas na declaração de voto.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Não havendo, vamos avançar para o ponto 13 da nossa agenda.

Petição n.º 21/XII - “Preço do leite pago aos produtores em São Miguel”, apresentada por Rui Oliveira na qualidade de primeiro subscritor.

Regem esta matéria o Artigo 192º do nosso Regimento.

Para apresentar o relatório, tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Economia, a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 21/XII - “Preço do leite pago aos produtores em S. Miguel”.

Ponta Delgada, 27 de junho de 2022

INTRODUÇÃO

A 5 de janeiro de 2022, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 21/XII, intitulada “Preço do leite pago aos produtores em S. Miguel”, cujo único signatário é o cidadão Rui Oliveira. Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Economia, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto. Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “agricultura e pecuária”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Economia.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade. OBJETO DA PETIÇÃO O peticionário refere, em sede de exposição de motivos, o seguinte: “Sr. Presidente, da ALRRA, venho por este expor a minha situação pessoal, e tantos outros produtores de leite de São Miguel, que atravessamos uma fase económico-financeira sui generis. Nos últimos anos, os custos de produção da minha atividade têm subido exponencialmente e o que vendemos, o leite cru, que é a minha fonte de rendimento direta não tem acompanhado o mesmo nível de crescimento. Daí resulta, uma situação de sufoco diário, sem saber como tentar melhorar o maneio da exploração para fazer fase aos custos da mesma, já nem falo em lucro, simplesmente, ter dinheiro para viver diariamente. Como Sua Excelência bem sabe, a base da nossa economia regional assenta na produção de leite, que direta e indiretamente faz gerar muitos postos de trabalho, ao nível da produção, das indústrias, de todas as casas que nos abastecem com produtos e serviços, quer também dos vários departamentos governamentais. De facto, a minha situação, e dos restantes produtores de leite de São Miguel, é de falência técnica, pelo que, simplesmente desejamos que nos paguem devidamente o litro de leite. Quando toda a produção está nesta situação, faz repercutir efeitos nefastos em várias áreas, deixando eu de ter capacidade de cumprir com as minhas obrigações, como é que posso pagar aos meus fornecedores, que por sua

vez, muitos deles já enfrentam dificuldades económicas. Um dos fornecedores que possui uma casa de fornecimento de produtos para explorações agropecuárias, está com um prazo de recebimento de onze meses.

Avizinham-se meses deste continuo sufoco, sem perspectivas de melhorias nesta atividade, e quando encontro colegas meus de profissão, só falamos em desistir, em vender, em que este produto ou aquele aumentou novamente. Não temos outras alternativas, como culturas industriais, beterraba e/ou chicória, só nos resta a vaca e o seu leite. No passado dia 2 de janeiro de 2022, no site do AGROPORAL, fui publicado um artigo, cujos autores são Marisa Costa e André Barão, em que reportam que o custo de alimentação de vaca por dia passe de 5.95€ em janeiro de 2021 e em Janeiro de 2022 para 7.22€, representando um aumento de 18%, tal como pode Sua Excelência constatar no site <https://www.rurroportal.pt/3>.

Perante este económico cenário devastador, apelamos há mais nobre casa dos Açorianos, que tome medidas para que, possamos sair desta situação económica que vivo e todos os meus colegas de profissão”. DILIGÊNCIAS EFETUADAS Considerando que aquando da sua entrada a presente petição encontrava-se subscrita por um único peticionário, o cidadão Rui Oliveira, a Comissão de Economia deliberou proceder à sua audição, que decorreu no dia 24 de fevereiro de 2022, pelas 14h00. Posteriormente, tendo a petição reunido 646 assinaturas, deliberou a Comissão de Economia proceder à audição do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que decorreu no dia 23 de maio de 2022, pelas 15 horas, bem como solicitar pareceres escritos à Federação Agrícola dos Açores e à ANIL.

- Audição do peticionário, cidadão Rui Oliveira:

O Peticionário explicou pormenorizadamente o motivo que o levou a fazer esta a petição e que faz parte do seu texto, nomeadamente a questão do preço de leite pago em S. Miguel que, está abaixo das despesas mensais. Sobre este assunto que afeta os produtores da Região, disse que pediu para ser recebido pelo Presidente do Governo e pelo Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, mas até à data nunca recebeu qualquer feedback, daí ter avançado para o formato de uma petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. O Deputado Carlos Silva quis saber se a reunião foi pedida formalmente aos representantes do setor quer ao nível associativo quer ao nível do governo regional e se ainda não obteve resposta. Quis saber ainda se fez esse pedido individualmente ou através de algum movimento de cidadãos afetos ao setor. Disse ter conhecimento que o peticionário participou numa manifestação realizada para defender o assunto em questão e questionou se as promessas feitas foram cumpridas, se entende que a atividade melhorou, se os apoios que foram atribuídos depois dessa data foram os apoios corretos ou se os apoios atribuídos tiveram o efeito contrário ao que se pretendia. O Peticionário disse que foram pedidas formalmente reuniões com Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e com o Presidente do Governo, mas nunca foram recebidos. Houve, por outro lado, uma reunião com o Presidente da Associação Agrícola de S. Miguel e com a Federação Agrícola dos Açores, e nessa reunião existiram muitas promessas, mas nada foi feito. Foi-lhes transmitido que em janeiro havia um aumento do preço do leite, mas em termos reais isso não se verificou porque aumentaram a tabela dos sólidos (gordura e proteína), e o

pagamento do leite acabou por ficar igual e ainda por cima o Presidente da Federação Agrícola dos Açores sabia que as tabelas iam ser alteradas, apesar de ter garantido que não. O Deputado Carlos Silva reforçou que os lavradores estão abandonados e estão há mais de quatro meses à espera de uma reunião com o Governo e não foram recebidos. Perguntou que propostas poderíamos apresentar para ajudar a resolver ou a mitigar os problemas que enfrentam neste momento e se pode dar alguns exemplos do aumento de custo de produção nos últimos meses e qual o impacto está a ter na atividade. O Peticionário disse que, no seu caso pessoal, tinha perdido 50 mil euros nos últimos dois anos. Relativamente às soluções e estratégias, aventou com o regresso das quotas leiteiras para regular a produção e o controlo dos custos de produção. Deu o exemplo do aumento dos adubos que passaram de 22 euros para 36 euros. Uma tonelada de ração que custava menos de 300 euros, hoje está 390 euros. O Deputado Bruno Belo, na sequência das perguntas formulados pelo Deputado Carlos Silva e tendo em conta a estratégia que foi desenvolvida até 31 de dezembro entre o Governo e as Associações representativas do setor, perguntou quando se diz que se sentem abandonados, quantos são esses que se sentem abandonados, uma vez que os representantes do setor tem estado a trabalhar em consonância com o Governo. Quando falou no aumento dos sólidos perguntou quem alterou essa tabela. Quando referiu que nos últimos dois anos as explorações sofreram uma quebra de 10 cêntimos por litro de leite, perguntou se, na sua opinião, as indústrias estão em condições de poder pagar melhor o leite produzido. O Peticionário explicou que a atribuição de mais 1,5 cêntimo do Governo foi uma má estratégia, porque fez com que a indústria não valorizasse o leite produzido porque o Governo o estava a

fazer por eles, mas se ouvissem os produtores de leite sabiam que não seria uma boa opção porque não tem lógica o injetar dinheiro sem algum ganho para os produtores porque quem ganha são os industriais. Continuou a explicar que a quebra de 10 cêntimos reflete o atual preço do leite pago ao produtor e o aumento dos fatores de produção. Disse ainda que Federação Agrícola, o IAMA e os industriais foram as entidades que alteraram a tabela dos sólidos, o que fez com que a alteração da tabela dos sólidos e o valor pago ficasse tudo na mesma. O Deputado Bruno Belo perguntou se seria possível, do lado da produção, melhorar a quantidade dos sólidos para obter melhor preço. O Peticionário confirma que sim, mas que se perdia na qualidade porque implica uma cultura mais intensiva. O Deputado Rui Martins perguntou quando pediu as audiências ao Presidente do Governo Regional ou ao Secretário Regional da tutela. Perguntou se esta reunião era em representação de um grupo de produtores que tinham interesse comum. O Peticionário disse que, relativamente ao pedido, foi feito em nome do grupo “União da Lavoura” e não em nome pessoal. O Deputado Carlos Furtado perguntou qual a sua opinião relativamente a uma recente medida de redução da produção de leite na Região na ordem dos 10%, se acha que esta medida é acertada e se vai ao encontro da necessidade imediata dos produtores. Acrescentou se, ao longo da sua experiência deste setor, alguma vez percebeu por parte das indústrias de lacticínios que era impossível acomodar toda a produção de leite. Perguntou, ainda, se sabe por parte das indústrias de lacticínios da Região, se existe alguma intenção de aumentar o preço pago aos produtores. O Peticionário disse que reduzir a produção em 10% é uma boa medida sobretudo para grandes produções. • Audição do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural: O

Secretário Regional, numa breve análise ao teor da petição, começou por dizer que a estratégia que tem sido seguida nos Açores, não sendo uma estratégia forçada, é uma estratégia de colaboração entre a produção e a administração regional, na procura das melhores soluções para duas crises, uma em cima da outra, que tem afetado todos os fatores de produção de todos os ramos de atividade, especialmente este, que é um sector base e tem um efeito multiplicador na restante economia. Depois de analisadas as situações exteriores pelo movimento associativo em torno da sua federação, tem-se vindo a arranjar soluções para amortecer os efeitos desta crise. Reconhece que o preço do leite tem vindo a aumentar, mas não o suficiente para fazer face ao aumento dos custos de produção, mas pode avançar que o aumento do preço do leite em abril foi na ordem dos 20,7%. Este aumento tem sido feito com base na estratégia da valorização do produto e de quem trabalha. Pela primeira vez, a produção conseguiu formar o seu preço, dizendo que não vale a pena produzir o melhor leite do mundo para o transformar em marcas brancas, leite em pó o leite UHT, sendo esta situação reveladora da perda de rendimento. O Deputado Bruno Belo perguntou se as medidas que foram acordadas e implementadas, foram sempre feitas com as entidades representativas do setor e, também, atendendo a que neste momento e tendo em conta os fatores que levaram ao aumento dos preços dos fatores de produção, naquela que é a opinião das entidades representativas do setor, qual será a tendência: subida acentuada ou alguma estabilidade, embora em preços altos. O Secretário Regional acha que todas as medidas que foram anunciadas lado a lado com a produção foram de apoio aos agricultores para fazer face a esta crise (dupla crise, lembrou). Revelou que o conjunto dessas medidas resulta de

muito trabalho e, acima de tudo, o encontro do financiamento para a sua execução, lembrando que para se ser responsáveis, não é só anunciar as medidas, é preciso encontrar o financiamento para essas medidas. Referiu que no momento difícil em que toda a economia dos Açores está a ser afetada, este setor, pode muito bem contribuir para recuperar a economia, lembrando que, por exemplo, o apoio de 1cêntimo/litro de leite ao produtor, representa 5 milhões de euros. Disse que durante 6 meses apoiaram os produtores para conseguir amortecer a crise, preparando as indústrias para pagar melhor a partir de janeiro. Acrescentou que as indústrias também tiveram problemas nestas crises. O preço do ferro, dos transportes e do papelão, só para dar uns exemplos, aumentaram, referindo que o apoio serviu para todos, apesar de dirigido ao produtor, e a verdade é que depois deste apoio e da redução da produção de leite, o pecado está na transformação pelo excesso de leite em pó e leite UHT e, depois, em alguns compradores, pela transformação em marcas brancas. Disse, ainda, que “com as medidas de redução percebemos que as indústrias, afinal, podiam pagar mais, e foi isso que aconteceu, pela primeira vez, foram os produtores a formar o seu preço”. Relativamente à subida das matérias-primas, a perspetiva é que a situação não deve melhorar nos próximos tempos, aliás, há ameaças quer por parte da Rússia, mas também, por parte da Ucrânia. Relativamente ao sector, confirma que não há falta dessas matérias-primas, nem de milho, nem de trigo no mercado mundial, estão em outras geografias, mas confirmando que os transportes dessas matérias-primas para os Açores, por outro lado, estão inflacionados. “Nós todos os anos, importamos várias de toneladas de milho e matérias-primas, mas principalmente, milho. Dos 6,2 milhões de euros do POSEI destinado ao

abastecimento, mais de 80% é gasto com a importação de milho. Por isso é que já estamos, há algum tempo, com uma estratégia de apoio à produção de milho local, quer para farinha quer para silagem”, referiu o Governante. O Deputado Carlos Furtado entende que, não obstante e fazendo referência a uma afirmação do Secretário Regional (leite pago ao produtor subiu em média de 20%), neste momento, é mais fácil aos produtores de agropecuária dos Açores, viver com o leite pago com mais esses 20%. Pediu para comentar, considerando que os custos de produção (concentrados e combustíveis) estão mais elevados, na realidade os 6 cêntimos pagos a mais serão insuficientes quando comparados com o exponencial do aumento de custos. O Secretário Regional disse que, antes de mais, a produção de leite nos Açores continua a ser uma prioridade e quer que continue como uma região produtora de leite, mas não igual a outras regiões produtoras de leite, porque o que mais existe no mercado é leite e produtos lácteos sendo estes os produtos que mais decrescem em termos de consumo a nível Europeu e em Portugal. Perante as novas tendências e perante aquilo, também, é o apoio de alguns estados-membros aos seus produtores (países mais ricos) e aquilo que a “invasão” dos produtos lácteos em Portugal, que obriga a uma queda do preço do leite, é preciso ter a consciência que não preciso continuar como estamos, ou seja, numa linha de suicídio em termos de rendimento. Lembrou que os Açores são responsáveis por 35% de produção de leite, com apenas 2% do território do país. “Então, nós achamos que a produção de leite deve existir, mas com viabilidade. Isto significa que houve aqui várias mudanças”, referiu. Falou do exemplo do leite biológico na Terceira e em São Miguel, que no 1º trimestre de 2022, a adesão aumentou 114% nos Açores. Disse ser necessário iniciar projetos da

produção e se crie uma fileira para o leite A2. Depois, a descida da quantidade de leite, só no 1º trimestre deste ano, produziu-se menos 8,9 milhões de litros de leite na região (ano passado foram menos 10 milhões), isto em 3 ilhas dos Açores, considerando ser bastante positivo, porque as indústrias estão a pagar mais. Por outro lado, algumas indústrias estão a valorizar menos a água e mais os sólidos (fala de um exemplo da Terceira que com a alteração da tabela, cerca de 60% dos produtores beneficiam com isso). “Tudo isso é menos intensificação, é menos pressão sobre o animal, sobre o solo, menos importação de elementos externos e o produtor fica com melhor qualidade de vida”, referiu. Temos outra medida, que está em vigor, que vai abrir agora a 1 de junho, novamente, que é a reconversão. Como Portugal tem um autoconsumo de apenas 50% de carne de bovino, ainda existe muito espaço para a crescer, até porque a carne tem uma qualificação comunitária (IGP) e a Região não pode desperdiçar este benefício jurídico que temos e que é o único reconhecido nos acordos internacionais. O Deputado Rui Martins, relativamente ao preço do litro de leite, comparou o custo de produção de um litro de leite e a sua transformação em leite UHT e a necessidade de importação de concentrados. Perguntou em que medida é que o Governo pode ter alguma intervenção nestas duas problemáticas, ou seja, na pouca rentabilidade da transformação em leite com pouco valor acrescentado e a necessidade de reduzir importações. O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural disse que o mercado é um mercado manhoso com 3 grandes operadores, que quando tem leite a mais transforma em leite em pó e leite UHT, e estes dois produtos vão para um armazém. Quando chega perto do fim da validade, esses produtos voltam ao mercado a preços

baixíssimos, A Deputada Patrícia Miranda perguntou se já tinha reunido com o movimento que despoletou esta petição. Se acha que 20% de aumento, tendo em conta o cenário pandémico e de guerra, é motivo de descanso. Por fim perguntou, o que vão fazer se as indústrias começarem a importar leite em pó. O Secretário Regional disse que não tinha conhecimento de que a indústria iria importar leite em pó. Depois, relativamente às associações, disse que a Federação Agrícola é composta por mais de 20 associações, que reúnem centenas de agricultores, explicando que qualquer afirmação da Federação Agrícola ou do Presidente da Federação, resulta de uma auscultação de todas as associações. Ressalvou que as medidas, quando são tomadas lado a lado com o Presidente do Governo, resultam de muito trabalho técnico, debate, discussão e reuniões online. “Não são tomadas porque nos lembramos de tomar. E o melhor que os agricultores podem fazer agora é estar posicionados na força das associações, porque, também, o pior sinal que se pode dar para o mercado é que agricultura e os lavradores estão divididos”, disse. Outra questão que quis acentuar, é que não governam às cegas, acrescentando que, até agora, quer os Deputados quer o Governo, não tinham dados para fazer política, para construir legislação, mas agora vão passar a ter, garantiu o Membro do Governo. O Deputado Bruno Belo, relativamente ao trabalho que não foi feito na diferenciação do leite dos Açores, perguntou qual é a diferença do preço médio de venda de um leite diferenciado, de um leite com uma combinação geográfica protegida, de um leite que tenha uma designação específica e em relação ao leite que não é, que é normal, sem diferenciação. Perguntou, também, qual o montante global do esforço do orçamento regional e se pudesse fazer uma

comparação desse esforço financeiro de agora com o de 2019. O Deputado Rui Martins, sobre a questão da cartelização de preços, perguntou o que achava disso. Perguntou, ainda, o que aconteceu em maio de 2020 e o que fez o Governo do PS. Perguntou também se sabia, por acaso, se o peticionário pertence a algum movimento associativo. O Deputado Manuel José Ramos disse que, no último orçamento da Região, estava prevista uma verba para a conversão de produção de leite biológico na ilha Graciosa. Perguntou se o mercado valoriza as produções de queijo e manteiga de forma biológica e se há conhecimento, por parte do Governo Regional, se o mercado regional e nacional tem essa apetência para esse tipo de produtos de maneira a valorizar a produção do leite Graciosense. O Secretário Regional disse que a ilha Graciosa tem uma vontade própria para seguir esse caminho, que merece a concordância do Governo, estando o sector daquela ilha em sintonia com o Governo para preparar o programa, com esse fim, que começa em 2023. Acrescentou que nem foi preciso debater a questão de transformar a produção de leite convencional em leite biológico porque havia já uma manifesta vontade de o fazer. Esclareceu que, para essa transformação ter sucesso, é preciso que o comprador, neste caso a UNICOL, também queira comprar leite biológico. O comprador está, neste momento, interessado num leite de pastagem e não biológico. Diz que a seu tempo, obviamente que a Graciosa poderá produzir leite biológico, havendo aqui um passo intermédio, do convencional para a pastagem e depois para biológico “Nós não podemos montar um modo de produção, uma fileira, sem o consentimento de todos. Quem produz e quem compra. E, neste caso, o comprador não rejeita a ideia, mas aceita que seja um leite natural de pastagem. A secretaria ficou de preparar esse programa específico com

apoios à reconversão e os cálculos dos ganhos de rendimento, porque a Graciosa tem um estatuto de Reserva da Biosfera e se nós conseguíssemos associar esta ideia aos produtos de transformação do leite a esse estatuto era um ganho em cima de um ganho”, referiu o Governante. Acrescentou, ainda, que estão convencidos que dando pretensão àquilo que era vontade local, juntando a pretensão do Governo e, também, a alguma adesão de quem compra o leite, a produção de leite na Graciosa terá um valor acrescentado muito importante nos Açores. Em resposta ao Deputado Rui Martins, disse que em maio de 2020, o preço de leite desceu e não foi feito nada relativamente a isso. Relativamente à questão do Deputado Bruno Belo, disse que o pior que pode acontecer é o não governar ser uma forma de governar. Acrescentou que temos a capacidade de competir com a quantidade, mas sempre com o Atlântico para atravessar e isso tem sobrecustos, significando que íamos a caminho do insucesso, havendo, portanto, necessidade de alterar o paradigma e essa alteração está a ser feita a partir da proposta de produção de leite IGP, não conhecendo mais nenhum da Europa com esse tipo de produção, constituindo, por si só, oportunidades comerciais. Por fim, e no seguimento dos pareceres escritos solicitados, a Comissão rececionou os que abaixo se elencam: - ANIL.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões do peticionário, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por unanimidade, com votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e do Deputado Independente, emitir o seguinte parecer: 1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 646 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em

Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento; 2. Os peticionários, na exposição de motivos e na audição efetuada ao primeiro subscritor, consideram que, devido a diversos fatores que lhes são alheios, os custos de produção de leite em S. Miguel, superam o preço pago pelas indústrias; 3. Assumem que grande parte das explorações de leite estão na situação de falência técnica; 4. Os peticionários fazem um apelo à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que tome medidas para ultrapassar a situação difícil com que se encontram; 5. Solicitaram, em nome de um alegado movimento, não constituído formalmente, “União da Lavoura”, audiências ao Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e ao Presidente do Governo, que não foram agendadas; 6. Reuniram com a Associação Agrícola de S. Miguel e com a Federação Agrícola dos Açores. Nesses encontros alegam que foram transmitidas algumas promessas que não tiveram qualquer desenvolvimento; 7. Registaram que foi feito um aumento do preço do leite em janeiro último, mas coincidiu com a alteração dos critérios e das tabelas de sólidos, que, na prática, fez com que tudo ficasse na mesma; 8. Consideraram uma má estratégia a atribuição temporária da ajuda de 1,5 cêntimos porque, segundo referem, fez com que a indústria não valorizasse o produto; 9. O Governo, em sede de audição, referiu a mudança de paradigma, que implica uma maior da valorização da qualidade em detrimento da quantidade;

10. O Governo considera, ainda, que as medidas tomadas recentemente em sintonia com o sector, foram capazes de impulsionar o preço do leite pago ao produtor;

11. Constata-se que, apesar do leite ter vindo a aumentar, não é o suficiente para colmatar os custos;

12. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao peticionário, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria. Graciosa, 27 de junho de 2022.

O Relator

(Vílson Ponte Gomes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório são anexos os pareceres escritos referenciados, bem como a documentação entregue pelo peticionário no âmbito da sua audição.

O Presidente

(José Ávila)

(*) Os anexos referenciados encontram-se disponíveis no link:

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório estão abertas as inscrições para a apreciação desta Petição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado, faça o favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Petição aqui hoje apresentada, mostra na primeira pessoa, o peticionário, os problemas que o sector atravessa.

Aquilo que é relatado nesta Petição, conforme testemunho do Sr. Rui Oliveira, não é o assunto do passado, continua a ser um assunto presente. Se calhar a situação menos gravosa que o setor dos laticínios atravessa, neste momento, infelizmente, e a consciência que tenho, é de que é temporária. Quando o mercado novamente se ajustar, volta tudo ao mesmo. A indústria vai novamente tentar esmagar o produtor.

E nessa altura podemos não estar a falar de 27 cêntimos do preço médio, ou de 25, 30 ou 35. Até podemos estar a falar de 55 ou 60, mas o problema vai persistir porque, infelizmente, os produtores de leite dos Açores não têm outras fábricas a quem entregar o seu produto, senão às fábricas dos Açores que, infelizmente, não têm grande facilidade de escoamento dos seus produtos, senão a grande distribuição nacional, que invariavelmente esmaga o preço do produto.

O que é certo é que neste cenário, e em função até desta Petição que foi iniciada em janeiro de 2022, eu apresentei o projeto de resolução que foi aprovado aqui nesta Casa, hoje, que tem como objetivo garantir mais algum rendimento aos produtores de leite. Porque se assim não for, conforme já foi amplamente falado aqui hoje, e eu já mais do que uma vez disse isso, se não for acautelado o interesse dos produtores de leite, eu estou em crer que dentro de 20 anos teremos o *Museu da Lavoura Açoriana* e não produtores de leite. Sinceramente, já museus dessa ordem, só me trazem nostalgia, porque o que precisamos é de atividade empresarial, precisamos é do bem estar das populações, que elas tenham rendimentos, com menos museus e com mais atividade.

Portanto, o apelo do Sr. Rui Oliveira foi prontamente ouvido por mim. Levei a cabo a iniciativa que achei por bem. Esperemos que ela surta os efeitos que eu pretendo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O recurso por parte dos cidadãos de per si ou em grupo, à figura da petição constitui um exercício de cidadania e móbil de consciência cívica por uma causa e a preocupação de interesse público. É a democracia a funcionar.

Esta Petição surgiu pela mão do peticionário Rui Oliveira, produtor de leite em São Miguel. Gostaria, antes de tudo, de agradecer a coragem e a humildade de, em seu nome, expor um problema que é de todos os produtores regionais.

Esta Petição reflete o esforço e o sacrifício diário dos nossos produtores de leite.

O peticionário referia que fizeram mais do que uma tentativa para se reunirem com o Governo e com o Secretário da Agricultura, mas que não tiveram resposta. Pois bem, não lhes deram resposta nem hoje estão presentes para ouvir as conclusões desta Petição.

Há mais de um ano foram aprovadas por maioria medidas apresentadas pelo Partido Socialista para o relançamento económico do setor do leite e laticínios, como por exemplo, acordos de tarifas entre a indústria e a distribuição, à semelhança, por exemplo, do que já se faz em França entre o

Grupo Lactali e Júlio Clerk, tarifas essas que revertessem inteiramente para o produtor, para que o seu rendimento fosse salvaguardado e pago de forma justa.

O certo é que por falta de vontade, ou até mesmo por falta de coragem política, estas medidas não foram postas em prática por este Governo e os produtores, tal como refletiu bem esta Petição, continuam com o seu problema por resolver.

Contudo, os mercados começaram a mudar. A procura começou a aumentar e o preço ao consumidor começou a subir e, portanto, o preço ao produtor teve que obrigatoriamente começar a ver refletidas essas mudanças.

Mas infelizmente, para alguns produtores, estes aumentos de preço já chegaram tarde. Os produtores de leite neste último ano foram sendo esmagados em custos de produção cada vez mais altos e sem o apoio imediato do Governo. O Governo falhou e continua a falhar. Falhou com estes produtores que já abandonaram a atividade e continua a falhar com todos os produtores que não desistiram e todos os dias lutam na esperança de um futuro melhor. E tal como foi claramente demonstrado pelo peticionário em sede de audição da Comissão de Economia, um sinal de que este Governo está a falhar à nossa agricultura e em especial ao setor do leite e laticínios, foi em 2021 ter pago 1 cêntimo e meio para manterem a produção, para logo em 2022, incentivar o abandono de leite e a transição para a carne. É um desnorte total.

Deputado Flávio Soares (PSD): É o bom estado em que os senhores deixaram os caminhos agrícolas!

A Oradora: Os açorianos merecem melhor.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Os açorianos é que escolheram.

A Oradora: O problema não está e nunca esteve na produção, mas sim na transformação e na comercialização.

É preciso chegar a quem produz. E numa altura em que os desafios à agricultura são diários, numa altura em que os custos de produção sofrem aumentos praticamente todos os dias, uma forma deste Governo ajudar o setor é permitir que as explorações sejam mais eficientes, mais competitivas. Mas para isso é preciso investimento, por exemplo, nos caminhos agrícolas, no abastecimento de água e na eletrificação das explorações. Só que nesse sentido, aquilo que nós assistimos por parte deste Governo, é um total desinvestimento no setor agrícola. Assistimos por parte deste Governo a um corte no investimento em infraestruturas agrícolas em mais de 3 milhões de euros, talvez para compensar os aumentos de despesa com os cargos de nomeação, porque a verdade é que enquanto este Governo engorda, o rendimento dos agricultores, cada dia emagrece mais.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira.

(*) Deputada Vitória Pereira (PSD): Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, queremos saudar o primeiro subscritor por trazer a esta Casa, um assunto de grande relevância para nós, bem como para todos os

produtores da ilha de São Miguel, estendendo-se a todos os produtores açorianos.

Numa altura crucial para o sector, pelo aumento exponencial do custo dos fatores de produção, como os combustíveis, as rações, os fertilizantes, a energia, a produção de leite é vista como o nosso bilhete de identidade. O sector leiteiro representa um dos pilares da economia da ilha de São Miguel e dos Açores, gerando milhares de postos de trabalho, dependendo dele milhares de agregados familiares, pelo que tem de continuar a receber a devida atenção.

A qualidade intrínseca do nosso leite assume um eixo estratégico para continuar a distinguir os Açores como uma região produtora de excelência, pelo que os produtores de leite da ilha de São Miguel e dos Açores têm de ter um rendimento justo e de acordo com as tendências de mercado.

Relativamente à ilha de São Miguel, as subidas generalizadas registadas do preço do leite pago ao produtor este ano, de janeiro à presente data, representa um maior aumento de sempre, no mais curto espaço de tempo de sempre...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... acompanhado por todas as indústrias.

O aumento substancial do preço do leite pago à produção ocorrido nos últimos meses, constitui um momento de viragem após muitos anos de estagnação.

Deputados João Bruto da Costa e Marco Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este facto é digno de registo e não pode ser ignorado, no qual esperamos que a indústria continue a dar resposta.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

A Oradora: Em simultâneo, este Governo Regional tem adotado medidas para ajudar a fileira do leite, firmando compromissos com o setor, de forma a criar liquidez nas explorações agrícolas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Foi este Governo que pôs fim aos rateios no âmbito do POSEI e do Prorural. Com o PS havia uma incerteza e uma instabilidade permanente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A agricultura teria perdido 13 milhões de euros por ano, dos quais 5 milhões eram diretamente relacionados com o sector leiteiro muito.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Aliás, Sra. Deputada Patrícia Miranda, a senhora sempre que pedisse a palavra para falar de agricultura, deveria ser para pedir desculpa a todos os agricultores!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sim a todos os agricultores pela perda de rendimentos às ajudas.

Deputada Andreia Costa (PS): Parafrazeando o Sr. Secretário da Agricultura...!

Deputada Ana Luis (PS): Exatamente, isso é plágio!

Podia ter acrescentado qualquer coisa, para não parecer tão evidente.

A Oradora: Foi este Governo que suportou o pagamento de um cêntimo e meio durante 6 meses, antecipando o trabalho das indústrias e aliviando um sufoco das explorações.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem! Uma mudança estratégica deste Governo!

A Oradora: Pela primeira vez, o apoio foi direcionado aos produtores e não à indústria, uma mudança de estratégia deste Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Este Governo possibilita a reconversão da produção de leite em produção de carne, uma vez que existe um défice na produção de carne em 50% a nível nacional, verificando-se este ano, de janeiro a agosto, um aumento de cerca de 1800 toneladas de carne de bovino face ao período homólogo passado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem! Sucesso!

A Oradora: Passando de 11,8 mil toneladas para 13,6 mil toneladas.

Foi este Governo que voltou a abrir a medida agricultura biológica, fechada desde 2018.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: No qual hoje podemos constatar um aumento de produção de leite biológico de 1400%, de 2019 a 2021.

Foi este Governo que abriu as candidaturas para apoiar a redução das entregas de leite. Esta medida contribui para o aumento substancial do preço do leite pago aos produtores num momento de viragem, após muitos anos de estagnação. Mas, como sempre, o Partido Socialista estava contra e estava redondamente enganado.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sempre contra!

A Oradora: Foi este Governo que apoiou em 80% a compra de sementes de milho e sorgo. Esta medida de apoio foi uma forma de atenuar a crise, uma vez que o aumento dos custos de produção tem tido um impacto brutal na economia agrícola. O que permitiu aumentar a produção em mais de 563 ha face a 2021, permitindo em parte diminuir a nossa dependência do exterior.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi este Governo que abriu as candidaturas ao apoio à compra de sementes destinadas a melhoramento de pastagens para alimentação animal, que está a decorrer até 31 de dezembro.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isto é uma petição contra a petição!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Esqueça a petição e ouça isto! A petição foi apresentada há meses atrás! Roubaram 5 milhões por ano aos agricultores!

Deputado Lubélio Mendonça (*PS*): Já disse isso!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E vou voltar a dizer!

A Oradora: A estratégia deste Governo está a alcançar os objetivos de sustentabilidade de agricultura açoriana, trazendo esperança a todos os produtores da ilha de São Miguel e de todos os produtores açorianos.

Os resultados são indesmentíveis: desde que este Governo tomou posse o preço do leite pago ao produtor aumentou substancialmente. Em tão pouco tempo já estão à vista de todos os bons resultados. Mas não descansamos à sombra destes bons resultados. Vamos continuar a trabalhar dia a dia, lado a lado, a favor da agricultura e de todos os agricultores açorianos.

Disse.

Deputado Lubélio Mendonça (*PS*): Lamentável!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem, Sra. Deputada. Na *ponta da língua* todas as medidas de sucesso!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero saudar os peticionários em relação a esta matéria, que é de grande interesse para a Região. Obviamente o texto é um pedido de

ajuda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que desempenhe o seu papel em defesa dos agricultores dos Açores, especificamente os agricultores da ilha de São Miguel, nomeadamente no âmbito dos produtores que desempenham as suas tarefas no âmbito da fileira do leite.

Eu quero aqui referir que para o Partido Socialista, sempre que as coisas melhoram, foi sorte. Bom, foi uma conjuntura do mercado, o investidor apareceu de repente, os preços começaram a melhorar, mas é uma conjuntura, isto apareceu, durante todos estes anos não apareceu nada disto e agora de repente apareceu... é sorte... calhou.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É trabalho! Estratégia!

O Orador: Portanto, há sempre uma explicação deste tipo para o Partido Socialista.

A verdade é que durante todos estes anos, o Partido Socialista insistiu na mesma estratégia e teve obviamente os mesmos resultados, maus resultados. E este sector, como os próprios peticionários dizem, não é de agora que estão sentindo dificuldades, é de há muitos anos que estão a sentir dificuldades e, portanto, o que aqui foi referenciado e que este era um setor que precisava de uma nova estratégia. E a verdade é que ao longo destes últimos 2 anos, foi implementada uma estratégia diferente e um apoio muito significativo por parte deste Governo aos agricultores. Aliás, a Sra. Deputada Vitória Pereira teve a oportunidade de elencar muitas destas matérias de forma bastante exaustiva e competente.

Por isso, eu considero que isto não é sorte, isto não é uma conjuntura.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É trabalho!

O Orador: Isto está a acontecer, porque estamos a fazer diferente e estamos a ter melhores resultados. Aliás, sobre esta matéria e em relação àquilo que é solicitado pelos peticionários, o que o Partido Socialista diz é que essa não é a estratégia. A estratégia não é apoiar este setor, como se pode interpretar lendo o que os peticionários aqui escreveram.

Portanto, o que pedem é uma intervenção que o Governo Regional está disponível para dar, mas que o Partido Socialista diz que não é estratégia, que é um mau caminho. E sendo um mau caminho, não existindo estratégia, o que é que faz? Lava as mãos como Pilatos e abstém-se.

Essa é a estratégia do Partido Socialista nesta matéria.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Não é verdade!

O Orador: É verdade, é!

É verdade e é factual!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Não é verdade!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Basta comparar o antes e depois, aquilo que foi o prejuízo que vocês fizeram na agricultura e o sucesso que temos agora! Foram 65 milhões de euros que os senhores não pagaram!

O Orador: O que eu quero também aqui referenciar é que é preciso fazer mais.

É preciso que este Governo seja ainda mais eficaz, no sentido de proteger este setor, que é importantíssimo para os Açores, para a economia dos Açores.

O que é que é preciso fazer, no sentido de valorização do produto? Estamos muito longe de ter feito tudo o que é possível fazer para valorizar um produto de grande qualidade, como são os produtos açorianos. Foram cometidos muitos erros nesta matéria.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

O Orador: É preciso valorizar o produto. É preciso desenvolver mais ações e é possível fazer isto. É possível encontrar mais mercados, também podemos ter um papel importante na procura de mercados para os nossos produtos de grande qualidade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Podemos fazer mais e é isso que temos que fazer, porque isso é que irá melhorar os preços dos nossos produtos.

É necessário continuar a investir na modernização da nossa indústria para melhorar a produtividade. É possível melhorar nessa matéria também. E é possível implementar ainda mais medidas. E é possível reestruturar o setor da forma como está a ser feita atualmente, permitindo a diversificação do setor, como por exemplo, em relação à fileira da carne.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): O maior abate local nos Açores, 95 mil cabeças!

O Orador: É evidente que só temos a ganhar se diversificarmos o setor agrícola. E é isso também que estamos a fazer.

Por isso, a resposta aos peticionários é que a estratégia é diferente. Estamos a ter melhores resultados, apesar deste Governo estar a trabalhar no âmbito de uma conjuntura em que tivemos que enfrentar a Covid-19 e agora temos que enfrentar uma crise internacional enorme.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Há sempre uma desculpa!

O Orador: Mas este Governo terá oportunidade de trabalhar num cenário em que não existam guerras internacionais, crises energéticas, uma pandemia.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Espero que sim!

O Orador: Nós teremos a oportunidade também de trabalhar num cenário mais favorável. Mas mesmo assim, mesmo nestas circunstâncias, mesmo enfrentando uma pandemia, mesmo enfrentando uma crise internacional e uma crise de abastecimento, estamos a ter resultados. E vamos fazer melhor, porque temos uma estratégia diferente que está a obter resultados neste contexto tão difícil.

Que resultados não serão possíveis de obter numa conjuntura normal que nós ainda não tivemos a felicidade de enfrentar?

Vamos tê-la com certeza e vamos responder aos peticionários.

Eu quero aqui dizer aos peticionários que esta é a estratégia. Nós todos os dias preocupamo-nos, de facto, em melhorar os vossos resultados. Temos consciência que é uma situação difícil, não embandeiramos em arco, é possível melhorar, estamos empenhados em melhorar e vamos fazê-lo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por registar que são praticamente 8 horas da noite e temos dois Secretários na sala, o Sr. Secretário das Finanças e Assuntos Parlamentares e o Sr. Secretário da Agricultura, no momento em que discutimos uma petição exatamente sobre a agricultura. Tempos havia em que já o dia todo seria passado com o Sr. Deputado Berto Messias a ser o “anunciador” para o Governo, daquilo que se passava neste plenário.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só lhe resta isso, não é verdade?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mais uma diferença!

O Orador: De qualquer das formas começo por saudar o Sr. Rui Oliveira, o primeiro subscritor desta Petição e na pessoa dele os outros 645 cidadãos que assinaram esta Petição e que efetivamente nos convocou a todos para a analisar, como tem sido feito amiúde na Comissão de Economia, a problemática da fileira do leite que infelizmente não é algo que tenha começado em 2020. Ou seja, os problemas do sector são recorrentes, são de há muito. A problemática de lidar com aquilo que é pago aos produtores, aquilo que é o lucro da indústria, aquilo que é o preço final ao consumidor, tem sido um desafio para todos os governos, não só para este, também o Partido Socialista não conseguiu, porventura, fazer tudo aquilo que pretendia e garantir aos agricultores o melhor retorno.

Por isso, Sra. Deputada Patrícia Miranda, quando se aponta um dedo, há três que nos apontam para trás.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Isto é o que se chama debate, senão não era debate!

O Orador: É uma vez que a Sra. Deputada Vitória Pereira já fez uma bastante competente e exaustiva leitura e listagem de tudo aquilo que foram as conquistas em tão pouco tempo que o XIII Governo Regional está em funções, só lhe dou três exemplos:

- Cortes no POSEI – mais 5 milhões de euros para a fileira do leite, em particular, que o Partido Socialista sonegou a esta fileira;
- Apoio os produtores em vez da indústria;

Deputado Nuno Barata (IL): Nota-se, nota-se!

O Orador: E, por outro lado, deu apoio a quem pretendeu fazer uma mudança do setor da produção do leite para a carne, ou seja, nas ilhas em que isso não colocava em causa o setor leiteiro e a indústria da fileira do leite.

Isto são só três pequenos exemplos de como este Governo mudou o paradigma e efetivamente está a contribuir para melhorar aquilo que é o rendimento destes agricultores.

As preocupações levantadas pelo Sr. Rui Oliveira, são efetivamente pertinentes. São desafios do setor. Consideramos que não parece sensato algumas das acusações que faz, nomeadamente o facto de haver apoio de 1,5 cêntimos pago ao leite e, depois, ao mesmo tempo, haver outras medidas que permitam a outros produtores mudar de fileira. Isso não é um problema, é uma vantagem, porque dá mais liberdade aos produtores de escolherem a sua vida e de poderem ter um rendimento mais estável e eventualmente um outro estilo de vida, o que é legítimo que os produtores também tenham essa oportunidade. E foi isso que este Governo conseguiu.

Por isso, e para não me alongar mais, resta-me, uma vez mais, saudar o Sr. Rui Oliveira por ter permitido também que (mais uma vez) se pudessem

discutir estes assuntos e que (mais uma vez) pudéssemos mostrar que este Governo fez em tão pouco tempo muito mais diferença, permitindo que a fileira do leite tivesse muito mais dinheiro que lhe era merecido e que era seu por direito e por previsibilidade relativamente ao POSEI. E foi este Governo que o fez. Foi este Governo que o conseguiu, também permitido pelo Sr. Rui Oliveira. E, por isso, agradeço a sua Petição.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Tiago Branco foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gabriel Eduardo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para apreciação desta Petição?

Não havendo, vamos avançar na nossa agenda.

Uma vez que o ponto 14 já foi apreciado, passamos ao ponto 15 que é o Relatório sobre o “ **Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal** para que o Sr. Deputado Flávio da Silva Soares possa prestar depoimento na qualidade de testemunha no âmbito de um processo judicial”.

O relatório foi distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 16.

Trata-se de um Relatório sobre o “**Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal** para que o Sr. Deputado Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa possa prestar depoimento na qualidade de testemunha no âmbito de um processo judicial”.

O relatório também foi distribuído por todos.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 17 da nossa agenda já foi apreciado.

Passamos ao ponto 18 relativo a um **Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 73/XII** – “primeira alteração ao DLR nº. 16/2022/A, de 21 de janeiro que estabelece o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”.

É uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente. E dou-lhe a palavra para justificar a urgência.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Pedido de Urgência justifica-se, uma vez que está programada a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional nº. 16/2022/A, a 1 de janeiro de 2022.

Suscito a urgência na apreciação em Comissão, para que a mesma seja discutida no plenário de dezembro, antes da entrada em vigor deste Decreto Legislativo Regional nº. 16/2022/A.

Portanto, por essa razão, suscito o Pedido de Urgência. E é só.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos votar este Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretária: O Pedido de Urgência colocado à votação obteve uma votação de empate com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM e um do Deputado Independente. Votos contra, 24 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 CHEGA.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos repetir o resultado da votação, penso que houve aqui um lapso.

Secretária: O Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 73/XII foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA e 1 do PAN e 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Tendo sido rejeitada a urgência, a iniciativa baixará à Comissão competente com a tramitação normal.

Passamos ao ponto 19 da nossa agenda, o **Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 75/XIII** - “Revogação

do DLR nº. 16/2022/A, de 21 de junho”, apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência aqui prende-se com tudo aquilo que temos recebido das assembleias municipais, associações etc. que estão contra a taxa turística. O meu compromisso foi apresentar uma revogação e antes que entre em vigor (será em janeiro), podermos ter em dezembro a possibilidade de aprovar ou não a revogação.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 75/XII foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente, 24 votos contra do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tendo sido aprovada a urgência, peço à Comissão competente que tenha isso em atenção.

Passamos para o ponto 20 da nossa agenda, relativo ao **Pedido de Urgência do Projeto de Resolução nº. 139/XIII** – “Integração de representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no Conselho Regional de Bombeiros”. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do CHEGA.

Tem a palavra do Sr. Deputado José Pacheco para apresentar a urgência.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui o Pedido de Urgência até é bastante simples, é apenas para integrar a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no Conselho Regional de Bombeiros, algo que já acontece a nível nacional, nunca aconteceu na Região. Eles têm pedido isso e assim o fizemos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar a favor desta urgência, porque é mesmo urgente, tendo em conta, se virmos por parcelas, Açores, Madeira e continente, só nos Açores é que não há assento na Associação Nacional de Bombeiros. Na Madeira tem, no continente tem, aliás, nós temos agora há pouco tempo, mas só no Conselho Nacional e não no Conselho Regional.

O PAN também estava a fazer um DLR, para que fosse de forma imediata e não tivesse que esperar pelo Governo fazer rapidamente ou lentamente relativamente a algo que é mais que justo. E estamos a falar da Associação que representa realmente os bombeiros, por isso, obviamente estamos tanto a favor de urgência, como da própria iniciativa.

Obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste Pedido de Urgência?

Não havendo, vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam um favor se manterem como estão.

Secretária: O **Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 139/XII** foi aprovado por unanimidade.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de outubro. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam um favor se manterem como estão.

Secretária: Aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom descanso e bom regresso para os que vão viajar e regressar às suas casas.

Eram 20 horas e 11 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Ana Paula Lemos.

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Jaime Luís Melo Vieira

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 21 - 10 - 2022

1- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 73/XII

Assunto: Primeira alteração ao DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho, que Estabelece o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional

Proveniência: Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18

Comissão: -----

SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

N.º 74/XII

Assunto: Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18

Comissão: Economia

Limite de Parecer: 2022 – 11 – 18;

N.º 75/XII

Assunto: Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2022/A, de 21 de junho

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19

Comissão: -----

SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

2- Projetos de Resolução:

N.º 139/XII

Assunto: Integração de Representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no Conselho Regional de Bombeiros

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19

Comissão: -----

SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

N.º 140/XII

Assunto: Criação de apoio monetário para combate ao declínio demográfico

Proveniência: Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de Parecer: 2022 – 11 – 18.

3- Requerimentos:

Assunto: Bairro Piedade Jovem - Arrifes

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18

Referência: 54.09.02 – N.º 488/XII;

Assunto: Área protegida de gestão de recursos da Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19

Referência: 54.09.02 – N.º 489/XII;

Assunto: Projeto de reabilitação do Porto de São Roque do Pico

Autor: Marta Matos e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 20

Referência: 54.02.06 – N.º 490/XII;

Assunto: Formação aos trabalhadores das IPSS'S nos anos 2021 e 2022

Autor: Ana Luís, Célia Pereira, Marta Matos, Tiago Lopes e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 491/XII.

4- Resposta a Requerimentos:

Assunto: Inação do Governo está a colocar em causa a operacionalidade do Porto da Madalena

Autores: Mário Tomé e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18

Referência: 54.02.06 – N.º 478/XII.

5- Informações:

Assunto: Ofício a requerer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Resolução n.º 138/XII – Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 10 – 17;

Assunto: Requerimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar a deliberação de urgência em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 73/XII – Primeira alteração ao DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho, que Estabelece o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18;

Assunto: Requerimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar a deliberação de urgência em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 75/XII – Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2022/A, de 21 de junho

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

Assunto: Requerimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar a deliberação de urgência em comissão do Projeto de Resolução n.º 139/XII – Integração de Representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no Conselho Regional de Bombeiros

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 93/XII – Criação de Mecanismo Compensatório para o Setor dos Laticínios

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

III Sessão Legislativa**Horta, sexta-feira, 21 de outubro de 2022**

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o agendamento potestativo para a Sessão Plenária de Outubro do Projeto de Resolução n.º 124/XII – Pela previsibilidade e adequação dos recursos humanos e financeiros das Juntas de Freguesia dos Açores

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

Assunto: Ofício a requerer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA baixa à Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII - Funcionamento de cantinas e bufetes escolares

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

Assunto: Ofício a requerer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Resolução n.º 140/XII – Criação de apoio monetário para combate ao declínio demográfico

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

Assunto: Ofício a requerer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII – Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 75/XII – Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2022/A, de 21 de junho

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 124/XII (PS) – “Pela previsibilidade e adequação dos recursos humanos e financeiros das Juntas de Freguesia dos Açores”, e do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII (PAN) – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA)

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 19.

6- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 123/XII (Deputado Independente) - Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 34/XV (GOV) - Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento dos condutores do setor do transporte rodoviário, transpondo a Diretiva 2020/1057 e criando o respetivo regime sancionatório - Audição n.º 137/XII-AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XII - Aprova o modelo de educação inclusiva

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 10 – 18.

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 324/XV (PSD) - Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e Madeira e entre estas e o Continente - Audição n.º 138/XII-AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 10 – 20.

7- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80.